

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**VINÍCIUS AUGUSTO PONTES DE CARVALHO**

**DITADURA, NEOLIBERALISMO E TEMPO PRESENTE:**  
**AS NARRATIVAS SOBRE O REGIME MILITAR CHILENO NAS**  
**PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1970-1988)**

**Florianópolis - SC**

**2020**

**VINÍCIUS AUGUSTO PONTES DE CARVALHO**

**DITADURA, NEOLIBERALISMO E TEMPO PRESENTE:**  
AS NARRATIVAS SOBRE O REGIME MILITAR CHILENO NAS  
PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1970-1988)

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade do Estado de  
Santa Catarina, como requisito parcial para  
obtenção de grau de Mestre em História.  
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

**Florianópolis - SC**

**2020**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Carvalho, Vinicius Augusto Pontes de  
Ditadura, neoliberalismo e tempo presente : as narrativas  
sobre o regime militar chileno nas páginas do jornal O Estado  
de S. Paulo (1970-1988) / Vinicius Augusto Pontes de  
Carvalho. -- 2020.  
123 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn  
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de  
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,  
2020.

1. O Estado de S. Paulo. 2. Neoliberalismo. 3. Ditadura  
Chilena. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado  
de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da  
Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III.  
Título.

**VINÍCIUS AUGUSTO PONTES DE CARVALHO**

**DITADURA, NEOLIBERALISMO E TEMPO PRESENTE:  
AS NARRATIVAS SOBRE O REGIME MILITAR CHILENO NAS  
PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1970-1988)**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade do Estado de  
Santa Catarina, como requisito parcial para  
obtenção de grau de Mestre em História.  
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

**BANCA EXAMINADORA:**

Orientador:

---

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn  
UDESC

Membros:

---

Prof. Dr. Emerson César de Campos  
UDESC

---

Prof. Dr. Rodrigo Perez Oliveira  
UFBA

**Florianópolis, setembro de 2020**

*Para Myrtes, Luiz Carlos e Bárbara.  
Ao mestre, Luiz Felipe Falcão, com  
carinho e gratidão.*

## **AGRADECIMENTOS**

São tempos complexos para se ter gratidão. No momento em que escrevo estes agradecimentos, o mundo passa por uma pandemia sem precedentes na nossa geração e que já ceifou, oficialmente, mais 1 milhão de mortos, 140 mil casos apenas no Brasil. O segundo colocado mundial em número de vítimas, atrás apenas de Estados Unidos. Portanto, se cheguei até aqui, certamente foi com auxílio da Capes, da UDESC, dos meus pais, Luiz e Myrtes, e, obviamente do Sistema Único de Saúde, que me forneceram a estrutura e a tranquilidade necessária para que este trabalho fosse desenvolvido no decorrer deste ano.

Muitas dúvidas, incertezas e momentos de instabilidade psicológica tem se abatido neste período. A necessidade de isolamento e a distância física da comunidade acadêmica, das bibliotecas atrapalharam bastante o processo de escrita. Porém, ainda assim me sinto grato por estar conseguindo desenvolver. Por isso, logo nos agradecimentos iniciais ao meu orientador Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

Faço um pequeno enclave no início dos agradecimentos para, respeitosamente agradecer ao Prof. Dr. Emerson César de Campos e Prof. Dr. Rodrigo Perez Oliveira por aceitarem participar da minha banca.

Uma perda irreparável ainda se abateu no início deste ano, o saudoso professor e amigo Luiz Felipe Falcão. Era parte da banca desta dissertação e me ajudou muito durante o processo de qualificação. E, mais do que isso, era daqueles professores que gostavam de um chopp, um bom papo no cafezinho e no corredor. A ele sou grato por todo o aprendizado e amizade. Faz muita falta.

Não podia deixar de prestar um agradecimento especial para minha companheira Maria Eduarda e o meu enteado, seu filho, Miguelzinho. Sem o amor e a paz que eles me passaram no decorrer deste trabalho e neste ano difícil e atípico, é certo que as dificuldades para a conclusão do mesmo seriam infinitamente maiores.

Gostaria de agradecer, agora de forma nominal e direta, aos meus pais e irmã, Luiz Carlos, Myrtes e Bárbara pelo apoio recebido durante este período, pela educação concedida e por me ajudarem a ser o que e quem eu sou. Gostaria de agradecer também ao que ainda resta de estrutura estatal no Brasil e ao contribuinte catarinense por, através dos seus impostos, custear a Universidade do Estado de Santa Catarina como pública e de excelência.

No espaço universitário, estas políticas não seriam estendidas aos alunos se não fosse a boa vontade, o profissionalismo e o bom senso dos profissionais que fazem a universidade acontecer. Pensando nestes profissionais, que por muitas vezes são amigos, e para muitos alunos são verdadeiros parentes, é bom lembrar de todos os técnicos e trabalhadores terceirizados. Gostaria de agradecer nominalmente aos técnicos Guilherme Gütler e Christian Souza, ambos sempre à postos para receber os estudantes e, dentro da medida do possível, resolver os seus problemas e atender suas solicitações.

A afinidade com alguns professores se deu de forma natural, certamente eles também foram primordiais para a minha formação, não apenas profissional, mas também pessoal. Deixo aqui registrado todo o suporte, parceria e aprendizado que fui presenteado por parte de Luisa Tombini, Fábio Feltrin e Ana Luiza. Levo vocês no meu coração pelo resto da minha caminhada.

Durante esses sete anos e três meses que frequentei a UDESC, em quase 100% do tempo estava sem dinheiro para maiores confortos, portanto, neste cenário, uma pessoa merece um agradecimento especial também, o Joel Pergoraro, antigo proprietário da cantina da FAED que com o pequeno de gesto de abrir contas para os estudantes, os ajuda mais do que imagina, e, muito mais do que isso, virou um amigo, que compartilha comigo os mais variados papos que vai de cerveja, bares e futebol.

Aos companheiros que me acompanharam nestes 7 anos e 3 meses anos com muita amizade, ajuda e cerveja gelada: Geovani, Matheus, Natacha, Amanda, Lucão, Ana Dossa, Dé, Murilo Maluche, Stéphanie, Julinha Atrib, Edgol, Roberto, Gabriel Ex-Vegano, Terceiro, Tim, Carlota, Eduardo Martorano, Jade, Kadu, Luan, Cleozinho e Cascaes.

Aos amigos de Florianópolis, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro e do mundo: Eduardo Lara, Guilherme Thielen, Samuca, Butina, Iuri, Marinho, Rafael, Buga-Buga, Jorge, Thiaguinho, Bolinho, Daniel Galvão, Dylan, Nélío, Luciano Vândalo, Lelé, Namir, Luciano Paz, Mario Carluxo, Sandrão, Leandro, Caio, Genera, Pedro Bessa, Tufani, Massena, André Victor, Guilherme, Mondego, Caitano e Mantuano. Não poderia deixar agradecer especialmente à Mayara Weber, grande companheira de jornada até aqui.

Aos primos: Dudu, Cacá, Vinha, Alex, André, Clarice, Caio, Emiliano, Marcela, Rafael, Pedrinho, Léo, Biel, Karine, Marta, Lu, Inês, Livia, Natan, Bia e as respectivas novas famílias de todos.

Aos tios: Célia, César, Merice, Admilson, Margarida, Ceíça, Beto, Lúcia, Norma, Miguel, Gabi, Lourdes, Celso, Rosa, Waltinho, Fá, Sassá, Basto, Ivan, Rosana, Marcelo e Adriana.

À turma do grupo de estudos que se tornaram amigos de verdade: Ricardo, Hudson, Cris, Priscila, Fabi, Victor. Em especial ao Ricardo, Hudson e Geovani por todo o apoio que me deram na realização do projeto de mestrado, neste TCC e por toda a camaradagem e aprendizado que tive com vocês ao longo desses anos de convivência.

E, evidentemente, não poderia finalizar essa lista sem agradecer a rapaziada do samba: Arthur, Tati, Dôga, Belisário, Babyton, Carlinhos Arzua, Larissa Vuitka, Luasses, Brunão, Magal, Xuxa e Bê.



“Entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, entre o senhor e o servo, é a liberdade que oprime e a lei que liberta” (Conférences de Notre-Dame de Paris, Henri Dominique Lacordaire, éd. Sagnier et Bray, 1848, p. 246).

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, Walter. Tese VI, 1940).

## RESUMO

Este trabalho resulta de uma investigação histórica sobre a recepção no Brasil do processo político chileno instaurado com o golpe militar de 1973 e a ditadura de Augusto Pinochet. A documentação que serve de base para o estudo é constituída por artigos e noticiários coletados nas edições do jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1970 e 1988. Editores e proprietários do periódico reivindicavam-se defensores da democracia e das liberdades individuais, portadores de valores oriundos de uma espécie de liberalismo clássico. Cabe, portanto, investigar como foi abordada a imposição de um regime autoritário no país Sul-Americano nas páginas do referido jornal e como sua linha editorial posicionou-se em relação às plataformas econômicas então postas em prática. Sabe-se que a ditadura chilena se constituiu em um espaço para um dos primeiros experimentos de políticas sociais e econômicas que viriam a ser denominadas de neoliberais. No mesmo período, estava em andamento um processo político no Brasil que se delinearía com parte das estratégias para a redemocratização do país, ainda durante a ditadura militar (1964-1985). O contexto criou condições para a defesa por *O Estado de S. Paulo* de primados do neoliberalismo imposto no Chile por meio de uma ditadura reconhecidamente violenta e repressora. Ao longo do trabalho é examinado o comportamento do diário na cobertura do processo de Golpe do Chile e a implantação do receituário neoliberal naquele país, durante o período de distensão política no Brasil, como importante peça que se fez ser ouvida por segmentos da sociedade civil durante as convenções políticas do contexto. Compreende-se que *O Estado de S. Paulo* operou uma narrativa que envolvia a constituição de fronteiras políticas por meio da seleção de formadores de opinião e de interlocutores entre a sociedade-civil. Desta forma, o diário qualificava-se para o debate que envolvia as alternativas ao regime autoritário brasileiro e elegia personalidades que se apresentavam como postulantes ao poder num horizonte pós-ditadura. A investigação procura demarcar uma abordagem que se situa nos limites da História do Tempo Presente, especialmente devido às questões exploradas, como neoliberalismo, mídia e autoritarismo, procurando contribuir para ampliar a compreensão dos fenômenos ocorridos no Brasil do atual.

**Palavras-chaves:** O Estado de S. Paulo. Neoliberalismo. Ditadura Chilena.

## ABSTRACT

This dissertation is the result of a historical investigation into Brazil's reception of the Chilean political process that began with the military coup of 1973 and the dictatorship of Augusto Pinochet. The documentation that serves as the basis of this study consists of articles and stories collected in the editions of the newspaper *O Estado de S. Paulo* between 1970 and 1988. Editors and proprietors of the newspaper claimed to be defenders of democracy and individual freedoms, and bearers of values from a kind of classic liberalism. Therefore, it is worth investigating how the imposition of an authoritarian regime in the South American country was portrayed in the pages of the mentioned newspaper and how the publication positioned itself in relation to the economic platforms that were put into practice. It is known that the Chilean dictatorship occurred in an environment that allowed it to become one of the first experiments in social and economic policies that would come to be called neoliberalism. In the same period, a political process was underway in Brazil that would be outlined with some of the strategies for the re-democratization of the country during the military dictatorship (1964-1985). The context created conditions for *O Estado de S. Paulo's* defense of a newly formed concept of neoliberalism imposed on Chile through a dictatorship recognized as violent and repressive. Throughout the research, the newspaper's conduct on the coverage of the Chilean Coup and the implementation of Chile's neoliberal order during a period of political tension in Brazil are examined as an important piece that was heard by segments of civil society during the political conventions of the subject matter. It is understood that *O Estado de S. Paulo* operated with a narrative that involved the establishment of political boundaries through the selection of opinion makers and intermediaries within civil society. In this way, the newspaper made itself credible to discuss alternatives to the Brazilian authoritarian regime and elected personalities who presented themselves as postulants to power in a post-dictatorship horizon. With the goal of broadening the understanding of recent events that happened in today's Brazil, this research seeks to approach a topic that is limited by the boundaries of the History of Present Time, especially due to the issues explored, such as neoliberalism, the media and authoritarianism.

**Keywords:** O Estado de S. Paulo. Neoliberalism. Chilean dictatorship

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Denúncia de espionagem soviética no Chile. Apenas a soviética.....	54
Imagem 2 - A opinião de um conservador convicto.....	56
Imagem 3 - Allende ameaçador... ..	59
Imagem 4 - A construção da imagem de um presidente agonizando.....	61
Imagem 5 - Crise permanente perante o mundo.....	61
Imagem 6 - O suposto caos econômico .....	62
Imagem 7 - A traição à espreita .....	63
Imagem 8 - Momento em que Pinochet assume o cargo de Ministro da Defesa de Allende .....	64
Imagem 9 - Após o golpe, o retorno à normalidade... ..	69
Imagem 10 - Um apelo à comunidade internacional: os usos do terrorismo .....	71
Imagem 11 - Reportagem especial: “Estatização preocupa empresários” .....	81
Imagem 12 - O primeiro caderno especial de Friedman no O Estado de S. Paulo ...	94
Imagem 13 - Personagem da semana ou da década?.....	95
Imagem 14 - O mago da economia .....	104
Imagem 15 - A “distensão” de Pinochet .....	106

## **LISTA DE SIGLAS**

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina  
CIA - Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos  
DC - Democracia Cristã  
KGB - Comitê de Segurança do Estado Soviético  
LEC - Laboratório de Estudos das Contemporaneidades  
MAPU - Movimento de Ação Popular Unificado  
NED - National Endowment for Democracy  
OLAS - Organização Latino Americana de Solidariedade  
PC - Partido Comunista do Chile  
PDC - Partido Demócrata Cristão do Chile  
PRP - Partido Republicano Paulista  
PS - Partido Socialista do Chile  
UP - Unidade Popular

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1</b>	<b>CHILE E O ESTADO DE S. PAULO ONTEM E HOJE: UMA ANÁLISE DE MODELOS.....</b>	<b>25</b>
1.1	O “LIBERAL REFORMADOR”: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA 25	
1.2	DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO: UM MOVIMENTO ORGÂNICO 27	
1.3	O NEOLIBERALISMO E O TEMPO PRESENTE: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA 32	
1.4	UM PROJETO POLÍTICO: ANÁLISE E BALIZAS CONCEITUAIS 42	
<b>2</b>	<b>ELEMENTOS DA NARRATIVA .....</b>	<b>49</b>
2.1	SALVADOR ALLENDE NAS PÁGINAS DO IMPRESSO: O ANTICOMUNISMO COMO MOTE 49	
2.2	UM JORNAL EM ESTADO DE VIGILÂNCIA 55	
2.3	A NARRATIVA DA RETOMADA 66	
<b>3</b>	<b>O ESTADO DE S. PAULO, DE “LIBERAL REFORMADOR” À “NEOLIBERAL ESCLARECIDO” .....</b>	<b>77</b>
3.1	VENTOS FRIOS DOS ANDES E DE CHICAGO CHEGAM EM BRASÍLIA 77	
3.2	O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL NO CHILE: AS CONTRADIÇÕES DE MILTON FRIEDMAN E O ESTADO DE S. PAULO 86	
3.3	UM NOVO PRESENTE, UM NOVO HORIZONTE: 1988, O ANO CONSTITUCIONAL 100	
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

O subcontinente sul-americano tem sido palco de acontecimentos que se desdobraram a partir do conjunto de ditaduras militares que dominaram seu cenário político nas décadas de 1960 e 1970, compondo um quadro socioeconômico que insiste em dominar grande das disputas ainda hoje em andamento. Particularmente, acreditamos que o caso da ditadura militar chilena (1973-1990) mereça atenção, dado que ali se configuraram situações de um “passado que não passa” e que parecem indicar enquadramentos que balizam os debates sociais, econômicos e políticos em diferentes países da região, inclusive o Brasil. Para além das notórias e sistemáticas violações aos direitos humanos básicos por parte de uma estrutura repressiva das mais abrangentes entre as ditaduras de então, e como parte indissolúvel deste processo, acredita-se que o Chile tornou-se laboratório de políticas econômicas que influenciaram temas em discussão, incluindo uma forte virada no pensamento econômico dominante no Brasil.

O objeto deste trabalho é a recepção do ideário e processos políticos que envolveram a ditadura chilena e o neoliberalismo no Brasil. Para tanto, a investigação é conduzida pela coleta de textos jornalísticos e sua interpretação, tomando como foco o jornal *O Estado de S. Paulo*. Uma interrogação orienta a abordagem à documentação: o periódico teria mantido ao longo do período em apreço a intenção de utilizar símbolos econômicos adotados pela ditadura militar chilena como parâmetro e base para sua cobertura jornalística do regime militar brasileiro no campo econômico e os debates em torno dos processos políticos brasileiros?

Para conduzir a possíveis respostas, procuramos indícios e vestígios na coleta sistemática de textos produzidos pelos impressos. O conjunto de preceitos econômicos aqui analisado constituiu-se, ao longo das décadas de 1970 e 1980 na América Latina em uma nova transmutação do liberalismo, o que viria a ser chamado de “neoliberalismo”. Para abordar um tema tão abrangente, a escolha metodológica deste trabalho recai na investigação histórica e documental do conteúdo encontrado nas edições de *O Estado de S. Paulo* no período mencionado.

É importante ressaltar que, no caso chileno, estamos lidando com uma ditadura em torno da qual há discussões abrangentes que geram desdobramentos ainda em aberto no tempo presente. A forma como o processo político chileno foi tratado pela imprensa brasileira pode suscitar uma reflexão acerca dos significados do

autoritarismo na América do Sul, tal como compreendido pelas elites que controlam os meios de comunicação. Quanto à documentação investigada, é indispensável considerar que o jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, “professava um liberalismo restrito aos direitos individuais, às instituições clássicas (parlamento, judiciário, partidos) e à economia de mercado” (MOTTA, 2017, p. 368).

Daí a opção em abordar *O Estado de S. Paulo*, cuja linha editorial é declaradamente doutrinária, delineada por uma espécie de “liberalismo positivista” (FONSECA, 2004). Esta configuração enseja uma retórica inflexível em favor da chamada economia de mercado como noção balizadora do desenvolvimento econômico, associada à defesa de um campo de ideias e correntes que se situam no espectro político conservador da sociedade (CAPELATO; PRADO, 1980). A dissertação encarou um objeto que permite montar um panorama em que os preceitos ideológicos foram articulados ao conservadorismo da linha editorial do periódico, compondo um horizonte de projetos sociais que seria conhecido como neoliberal. Assim, apesar do trabalho ter como foco o processo de construção de uma narrativa política neoliberal localizada em *O Estado de S. Paulo*, será indispensável caracterizar a política e a economia chilena a partir dos anos 1970. Por isso, pretendemos também diferenciar o regime ditatorial chileno do que almejava o jornal *O Estado de S. Paulo* e o que a linha editorial dominante no periódico considerava como liberalismo e neoliberalismo. Ressalte-se que o foco da investigação é apenas o periódico em questão e não o conjunto do Grupo Estadão, que é muito mais amplo e plural.

Segundo Motta (2017, p.369), o periódico *O Estado de S. Paulo* apoiou o golpe de 1964 e o reivindicou como uma “revolução legítima”, continuando “a apoiar as ações repressivas voltadas à manutenção da ordem social”. Porém, no âmbito dos debates que continuou a promover ao longo do período em que o país esteve sob o jugo do regime autoritário, “tampouco foi bem vista pela imprensa, notadamente o *Estadão*, a possibilidade de a ditadura fechar completamente as instituições políticas liberais (parlamento e partidos) — o que esteve em pauta no imediato pós-AI5”. Atitudes que apesar de dúbias podem ajudar a jogar luz sobre uma das questões que moveram esta dissertação, ou seja, a observação das visões políticas autoritárias que um órgão de imprensa, autodeclarado liberal e por vezes refém de políticas repressivas como o AI-5, defendeu em meio a uma ditadura em relação à qual não



deixou de ser crítico. A respeito de tal percepção, Motta faz o seguinte questionamento:

Como conciliar a manutenção da ordem social com a devoção à liberdade, especialmente a sua liberdade? Os principais veículos da mídia partilhavam (partilham ainda) as convicções antiesquerdistas e anticomunistas comuns aos setores sociais dominantes, por isso apoiaram com entusiasmo a intervenção militar, mais do que isso, ajudaram a provocá-la. No entanto, não desejavam uma ditadura que tolhesse sua liberdade de expressão, ou seja, a censura era admissível apenas para impressos de menor porte ou de esquerda. Alguns veículos da grande mídia tampouco desejavam que a ditadura ameaçasse a perspectiva liberal em outros pontos também, como o predomínio do mercado e das empresas privadas. (MOTTA, 2007, p. 368)

Em se tratando de alinhamento ideológico, o jornal *O Estado de S. Paulo* é historicamente transparente na nitidez de seu posicionamento, militando politicamente, de forma, inclusive, a ter similaridade e comportamento como um partido político (CAPELATO; PRADO, 1980). Segundo as próprias diretrizes editoriais, o diário paulistano visava “defender intransigentemente o regime da iniciativa privada, dentro do espírito de um neoliberalismo esclarecido.”<sup>1</sup>

A radicalização política ocorrida no decorrer do governo Salvador Allende inspirou a conspiração que resultou no violento golpe militar chileno em 1973. O regime autoritário entronado aproximou-se da chamada Escola de Chicago, vertente acadêmica de economistas e formuladores de políticas econômicas pautadas no livre-mercado e na abolição de mecanismos de gestão pública tanto da economia quanto de políticas sociais e previdenciárias. A investigação da linha editorial de *O Estado de S. Paulo* em relação a este processo demonstra que o periódico deu cobertura positiva à implementação das chamadas políticas monetaristas que viriam a ser conhecidas como neoliberais, inspiradas no que ocorria no Chile.

Mesmo com a violência empregada pelo regime chileno, suas ações em âmbito econômico foram apreciadas como inspiradoras no intuito de manejar o debate público no Brasil no período. O periódico almejou influenciar setores abrangentes da sociedade-civil em meio ao processo de transição política ensaiado naquele contexto. Diferentes interlocutores mobilizados por *O Estado de S. Paulo* referiam-se à Escola de Chicago e ao Regime Pinochet como dimensões de uma narrativa que balizou certo imaginário político-econômico do noticiário. Naquele contexto, o debate político entre “o estatismo de influência keynesiana e o liberalismo econômico renovado

---

<sup>1</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de abril de 1973, p. 24

ganharia contornos mais nítidos com a influência de economistas da chamada Escola de Chicago na América Latina” (LOHN, 2016).

Pretendemos investigar a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* como parte do manuseio editorial de um arcabouço narrativo que demarcou o protagonismo de determinados personagens políticos e discursos na instrumentalização de reformas neoliberais do Estado, as quais seriam um horizonte necessário para a transformação do Brasil numa sociedade moderna e democrática. Houve a propagação de um vocabulário político que alcançou uma dimensão considerável no transcorrer deste recorte histórico, abastecido por símbolos e representações de um regime de governo ditatorial internacionalmente reconhecido como violento e repressor — a ditadura militar comandada pelo general Augusto Pinochet — por conta de uma demarcada assimilação ideológica com as pautas econômicas neoliberais defendidas e implementadas por tal regime. Além disso, o neoliberalismo foi difundido como um conjunto de medidas indispensáveis, quase como se confundindo com presente, processo que permeia o tempo vivido de narrativas sociais que se tornam objeto da História do Tempo Presente. Para Paul Ricoeur (RICOEUR, 2007), esta modalidade historiográfica é “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”.

O historiador francês Henry Rousso, em sua obra “A última catástrofe”, formulando uma observação sobre a História do Tempo Presente, disserta sobre as problemáticas encontradas pelos historiadores ao explorarem este domínio da historiografia. Uma das provocações por ele levantadas é o cuidado em efetuar um afastamento entre o pesquisador e o objeto pesquisado, pois, segundo o autor, a História do Tempo Presente “se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado” (ROUSSO, 2016, p. 18). Todavia, a inserção do objeto analisado no presente não implica, necessariamente, uma impossibilidade de reflexão histórica acerca do mesmo, mas faz-se necessário compreendê-lo segundo uma lógica temporal a ser analisada como um “acontecimento em uma duração [...] uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante” (ROUSSO, 2016, p. 237). É esta atitude metodológica que orienta a presente investigação, compreendendo o processo de imposição de um ideário neoliberal no debate político brasileiro como uma das dimensões estruturantes de nosso tempo.

Exploraremos algumas correlações entre a ditadura militar chilena, o jornal *O Estado de S. Paulo*, a História do Tempo Presente e o período de redemocratização brasileiro, em processos que serão delimitados entre os anos de 1970 e 1988. Este recorte temporal foi escolhido por representar, respectivamente, o ano da vitória eleitoral do presidente de esquerda Salvador Allende (processo onde iniciou o processo de radicalização que desaguaria no golpe militar do Chile em 1973) e da promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil.

Trata-se de tentar compreender a narrativa operada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como instrumento de crítica a ações de um Estado nacional-desenvolvimentista no Brasil, bem como às configurações existentes nos países do mundo socialista, ao Estado de bem-estar social europeu e às lutas sociais e sindicais. Tal narrativa elaborada a partir de uma linha editorial razoavelmente coerente esteve presente em diferentes artigos de opinião publicados no periódico, bem como também assumiu um papel de protagonismo na proposição de debates que inaugurariam a chamada Nova República. Portanto, necessita ser examinada sob uma perspectiva histórica.

Portanto, a interpretação procura dar conta de uma linha editorial que cedo postou-se ao lado de um “neoliberalismo esclarecido” — tal como descrito pelo próprio periódico em questão. Isso ensejou a construção de uma “agenda hegemônica ultraliberal” (FONSECA, 2005) na narrativa do processo de redemocratização por parte de *O Estado de S. Paulo*. Cabe interrogar, a partir daí, como foram mobilizados ideias e projetos para influenciar o debate político e econômico no Brasil em vias de democratização, legitimando o movimento de relativização do autoritarismo desmedido e da violência exacerbada da ditadura militar chilena, utilizando supostos sucessos econômicos de tal regime. Tratava-se àquela altura de disputar a influência na sociedade civil e nos círculos de poder no Brasil, almejando a construção de um modelo neoliberal no horizonte de pós-ditadura.

Precisamos, contudo, compreender a quais tipos de “liberalismos” nos referimos. Para tanto, cabe considerar que a emergência do liberalismo se enreda com o processo de transformações que ocorreram na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII. Imersos num acentuado desequilíbrio social, em tal contexto iniciava a formação de uma considerável transformação nos vínculos de propriedade (WOOD, 2003). A teoria política liberal, que viria também a dar sentido e origem à teoria liberal econômica, erigiu-se com a inquietação fundamental de delimitar os poderes monárquicos e autocratas. O liberalismo procurava instituir um Estado decorrente da

convergência de indivíduos pretensamente livres. A perspectiva econômica clássica projetava a expansão dos limites da propriedade privada, de uma ideia originária de mercado e da iniciativa individual, montando um arcabouço constitucional de forma a criar um novo ordenamento social judicial — o “império da lei” — que se estenderia sobre todos os indivíduos, assegurando-lhes a defesa diante de estruturas absolutistas que os liberais compreenderiam como ilegítimas (MERQUIOR, 2014).

Por outro lado, sobre o chamado neoliberalismo do século XX, o historiador Perry Anderson afirma que tal sistema tem sua gênese entre o fim da II Guerra Mundial e o imediato pós-guerra, como uma resposta ao Estado “intervencionista” e aos investimentos públicos em serviços sociais e infraestruturas. Não há uma data ou uma autoria precisa para o aparecimento do termo “neoliberalismo”, porém desde o final da Segunda Guerra Mundial a obra “O Caminho da Servidão”, do austríaco Friedrich Hayek, é um texto basilar para seus propugnadores. Em tal obra, o autor demonstrava inquietação com a crescente intervenção estatal em qualquer setor da sociedade capitalista. Mesmo a mais ínfima forma de intervenção poderia, a seu ver, levar ao autoritarismo, como o mesmo coloca em tal excerto: “apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão — uma servidão moderna” (HAYEK, 1944). Denise Gros sintetiza que o neoliberalismo era um movimento situado na “crítica ao planejamento econômico keynesiano nos anos 30 e 40 na Europa”, tendo se desenvolvido “após a II Guerra Mundial e tornou-se parâmetro para programas de governo a partir da crise capitalista dos anos 70” (GROS, 2008).

Ampliando a tentativa de reflexão acerca do neoliberalismo, não deixamos de ponderar a respeito de que tal preceito pode não se tratar apenas de uma perspectiva econômica, e buscaremos investigar isto adiante. Mais do que apenas uma teoria monetarista em si, o neoliberalismo aparentemente passou a tratar-se também de uma semântica eivada de simbologias, a ponto de ser visto como um recorte histórico que passou, a partir de determinado momento, a representar um conjunto de valores. As projeções sociais daí advindas visam o predomínio no campo ideológico quanto no político, relacionado com um processo de construção de uma arquitetura social baseada na valorização radical da ideia de indivíduo acima da de sociedade, o que não deixaria de ter traços autoritários. Na obra “Os inimigos íntimos da democracia”, Tzvetan Todorov aponta para este processo: o próprio conceito de “liberdade”, quando tomado como um fim em si mesmo, acaba por desencadear um processo de tirania

reversa. Tal abordagem é interessante para pensar o sentido que o neoliberalismo pode ter tomado no Chile (TODOROV, 2012).

Com os sucessivos choques do petróleo entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o modelo de “Bem-Estar Social” operado por países europeus e, em menor medida, nos Estados Unidos da América, fermentado nas barras de um período que ficou conhecido como “A era de ouro do capitalismo”, passa a entrar em decadência. Entraram em cena, entre outros fatores, o elevado custo social para os estados nacionais e a busca por novas fronteiras para a reprodução de capital em setores considerados até então estratégicos e protegidos pelo Estado, tais como a exploração de recursos minerais, a metalurgia e, mesmo, os setores dedicados à gestão da população, como a previdência social.

Um ramo da escola neoliberal europeia surgida ao final da II Guerra Mundial, a afamada Sociedade Mont Pelèrin, surgiria em Chicago nos Estados Unidos e seria protagonizado pelo economista Milton Friedman. Nesta nova vertente, o neoliberalismo ganharia contornos e abstrações menos filosóficas e passaria a ser matematizado, instrumentalizado em cálculos e fórmulas matemáticas, que viriam a ser conhecidas como “monetarismo”, uma dimensão de uma particular Teoria da Moeda. Em tal ideia, o papel do Estado deveria ser meramente protocolar e passaria a ter como única responsabilidade a manutenção da moeda, evitando flutuações inflacionárias, além da liberdade do câmbio, o bom ambiente para os negócios privados e a eliminação das amarras dos fluxos econômicos. (ANDERSON, 1996).

Vale uma ponderação a respeito da leitura que fazemos a respeito da Escola de Chicago. Tal instituição é associada à Universidade de Chicago e é mundialmente célebre como uma das formuladoras e propagadoras do novo pensamento neoliberal. Tal teoria econômico-ideológica teve como um dos seus maiores vultos, durante as décadas de 1960 e 1970, o mencionado Milton Friedman. Este foi docente na instituição entre 1948 e 1977, influenciando não apenas a aplicação do neoliberalismo no Chile do regime Pinochet (1973-1990), como também, posteriormente, em economias matrizes do capitalismo, como os Estados Unidos, com Ronald Reagan (1981-1989), e a Inglaterra, com Margaret Thatcher (1979-1990) (BREIT; SPENCER, 1988).

Quando mencionamos a Escola de Chicago e sua ascendência no recorte temporal aqui relatado, do ponto de vista ideológico, esta confunde-se com a história do desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo econômico na segunda metade

do século XX. Acerca da fundação da Universidade de Chicago, Howard Becker, numa conferência sobre a mesma, afirma:

A Universidade de Chicago foi fundada em 1895 a partir de uma grande doação feita por John D. Rockefeller, o milionário americano que fez fortuna na indústria do petróleo ao fundar a Standard Oil. Ele devia ter a consciência pesada e em determinado momento da vida quis fazer alguma coisa com seu dinheiro. Uma das coisas que fez foi beneficiar a Universidade de Chicago com uma enorme doação. (BECKER, 1996)

A referida vertente monetarista de Milton Friedman pretendia também fazer um contraponto ao Estado de Bem Estar Social. Foi nesta conjuntura que o jornal *O Estado de S. Paulo*, aparentemente, passa a fazer uma defesa enfática de tal modelo, que teve, na América do Sul, o Chile sob a ditadura de Pinochet como seu principal laboratório. Porém, se é exagerado falar em Estado de Bem Estar Social como uma estrutura realmente existente no Brasil, então o que especificamente o periódico *O Estado de S. Paulo* visava combater no Brasil ao aderir às formulações do neoliberalismo?

A busca da palavra “Chile” no acervo online de *O Estado de S. Paulo* do ano de 1973, ano do Golpe de Estado, nos traz o resultado de 1710 ocorrências em 171 páginas. Em relação ao nome “Pinochet”, e selecionando a década de 1970, são encontradas 1150 ocorrências e 2 cadernos especiais. Fazendo o mesmo exercício, porém inserindo o nome “Friedman” nos anos de 1980, 214 ocorrências são encontradas. Este levantamento que se cruza com temas de interesse à investigação resultou na catalogação e armazenamento de 101 textos, entre os quais artigos, reportagens, editoriais e cadernos especiais contendo o conjunto proposto entre Chile, Neoliberalismo, Augusto Pinochet e Milton Friedman.

No conjunto do material, pode-se destacar a série de matérias especiais chamada “Os caminhos da estatização” publicada pelo periódico nos anos 1970. O jornal *O Estado de S. Paulo* explicita a sua inquietação com o modelo estatista que o Estado brasileiro, na época governado pelo ditador Ernesto Geisel, vinha tomando. Não obstante, podemos traduzir esta leitura como uma crítica à configuração histórica patrimonialista do Estado brasileiro. Raymundo Faoro, na sua obra “Os Donos do Poder - A Formação do Patronato Brasileiro”, tem como argumento central uma explanação acerca do “atraso” do Estado brasileiro, como uma espécie de vício de origem que depois manteve suas raízes na formação da nação, configurando uma estrutura estatal parasitária. Uma superestrutura de poder estamental e patrimonial

fincada no Brasil pelo império português e perpetuada com a instalação da corte por aqui. Segundo Faoro, tal modelo tomou tal capilaridade no Estado que conseguiu se manter nas entranhas do poder mesmo com as transformações políticas que marcaram o Brasil entre o século XIX e XX (FAORO, 1998).

Ainda para Faoro, a liberdade pública fundamenta-se na liberdade econômica e apenas uma estrutura social moldada em classes teria a capacidade de produzir as condições efetivas para a configuração um Estado liberal-democrático. O oposto disso seria o estamento, e numa sociedade patrimonial e estamental, o liberalismo e a democracia seriam decorativos. O autor explica esta afirmativa da seguinte forma: “os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial” (FAORO, 1998, p. 23). De acordo com a ideia de “patriomonalismo” e “estamento” no Brasil, um artigo publicado pelos professores da UEMS, Mateus Boldrine Abrita e Walter Guedes Silva fazem uma interessante afirmativa:

No estado patrimonial de estamento, a forma de domínio é de cima para baixo e um grupo de pessoas se aglutina para se “apropriar” do Estado, valendo-se da máquina estatal em proveito particular, ou seja, seriam os “donos do poder”. Assim, o poder no Brasil é exercido por meio desse “estamento burocrático” e revela uma contradição no processo de modernização do país, cujas bases são instituições “anacrônicas” e comandadas por um “estamento burocrático”. Essas são as bases que fundamentam um sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado. Desse modo, o capitalismo brasileiro politicamente orientado é caracterizado por uma relação de forças calcadas não na meritocracia ou na eficiência, mas na tradição, na força política e no carisma, que, por sua vez, se refletem nas leis, orientadas para benefícios de uma minoria que dirige o país (ABRITA; SILVA, 2018)

Cabe problematizar tal preceito “patriomonalismo” apontado por Faoro não levando em consideração as contraposições que “estamento” e “classe-social” possam ter, mas uma leitura que parece se aproximar das visões particulares às quais *O Estado de S. Paulo* aparentava aderir. Sobre a dicotomia entre “estamento” e “classe” para Faoro, o cientista político Rubens Campante compreende que “a clivagem primordial dá-se entre estamento burocrático e o restante da sociedade [...] ao contrário da classe social, definida pela agregação de interesses econômicos, determinados [...] pelo mercado, o estamento é uma camada não econômica.” (CAMPANTE, 2003).

Cabe refletir que a pretensa oposição ao estado estamental e patrimonial alentada pelos responsáveis pela linha editorial do liberal *O Estado de S. Paulo*, não

necessariamente os tornavam menos conservadores ou elitistas. O elitismo neoliberal à brasileira possui uma base anti-patrimonial por tentar se distanciar retoricamente do estatismo que, principalmente à partir do Estado Novo e do getulismo, confunde-se com a imagem política do “populismo”. É bom ressaltar que o periódico tem uma origem demarcada na elite agrária paulistana. Aqui, a oposição ao estamento e à ideia de Estado patrimonial, social ou estatista, é uma questão de alinhamento ideológico. (CAPELATO; PRADO, 1980). Daí que a crítica ao patrimonialismo jamais supera os limites da privatização do Estado por elites que se julgam capazes de conduzir os destinos do país no lugar de uma população considerada inapta pra tal. Este autoritarismo liberal baliza as percepções dos responsáveis pela linha editorial do jornal.

A estrutura desta dissertação contará com três capítulos. No primeiro, é trabalhado o jogo de construção narrativa produzido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* acerca do contexto chileno desde a vitória de Salvador Allende, em 1970 até a sua queda, em 1973, e o início do Regime Pinochet. Nesse processo, são identificadas as principais concepções do periódico acerca de liberalismo e neoliberalismo com desdobramentos nas disputas políticas que marcam o tempo presente brasileiro.

O objetivo é o de analisar os textos produzidos pelo periódico verificando uma narrativa de crise permanente durante o governo Allende, com vistas a delinear uma perspectiva de fracasso do modelo socialista democrático e o imediato giro narrativo do jornal no momento em que ocorre o golpe militar no Chile. Mais do que acompanhar a conjuntura política do Chile de forma jornalística, o periódico visou enquadrar positivamente o debate acerca do modelo neoliberal aplicado no Chile, a despeito da violência desprendida.

O segundo capítulo mostrará, de acordo com as fontes, como o Regime Pinochet se aproxima dos “Chicago Boys”, tornando-se um laboratório neoliberal e como os símbolos deste modelo econômico implementados pelo regime-militar chileno foram utilizados pelo *O Estado de S. Paulo* como base de comparação e crítica ao regime militar brasileiro.

Para adentrar no terceiro e último capítulo, é importante frisar que neste trabalho compreendo o jornal *O Estado de S. Paulo* não como um opositor ao regime brasileiro, e sim como um crítico interno. A linha editorial adotada visava disputar as formas estruturais do governo dos militares, de modo que este adotasse políticas antiestatistas. Posteriormente, já no período de redemocratização, o periódico



manteria esta narrativa neoliberal, apresentando a experiência chilena como modelo a ser seguido no Brasil durante o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a partir de 1987.

Com tal divisão de capítulos é possível encaminhar interpretações rigorosas acerca da problemática aqui proposta. O trabalho explora as intencionalidades e visões políticas localizadas em *O Estado de S. Paulo*, as quais não apenas puseram em circulação ideias e projeções, mas visaram tensionar os debates nos corredores palacianos, com desdobramentos na formação de correntes políticas que disputam o Estado brasileiro no tempo presente.

## 1 CHILE E O ESTADO DE S. PAULO ONTEM E HOJE: UMA ANÁLISE DE MODELOS

### 1.1 O “LIBERAL REFORMADOR”: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

Ao analisar os posicionamentos políticos e ideológicos do diário *O Estado de S. Paulo*, é necessário ao menos tentar se aproximar, sob um ponto de vista histórico, do que a família proprietária do grupo, a tradicional família paulistana Mesquita, poderia compreender como liberalismo e como isso tornou-se neoliberalismo ao fim do século XX. Não é algo tão simples, pois, evidentemente, é uma família numerosa e o nosso trabalho conta apenas com fontes impressas a esse respeito. Porém, tentaremos ressaltar aqui o que os seus baluartes defenderam no decorrer do século XX, para que assim possamos compreender a construção de uma narrativa do impresso que integrou o debate público brasileiro.

No ano de 1875, antes do período republicano, uma associação de fazendeiros do ramo do café ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) criou na capital paulista um jornal chamado *A Província de São Paulo*, que “resultava de uma aliança entre elites rurais e a burguesia ascendente. Amparado em sólidos capitais, conjugou ideologia elitista das classes dirigentes com um veio de defesa do cidadão” (ELEUTÉRIO, 2015, p. 88).

No decorrer das duas últimas décadas do século XIX o Brasil passou por uma série de transformações. Nesta época o diário paulistano se engajou nas campanhas abolicionistas e republicanas. Com a consolidação de tais pautas, a promulgação da Lei Áurea em 1888 e, principalmente, a Proclamação da República em 1889, a família Mesquita decide mudar o nome do impresso de *A Província de São Paulo* para *O Estado de S. Paulo*. Em 1902, Júlio de Mesquita passou a administrar o diário e, muito mais que um impresso, o veículo de comunicação passou a participar ativamente da vida política paulistana. Decidido a formar uma frente de oposição ao velho PRP, foi orquestrada na redação do próprio jornal a formação de um conjunto de articulistas chamado “Grupo do Estado” que almejava influenciar no debate público por meio de arranjos que engajariam dissidências ao partido que dominava a política paulista e brasileira. Até a década de 1920 o “Grupo do Estado” esteve entre disputas e aproximações com o PRP. Porém, a partir daí o diário consegue protagonizar a criação de um partido opositor fato, o Partido Democrático (PD). (MICELLI, 1979).

Sobre esta concretização do diário como uma fração partidária, a socióloga e docente da USP, Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, expõe que:

A expansão do jornal *O Estado de S. Paulo* enquanto instância de produção cultural e ideológica, e sua consequente transformação em empresa capitalista acompanhou o crescimento político do grupo e sua caracterização em fração partidária (MORAES, 1994, p. 2)

Ainda a partir dos anos 1920, o grupo passa a obter uma maior pujança econômica e, com isso, posiciona-se ainda mais firmemente como um jornalpositor. Assim, o denominado "liberalismo reformador" ganha contornos mais concretos e menos abstratos. Julio de Mesquita afirmava que tal preceito político e econômico tinha um adversário:

a política militante degenerada e carcomida dos perrepistas, colocando-se como representante da elite intelectual do país [...]. Como os liberais da propaganda, os "renovadores" se vêm como um grupo político específico, a "elite intelectual" da nação, enraizada historicamente, herdeira dos ideais mais autênticos da nacionalidade e portadora da única interpretação racional e correta da sociedade, porque alicerçada no saber legítimo proporcionado pela ciência. (MORAES, 1994, p. 4).

Na obra assinada por próprio Julio de Mesquita Filho, chamada "Crise Nacional", o empresário culpou uma espécie de decadência pela qual o Brasil passava pela segregação entre a elite econômica e os dirigentes políticos que então percebia. Ainda de acordo com Mesquita, tal crise apenas poderia ser superada caso as "elites culturais" da nação fossem redirecionadas à condução e ao protagonismo da gestão pública dos negócios e da economia, pois o país vivia uma "carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural" (MESQUITA FILHO, 1925). Neste diapasão, a família Mesquita passou a ter influência direta na década de 1930, na fundação da Escola de Sociologia Política da USP.

Cabe aqui destacar um trecho de uma carta enviada ao presidente Arthur Bernardes pelos representantes da dita "democracia liberal" que é notável, pois diz muito sobre a forma como esta autodenominada elite cultural enxergava o Brasil de então. A carta foi escrita no ano de 1924 pelos membros do já mencionado "Grupo do Estado", que contava com figuras como Plínio Barreto, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes e Monteiro Lobato, e denunciavam a "fraude eleitoral", além de definir o voto aberto e universal como uma farsa, propondo então o voto de "censo alto":

Censo alto é o controle da política pela elite da nação, é o respeito à lei feudal de todos os organismos, é a parte-cérebro desempenhando suas funções de cérebro e a parte músculo (massa bruta, gente rural sem cultura nem capacidade de discernimento) subordinada naturalmente ao cérebro [...] com o voto secreto (censo alto) [...] veremos apresentarem-se homens de bem, os fazendeiros, os negociantes, os letrados, todos, enfim, que compõem a parte nobre do país (CASALECCHI, 1987, p. 240-3; LIMONGI, 1988, p. 74-80)

As décadas de 1930 e 1940 foram politicamente intensas para *O Estado de S. Paulo*. Em 1935, quando ocorreu a “intentona comunista”, o jornal defendeu o recrudescimento autoritário de Vargas, pois o combate ao “perigo vermelho” era mais urgente do que se opor ao Estado Novo. Já nos anos 1940, a redação do diário paulista foi invadida e ficou sob intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Neste período a família Mesquita se autoexila e apenas após 1945, com o fim do regime do Estado Novo, recuperou o controle do jornal que esteve sob intervenção federal. No decorrer daqueles anos, o jornal que já era marcado por um caráter elitista e antipopular passou a nutrir verdadeira repulsa pela ideia “populismo”. Mesmo após o suicídio de Vargas o jornal continuou a utilizar tal jargão como um adjetivo de forte conotação negativa e estereotipada. E o adjetivo podia estar vinculado tanto a pautas econômicas quanto a políticas públicas de caráter popular ou com características de intervencionismo estatal (GUILHERME, 2018).

## 1.2 DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO: UM MOVIMENTO ORGÂNICO

Cabe destacar o largo alcance da ideia de liberalismo ao longo do século XX. De acordo com Norberto Bobbio, a associação de liberalismo com democracia possui uma trajetória histórica recorrente. De acordo com esta perspectiva, há uma ordem política racional que preside os arranjos sociais, de modo a manter a livre existência do indivíduo em sociedade (BOBBIO, 2006, p. 22 -33). Ainda de acordo com o filósofo, o que determinaria o modelo sociopolítico moderno como liberal seria a salvaguarda dos direitos individuais. Nesta perspectiva, tal modelo expressaria o espontâneo curso do Estado liberal, internalizando em sua estrutura os direitos de liberdade política e civil comumente ligados à filosofia liberal. Desta forma, o liberalismo, percebido por Bobbio (1997, p. 219) como um sistema mais complexo e amplo se comparado aos outros modelos de organização política, funcionaria como elemento fundamental do governo democrático contemporâneo:

o Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas também jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia e de outra parte é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (BOBBIO, 2006, p. 32-33).

Os defensores do liberalismo, principalmente no segundo pós guerra, tentaram se afirmar como contraposição tanto ao nazifascismo quanto ao comunismo. No clássico "A Miséria do Historicismo", de Karl Popper, escrito em 1936, quando de sua edição de 1957, o autor dedicou o livro "em memória dos inúmeros homens e mulheres de todos os credos ou nações ou raças que foram vítimas da crença fascista e comunista das Leis Inexoráveis do Destino Histórico" (OUTHWAITE, 1996, p. 816). Nesta obra, Popper se dedica a produzir uma reflexão crítica a ideia de historicismo, delineando sua pretensão de formular sistemas políticos, sociais, leis, temporalidades e normas evolutivas da história com o intuito acelerar o seu fim. Para Popper, Marx era o principal e mais proeminente historicista, exercendo protagonismo na epistemologia até então. Popper acreditava que a teleologia social descrita por Marx, com foco em uma sociedade sem classes, era "antinatural", pois não seria papel das ciências sociais prever o curso da história ou advogar pelo seu desfecho. Popper defendia ainda que, mais importante que defender um sistema revolucionário socialista, com vistas a alterar o rumo das coisas de forma radical, seria mais efetivo apostar num "reformismo fragmentário" (POPPER, 2002).

Para Richard Bellamy e Dario Castiglione, a ideia de "democracia liberal" é fundamentada numa dicotomia entre a sociedade civil e o Estado. Ainda de acordo com Bellamy, os liberais interpretam o constitucionalismo como um estatuto que organiza os balizadores e as funções do Estado. Normalmente, os seus fundamentos estabelecem um poder constitutivo que legitima o monopólio da violência pelo Estado. Ainda, para os autores, a ingerência do poder estatal apenas seria justificável caso avançasse na redução da intervenção estatal no cotidiano social e visasse desenvolver um maior ambiente de liberdade geral (BELLAMY E CASTIGLIONE, 1999, p. 428). Numa perspectiva mais clássica, Stuart Mill, na obra "Sobre a Liberdade", compreende a ideia de liberdade como direito fundamental do cidadão e

que a única intervenção aceitável na individualidade é caso a mesma seja aplicada para autoproteção (MILL, 1952, p. 271).

É possível apontar, a partir da coleta de informações e da bibliografia especializada, que o periódico *O Estado de S. Paulo* se identificava com tal ideário liberal tanto na perspectiva política quanto econômica. Cabe considerar a grande dimensão que se extraviou no projeto liberal e suas diferentes apropriações, especialmente quanto à inerente perspectiva da igualdade como base para as liberdades. Francisco César Pinto da Fonseca aponta características que compuseram o conjunto de ideias defendidas por *O Estado de S. Paulo*:

Sua auto-alegada filiação liberal postula: a) a propriedade privada como fator central da civilização humana; b) a precedência do mercado (iniciativa privada), em detrimento do Estado; c) a proteção da liberdade e dos direitos do indivíduo perante o aparato estatal; d) a configuração democrático/liberal do Estado de Direito (democracia exclusivamente representativa, justiça e lei neutras, pois acima dos interesses privados, cumprimento dos contratos e etc). Em consequência, o Poder Judiciário é considerado o mais importante dos três poderes; e e) a retórica pluralista no âmbito da política. (FONSECA, 1994, p. 102)

De acordo com Maria Helena Capelato, as ideias liberais veiculadas na imprensa paulista no primeiro quarto do século XX, formam parte de um amplo complexo social que abarca um pensamento social abrangente acerca do Estado brasileiro e se acomodam geneticamente no interior de um projeto político. Os veículos se constituíram em meio a um processo histórico de disputas ao mesmo tempo em que se apresentaram como formuladores e propagadores do ideário em questão (CAPELATO, 1989). Ainda segundo a autora, as concepções políticas dentre os “reformadores liberais” não evidenciavam qualquer entusiasmo com ideias libertárias ou excessivamente democráticas advindas da Revolução Francesa, por exemplo. Nesta perspectiva, seus proponentes eram adeptos da ordem, ou seja, eram contrarrevolucionários, daí que se aproximassem dos liberais do século XIX (CAPELATO, 1989). Admiravam o *progresso* inserido da *ordem* e abominavam a perspectiva de desordem, caos e anarquia que viam como decorrências da democracia: “os liberais paulistas mencionavam com frequência [...] sobretudo a concepção de sociedade baseada no direito de propriedade [...] os reformadores da década de 20 justificavam a preservação da ordem social vigente” (CAPELATO, 1989, p. 21)

A aproximação e a afinidade militante entre o jornal *O Estado de S. Paulo* e o liberalismo político e o liberalismo econômico estão relativamente desnudadas. Porém, faz-se necessário compreender outra dimensão de seu projeto político. Como se dá o movimento que leva do projeto liberal para a defesa do neoliberalismo? Para ensaiar respostas a tal indagação, é preciso levar em conta que a figura de Milton Friedman e a sua obra “Capitalismo e Liberdade” exerce um papel importante. As fontes coletadas apontam não haver ambiguidades no projeto político de *O Estado de S. Paulo* quanto aos usos e acepções do liberalismo e sua contiguidade com os preceitos neoliberais: há uma integração entre ambas as epistemes.

Cabe considerar a importância do personagem Milton Friedman para a interpretação histórica dessa transição, especialmente a partir de sua influência na América Latina quando passou a assessorar a ditadura militar chilena. A crítica de Friedman às políticas de bem estar social e ao reformismo e seus métodos de ação social, num período de decadência da ideia de intervencionismo estatal, relaciona-se diretamente a um projeto de rearranjo social. Uma espécie de teoria liberal que perpassa e avança os limites do pensamento clássico abre um flanco de debate com as novas perspectivas econômicas e os jogo de poder no mundo capitalista. Friedman professou um liberalismo, sem dúvidas, mas um liberalismo reestruturado que expandiu sua influência de forma veloz e, portanto, se materializou politicamente, economicamente e até culturalmente, nos moldes do chamado neoliberalismo.

Na introdução deste trabalho, mencionamos a importância da Sociedade Mont Pèlerin neste processo de transformação. Porém, o neoliberalismo e o liberalismo (clássico ou neoclássico) possuem projetos relativamente diferentes de sociedade e de ideias, até por conta da distância de temporalidade entre eles. Em 1962 quando Milton Friedman lançou o seu clássico “Capitalismo e Liberdade”, afirmou que o argumento fundamental dissertado na obra seria o “capitalismo competitivo”, seu papel como “[...] sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política. Seu tema secundário é o papel que o governo deve desempenhar numa sociedade dedicada à liberdade e contando principalmente com o mercado para organizar sua atividade econômica” (FRIEDMAN, 1984, p. 13). Outra questão ressaltada por Friedman é sua oposição ao acúmulo de poder e governança, ao defender o debate acerca da ideia de federalismo e dos limites de direitos dos estados:

O governo é necessário para preservar nossa liberdade, é um instrumento por meio do qual podemos exercer nossa liberdade; entretanto, pelo fato de concentrar poder em mãos políticas, ele é também uma ameaça à liberdade. [...] o poder do governo deve ser distribuído. Se o governo deve exercer poder, é melhor que seja no condado do que no estado; e melhor no estado do que em Washington. (FRIEDMAN, 1984, p. 12).

As ideias de Friedman ensejaram um debate público e econômico via artigos, imprensa e capítulos de livros, contrapondo proeminentes economistas tidos como "regulacionistas", como Paul Samuelson e Kenneth Galbraith. Militando em favor da austeridade no custeio público, defendendo a desregulamentação monetária e aclamando o livre mercado e a liberdade individual, Friedman logo pôs-se no centro das discussões. Se o liberal neoclássico Karl Popper, na sua crítica ao que ele chamava de historicismo de Marx, contrapunha-se à noção de que teorias sociais e econômicas poderiam prever ou conduzir a vida em sociedade ao fim da história, o neoliberal Milton Friedman defendia que as liberdades econômicas eram um fim por si só. Estas significariam a liberdade mais extensa que poderia existir e um modelo de vida social completo. Ainda para Friedman, o livre mercado seria requisito fundamental para atingir a liberdade política.

No início do século XIX, Bentham e os filósofos radicais estavam inclinados a considerar a liberdade política como um instrumento para a obtenção da liberdade econômica. Achavam que as massas estavam sendo massacradas pelas condições impostas e que se a reforma política concedesse o direito de voto à maior parte do povo, este votaria no que fosse bom para ele – o que significava votar no *laissez-faire*. Não se pode dizer que estivessem enganados. Houve um bom volume de reformas políticas acompanhadas por reformas econômicas no sentido do *laissez-faire*. Enorme no desenvolvimento no bem-estar das massas seguiu esta alteração na organização econômica. (FRIEDMAN, 1984, p. 19).

Para Friedman, é o encadeamento dos vínculos de comércio que permitem o estabelecimento sem restrições de um arranjo social e político livre. Isso estaria diretamente interligado à livre troca de serviços, “um modelo funcional de uma sociedade organizada sobre uma base de troca voluntária é a economia livre da empresa privada – que denominamos, até aqui, de capitalismo competitivo” (FRIEDMAN, 1984, p. 22). Para a vertente encabeçada por Friedman, se a existência humana em si é um contínuo ato de escambos de materiais, de serviços e de subjetividades. Torna-se mais elucidativo compreender, para o economista, a associação entre liberdade política e livre mercado. Ao Estado, resta apenas administrar a estrutura de troca espontânea e livre das intimidações intervencionistas.



Ao Estado caberia tão somente produzir mecanismos e métodos para que o estímulo à competitividade no âmbito do livre mercado.

### 1.3 O NEOLIBERALISMO E O TEMPO PRESENTE: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Ao aproximarmos a política econômica praticada durante a ditadura militar chilena e a política econômica apregoada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar do processo histórico contemporâneo ter levado os liberais do jornal à teleologia ideológica do neoliberalismo, não necessariamente o “liberalismo reformador” defendido por Julio de Mesquita no primeiro quarto do século XX é idêntico ao neoliberalismo pinochetista. Mas, tendemos a apontar que, mesmo diferentes, operavam inseridos no mesmo arcabouço político socialmente conservador e elitista.

Quando uma onda de protestos irrompeu as ruas de Santiago, capital do Chile, em outubro de 2019, rapidamente levando o país uma crise sem precedentes no século XXI, vários questionamentos permearam as análises de política e economia da imprensa. Os principais giravam em torno de uma questão específica: como pôde isso acontecer? O Chile era, até então, apregoado como modelo de êxito econômico no continente. Segundo muitos analistas e articulistas, este modelo de sucesso era decorrente da aplicação exemplar de políticas econômicas baseadas no chamado *neoliberalismo*. Ainda em 2019, em visita oficial ao Chile, o Ministro Chefe da Casa-Civil do Brasil, Ônyx Lorenzoni, sob o governo de Jair Bolsonaro, deu uma entrevista veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que fornece elementos para o delinear da importância daquele país para uma parcela significativa do campo político conservador no Brasil.

No dia 21 de março de 2019, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou duas matérias na sua versão web categóricas sobre o assunto: “Onyx vê mérito em reformas de Pinochet e diz que ditador 'teve que dar banho de sangue’” e “Bolsonaro diz que o governo se inspira em modelo de Previdência do Chile”. Nelas, Lorenzoni deu a seguinte declaração: “o Chile lá atrás teve que dar banho de sangue para mudar princípios macroeconômicos, [...] é uma coisa curiosa até do ponto de vista histórico. No Chile uma coisa sangrenta, e o Chile se rearrumou”. Prosseguiu estabelecendo um vínculo entre violência, regime Pinochet e uma pauta bastante cara ao modelo neoliberal: o sistema previdenciário. Concluiu: “mas a gente está propondo caminho

muito similar ao do Chile (em relação ao modelo previdenciário) [...] a turma da esquerda se incomodou por ter reconhecido algum mérito no governo Pinochet".<sup>2</sup>

Também na versão online, no mesmo dia, o mesmo jornal trouxe informações sobre as iniciativas do governo de Jair Bolsonaro em matéria econômica:

Bolsonaro afirmou acreditar na "capacidade e no patriotismo" do ministro da Economia, Paulo Guedes, para solucionar o problema da Previdência. O presidente brasileiro lembrou que Guedes morou no Chile durante o governo de Augusto Pinochet e está levando "em parte" o formato do sistema para o Brasil.<sup>3</sup>

Tais declarações remetem para a reabilitação de um personagem que parecia ter seu lugar na narrativa histórica definitivamente situado no âmbito da tragédia e da memória traumática: o ditador Augusto Pinochet Ugarte. O general Pinochet chegou ao poder por meio de um sangrento golpe militar, em 1973, que derrubou e vitimou o presidente Salvador Allende, que fazia um governo respaldado numa aliança entre socialistas, comunistas e outras forças políticas. Além disso, o elevado grau de violência empregado pelas forças armadas chilenas no processo de repressão e perseguição às oposições do país durante a ditadura (PADRÓS, 2012, p. 13) não deve ser isolado de sua peculiaridade econômica, designada pelo historiador Perry Anderson como "o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea" (ANDERSON, 1996, p. 15).

Cabe pensar que esta característica de 'vanguarda neoliberal' referida por Perry Anderson e implementada pela ditadura chilena, contaria com o protagonismo de outro personagem: o já aqui citado economista monetarista estadunidense Milton Friedman.<sup>4</sup> Este promoveu consultorias para a implantação desta nova teoria

<sup>2</sup> Ônyx Lorenzoni, "**Onyx vê mérito em reformas de Pinochet e diz que ditador 'teve que dar banho de sangue'**". São Paulo, 21 de março de 2013, versão online.

<sup>3</sup> Jair Bolsonaro, "**Bolsonaro diz que o governo se inspira em modelo de Previdência do Chile**". São Paulo, 21 de março de 2019, versão online.

<sup>4</sup> "Milton Friedman foi um economista que ficou conhecido por seus trabalhos sobre a análise do consumo e sobre a Teoria Monetária. Defensor dos princípios do liberalismo, lecionou na Universidade de Chicago entre 1946 e 1977, foi professor em Cambridge e recebeu em 1976 o Prêmio Nobel de Economia, em especial por seu livro "Capitalismo e Liberdade" e por sua influência nas práticas atuais das ciências econômicas. Sua maior realização, no entanto, foi a "Teoria da Função de Consumo", que ele desenvolveu e publicou em 1957, trabalho mencionado com destaque na citação para o Prêmio Nobel." (Cf: NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Milton Friedman e a História do Pensamento Econômico Contemporâneo**. São Paulo: Ferreira, 2006, p. 2. Disponível em <[https://www.editoraferreira.com.br/Medias/1/Media/Professores/ToqueDeMestre/EdsonRonaldo/edson\\_toque12.pdf](https://www.editoraferreira.com.br/Medias/1/Media/Professores/ToqueDeMestre/EdsonRonaldo/edson_toque12.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2019).

econômica aos economistas do regime, também conhecidos como *Chicago Boys*<sup>5</sup> (VALDES, 1995, p. 265). Também aconselhou pessoalmente ao ditador Augusto Pinochet (KLEIN, 2005), respaldando e legitimando a implementação dessas políticas,<sup>6</sup> através do que a jornalista Naomi Klein denominou como “doutrina de choque”.

A *Doutrina de choque* é conceitualmente apresentada com base na designação desenvolvida por Naomi Klein. Seus postulados parecem estar presentes nas afirmativas do ministro Ônyx Lorenzoni. Para Klein:

A doutrina do choque como todas as doutrinas é uma filosofia de poder. É uma filosofia sobre como conseguir seus próprios objetivos políticos e econômicos. É uma filosofia que sustenta que a melhor maneira, a melhor oportunidade para impor as ideias radicais do livre-mercado é no período subsequente ao de um grande choque. Esse choque pode ser uma catástrofe econômica. Pode ser um desastre natural. Pode ser um ataque terrorista. Pode ser uma guerra. Mas, a ideia é que essas crises, esses desastres, esses choques abrandam a sociedades inteiras. Deslocam-nas. Desorientam as pessoas. E abre-se uma ‘janela’ e a partir dessa janela se pode introduzir o que os economistas chamam de ‘terapia do choque econômico’<sup>7</sup>.

O assunto “liberalismo” enquanto agente vinculado à crise atual chilena voltou ao debate no jornal em matéria *online* do dia 24 de outubro de 2019, num blog especial chamado “Estadão na Escola”, que consiste numa página de internet voltada para dicas de vestibular e temas afins. Na matéria intitulada “Protestos no Chile levantam discussões que vão de História a Artes”, a jornalista autora do texto dedicou um tópico ao “liberalismo” como um dos catalizadores das manifestações atuais. Segue o excerto:

<sup>5</sup> *Chicago Boys* foi uma alcunha dada para cerca de 25 jovens economistas formados e/ou influenciados pela Escola de Economia de Chicago e pelo professor Milton Friedman. Os mesmos foram responsável por instrumentalizar a implementação do modelo neoliberal no Chile e tinham em comum a utilização da Universidade Católica do Chile como laboratório de seus estudos e prática docente. (VALDES Juan G. **Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995, p. 265.)

<sup>6</sup> **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 6 de abril de 1975, p. 12. O conceito de “tratamento de choque” apresentado por Milton Friedman aparecia no jornal pela primeira vez nesta edição, na matéria intitulada “Chile tenta vencer a crise econômica”: “O debate econômico deve ser por muito tempo, ao que parece, a principal preocupação dos chilenos. Nos dias que precederam a Semana Santa, os economistas Milton Friedman, Arnold Harberger e Carlos Lagoni reiteraram uma vez mais o diagnóstico e a proposição de tratamento que a escola de Chicago oferece ao Chile. A solução, ‘um tratamento de choque’, de acordo com Friedman, foi ouvida com interesse e até mesmo ‘com devoção’”.

<sup>7</sup> KLEIN, N. **"A doutrina do choque"**. O tema do novo livro da ativista Naomi Klein. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/176-noticias/noticias-2007/562784-a-doutrina-do-choque-o-tema-do-novo-livro-da-ativista-naomi-klein>>. Acesso em: 24 set. 2017.

### 7 – Liberalismo

O Chile virou referência na América Latina pelo crescimento econômico acima da média e por adotar o modelo liberal cujas reformas levaram a uma série de privatizações em áreas como saúde, educação e previdência. Nesta atividade, o aluno deverá pesquisar e comparar a implementação de medidas liberais em outros países da América Latina, observando suas consequências em cada lugar.

[...]

O professor poderá aproveitar o tema para discutir o conceito teórico de liberalismo. A sugestão é que use como referência o autor Milton Friedman, dado que seus alunos da Escola de Chicago (os “Chicago Boys”) eram os economistas de Augusto Pinochet, que iniciou a implantação de políticas liberais no Chile.

[...]

No youtube, há diversas entrevistas do próprio Friedman sobre liberalismo (<https://www.youtube.com/watch?v=skx8a90xI78>) e videoaulas que explicam, em linguagem simples, os conceitos do economista. Sugestão: <https://www.youtube.com/watch?v=duDng9IJisc>.

[...]

Há, ainda, a possibilidade de fazer a ponte com o Brasil, provocando os alunos com a seguinte questão: qual a relação entre a Escola de Chicago e o atual Ministério da Economia? Afinal, Paulo Guedes estudou na Universidade de Chicago e tem Friedman como referência.<sup>8</sup>

Outra questão central em se analisar o Chile é a sua Constituição Federal. Um dos alvos dos últimos protestos e assunto recorrente nas últimas décadas. O país andino conta ainda com a constituição idealizada durante a ditadura Pinochet e promulgada no ano de 1980, a qual até sofreu algumas alterações, mas o texto principal continua o mesmo. E o alvo da polêmica é que durante o processo de transição política entre o fim da ditadura e a reimplantação da democracia naquele país, mais precisamente um dia antes do Pinochet deixar o poder, em 1990, uma série de incisos foram introduzidos, a ponto de dificultar a sua alteração. Para qualquer alteração o governo precisaria contar com uma maioria de três quintos ou dois terços do congresso. Outro ponto polêmico foi um constante sentimento de vigilância, pois antes de sair do governo Pinochet criou para si mesmo um cargo de senador vitalício e continuou como comandante das forças armadas até 1998, afastado apenas por motivos de saúde (ZALDÍVAR, 1995).

Cabe aqui considerar que recorrer a material recente e a processos que estão andamento no tempo imediato é uma prática das mais arriscadas para um historiador. Os recuos e aproximações que a História do Tempo Presente permitem, com eventos ainda “vivos”, abrem campos de análise e interpretações diferenciados, dadas “as diferentes percepções de tempo histórico que se cruzam nos objetos estudados,

<sup>8</sup> O Estado de S. Paulo. “**Protestos no Chile levantam discussões que vão de História a Artes**”, 24 de outubro de 2019, versão online.

particularmente aquelas que envolvem o próprio pesquisador” (CAMPOS; LOHN, 2017, p. 102). Por outro lado, para Marieta de Moraes Ferreira “os desafios permanecem, se atualizam e exigem novas respostas. Como lidar com eventos não terminados e, conseqüentemente, com variáveis para análise que não podem ser previstas ao se estudarem processos não finalizados?” (FERREIRA, 2018, p 87).

Os processos que dizem respeito à afirmação no neoliberalismo na América Latina formam uma História do Tempo Presente que ainda deve ser elaborada, carregada de múltiplos sentidos ainda não interpretados e processos incompletos, prenhe de incertezas e contradições, como um processo narrativo ainda em disputa. Para Henry Rousso:

A particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ‘ainda-aí’(ROUSSO, 2016) .

Este “ainda aí” pode ser compreendido, entre outros processos contemporâneos, a partir da história inacabada das medidas neoliberais na América Latina e, em particular, no Brasil. Um projeto de disputas que molda os debates políticos há décadas e que vem sendo fartamente debatido nos dias de hoje, como o enfraquecimento da legislação social e trabalhista, reformas previdenciárias, corte de gastos públicos, a redução do Estado social e a luta da direita brasileira pela independência do Banco Central.

Ao longo da década de 1970, a cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo* mais do que narrar, produziu expectativas quanto às medidas econômicas adotadas pela ditadura chilena e que apontariam para um modelo que deveria ser seguido em todo o continente: construir o presente do futuro. Assim, as políticas neoliberais também podem ser postas no rol do conjunto de ações oficiais tomadas por ditaduras da América do Sul que compõem um “passado que não passa”. Não é possível divorciar tais processos daqueles que envolveram a construção de uma estrutura repressiva. Forma-se, assim, uma temporalidade que é compartilhada pelas populações do continente e que evoca práticas repressivas e violações aso direitos humanos em conjunto com medidas econômicas antipopulares. No dia 23 de setembro de 1973, em excerto chamado “Repressão”, inserido numa reportagem denominada “Dívida externa preocupa o governo do Chile”, trouxe o seguinte relato:

Em Rancagua, uma patrulha do Exército tentou ontem revistar a residência do professor Luis Almonacid, de 42 anos, filiado ao Partido Comunista. Almonacid opôs resistência e foi fuzilado no local. Em Antofagasta, depois de um julgamento sumário por uma corte marcial, foram fuzilados o médico Jorge Antonio Cerda Albarracin e o operário Carlos Desiderio Quiroga Rojas, sob a acusação de "incitação à subversão, doutrinação subversiva, espionagem e violação da lei sobre controle de armas" [...] O general Oscar Bonilla, ministro do Interior, anunciou ontem que , até às 20 horas locais, o "saldo oficial" de pessoas mortas desde o dia 11, quando Allende foi deposto, é de 210 civis e 34 militares ou membros do Corpo de Carabineiros.<sup>9</sup>

No ano de 2019, em matéria online divulgada no dia 07 de setembro chamado “Piñera é processado por crimes contra a humanidade após protestos no Chile”, novos desaparecimentos e mortes voltam a fazer parte do cenário político e repressivo chileno:

Ação foi movida contra presidente pela responsabilidade como chefe de Estado; protestos deixaram 20 mortos, cinco deles por ação direta de agentes do Estado [...]

Um tribunal chileno acolheu uma ação movida contra o presidente Sebastián Piñera por sua responsabilidade em supostos crimes contra a humanidade que ocorreram durante a crise social que o Chile vive há quase três semanas e matou 20, segundo o Judiciário [...]

A ação afirma que a Polícia e os militares cometeram pelo menos nove delitos – entre eles homicídios, torturas, restrições ilegítimas e abuso sexual – desde sexta-feira, 18 de outubro, quando o surto social começou e o presidente Piñera estabeleceu o estado de emergência, no qual entregou o controle da segurança de Santiago e outras cidades ao exército [...]

Os protestos deixaram 20 mortos, cinco deles por ação direta de agentes do Estado. O Instituto Nacional de Direitos Humanos contabilizaram até esta quarta-feira 1.778 feridos e cerca de 5.000 detidos.

O tempo histórico não possui uma unicidade abstrata e pré-determinada como no tempo regido pelos calendários e relógios; é diferente, e é justamente essa diferença que relaciona a compreensão da História do Tempo Presente como uma experiência vivida múltipla, com recuos, aproximações, estratos e durações de variados tempos, tal qual a experiência humana. Existem diversos “extratos de tempo” justapostos e sincronicos, como colocado por Koselleck, “estruturas de repetição que não se esgotam na unicidade” (KOSELLECK, 2001). Para compreender a justaposição entre as medidas econômicas e o autoritarismo, faz-se necessário circunscrever os processos decorridos desde que o receituário neoliberal começou a mostrar sua face ao mundo, tendo a ditadura chilena como protagonista e primeiro laboratório. Por seu lado, a imprensa brasileira representada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* configurou narrativas que organizaram o tempo presente conforme uma

<sup>9</sup> **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 23 de setembro de 1973

determinada lógica e, ao pesquisá-la, compreendemos que o presente não se caracteriza por ser tão somente uma travessia do tempo, mas um espaço de disputas entre futuro e passado. (PEREIRA, 2009).

Sob esta perspectiva, cabe abordar as notícias de repressão violenta aos protestos em massa no Chile em 2019 com os devidos cuidados, o que envolve recuos e aproximações no tratamento da violência perpetrada pelas forças de segurança como uma ressonância daquela praticada naquele mesmo país durante o período ditatorial. Diante disso, cabe considerar o que Rodrigo Patto Sá Motta, referindo-se ao contexto brasileiro, afirma a respeito da importância da imprensa na construção de narrativas do presente: “o impacto político das representações da imprensa é tema atual, por razões óbvias. Compreender isso melhor no período da ditadura poderá, talvez, ser útil para pensar os dilemas de hoje” (MOTTA, 2007, p. 369). Será possível estudar o passado do neoliberalismo na América do Sul sem levar em conta seu presente imediato e ser por este permanentemente afetado?

A matéria intitulada “Justiça do Chile investiga policiais que ‘crucificaram’ manifestantes em antena de delegacia”, divulgada no dia 25 de outubro de 2019 na edição on-line de *O Estado de S. Paulo*, traz os seguintes dados:

No último balanço divulgado na tarde de quinta-feira pelo INDH, 2,6 mil pessoas estão detidas em todo o país desde o dia 18, entre elas quase 300 crianças e adolescentes. Do total de 584 pessoas feridas, 245 foram por armas de fogo. O instituto abriu 59 ações judiciais, sendo cinco delas por casos de homicídios cometidos pelas forças policiais e do Exército chileno, que também trabalha nas ruas desde o decreto de estado de emergência em diversas regiões do país.

Os protestos estudantis de 2019 evocam a memória do processo político que envolveu o governo Allende, o golpe 1973 e a ditadura. A chamada *via chilena* prometia um socialismo democrático e não apenas envolvia debates políticos e econômicos, mas, também, como todo grande momento de efervescência e agitação social, viria a alargar-se e espalhar-se na esfera cultural. De tal momento surgiu um movimento cultural que ficaria conhecido como *Nueva Canción Chilena*, e que, apesar de contar com artistas e músicos em atividade desde a década anterior, ganharia o mundo e a legitimidade de música “politizada” ou “canção de protesto” durante o período Allende e, posteriormente, com seus integrantes no exílio. Como pontua Ana Augusto de Souza, a *via chilena* atrairia a curiosidade de artistas, músicos, jornalistas, cineastas e pessoas envolvidas com manifestações culturais de todo o mundo,

situando o Chile, se não no protagonismo da indústria cultural mundial, mas pelo menos atraindo atenções em larga escala (SOUZA, 2004). Compositores como Victor Jara, Isabel Parra, Violeta Parra, Ángel Parra, Patricio Manns, Osvaldo Rodríguez e Tito Fernández passariam a ter suas canções executadas em rádios dos países hispânicos de toda a América Latina e nações latinas da Europa. Dentre estes, Victor Jara se tornaria o mais representativo e uma das maiores referências do movimento, muito por conta da forma trágica como se deu a sua morte. Jara foi torturado e assassinado no Estádio Nacional do Chile pelo regime Pinochet, tendo suas mãos esmagadas e posteriormente cortadas, como uma das punições por ser violonista e comunista (VILCHES, 2004).

As dimensões econômica e política não são dissociadas da cultura e nem da memória. Refletindo e buscando aproximações com Michel Pollak, podemos considerar que a relevância que a sociedade concede ao próprio passado através de alguma manifestação cultural e política, pode estar associada com ângulos simbólicos, em que algum específico fragmento de memória, de tempo ou de momento pode estar representado numa narrativa social. Não é objetivo deste trabalho avançar na reflexão sobre os processos sociais estruturados pela memória, mas é importante o quanto a cultura segue como um terreno de confrontação com o ideário neoliberal no tempo presente. O passado é ajustado por lembranças e acomodado por esquecimentos, enquanto o seu encadeamento outorga sentido ao presente. Sobre tal inquietação, Pollak afirma:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela, vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada. (POLLAK, 1992).

Portanto, quando efetuamos aproximações e distanciamentos entre presente e passado chileno, a figura de Victor Jara acaba ganhando uma conotação relevante que por vezes se confunde com a própria memória de Salvador Allende. A cobertura dos protestos ocorridos no Chile em 2019, em matéria intitulada “Manifestantes



chilenos resgatam músicas de Victor Jara e Violeta Parra”, veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo* e assinada por Alexandre Ferraz Bazzan, destaca que “músicas do cantor folclórico entraram nas 50 mais virais do país no Spotify” e que “após a reunião de mais de 1 milhão de pessoas em Santiago [...] dezenas de violonistas se juntaram para tocar *El derecho de vivir en paz*, de Victor Jara. Aos instrumentos somaram-se as vozes de milhares de pessoas que estavam protestando”.<sup>10</sup> Faz-se necessário observar que a historiografia depara-se com muitos desafios ao analisar a memória e a imprensa. Não podemos certificar que as manifestações culturais isoladamente sobrepujem a importância dos documentos e vestígios impressos para a consolidação da memória, seja de um país, seja de um determinado recorte temporal. A coerência da construção da narrativa histórica e sua densidade são consequência de uma negociação, pontuada por divergências e disputas entre múltiplos agentes sociais. A consolidação de narrativas sobre o passado legitima discursos e sua importância afirma-se na constatação das relações de poder que permeiam conflitos e tensões, dado que uma miríade de grupos sociais tem interesse na configuração de uma imagem sobre o passado. Sobre tal atribuição, Pollak reflete:

O trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser, sem dúvida, interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (POLLAK, 1989)

O processo político chileno segue em aberto, despertando interesses e promovendo conflitos que se fazem presentes em momentos de protesto social e recuperação de mobilizações e expressões do passado, tais como as canções de protesto. Na análise da forma como o conjunto de concepções econômicas representadas por estas personalidades foi abordado no periódico *O Estado de S. Paulo*, entre os anos de 1970 e 1988, cabe ainda levar em conta a junção de processos políticos entre Chile e Brasil naqueles anos, o que envolveu ditaduras militares e um longo e negociado processo de redemocratização.

---

<sup>10</sup> *O Estado de S. Paulo*. 28 de outubro de 2019.

Jacques Le Goff reflete que os eventos estabelecidos como “acontecimentos históricos” ao longo do século XX estiveram mediados pela narrativa e a interpretação da “grande imprensa”, de forma que todo o arcabouço de memórias sociais imbricasse com o “discurso da informação” e a sucessão de eventos incorpora-se a uma história fixada que inicia a ser escrita (LE GOFF, 1994, p. 142). Não se trata tão somente de entender a imprensa em sua prática de registrar a história, mas, também, de compreendê-la como um intermediário pertinaz na construção social dos acontecimentos.

Quando a investigação volta-se ao acervo de *O Estado de S. Paulo* ao longo das décadas de 1970 e 1980, os vestígios apurados formam um relicário do neoliberalismo no Brasil. Para tal é necessário estar atento à formação de uma série de textos acumulados em suas páginas no período, tendo em vista que a unicidade de um vestígio, uma coluna, um editorial, ou uma matéria especial “não se constitui em um objeto único e isolado” (LUCA, 2005, p. 111 - 113), mas relacionado numa composição discursiva. Cabe, assim, identificar interações entre os vestígios isolados e o conjunto que nos interessa para efetuar a análise das combinações daí advindas. A investigação em *O Estado de S. Paulo* abre a perspectiva de focalizar as opções que se abriram no debate econômico no decorrer do regime militar brasileiro (KUSHNIR, 2004).

O veículo de mídia está inserido em um contexto material, cultural, social e político. Para Tania Regina de Luca, o pesquisador “dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento” (LUCA, 2008). A respeito desta afirmação, a investigação historiográfica acessa os meios impressos por meio das notícias e textos de opinião, os quais são construídos a partir de uma seleção de pautas que restringem e escolhem o que seria o mais relevante no conjunto de eventos sociais, denotando alguma forma de posicionamento ideológico e uma perspectiva política. Ainda de acordo com Tânia Regina de Luca, na grande imprensa se faz presente a ação de “sujeitos sociais que, por intermédio da palavra impressa, expressam suas reivindicações, projeto, aspirações e leituras de mundo” (LUCA, 2016). A imprensa é produtora de narrativas e discursos e que esses “discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do

conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (LUCA, 2008).

A trama da leitura da imprensa não está completa sem a compreensão que o manuseio das fontes envolve identificar o *espaço de experiência* que compõe a produção das matérias, editoriais e colunas, bem como o *horizonte de expectativas* de quem as escreveu ou a linha editorial que o jornal professava naquele período. Nessa mesma perspectiva, é preciso compreender que o tempo presente é um compósito de trajetórias de longa e curta durações, formando estratos de tempo, de acordo com os apontamentos do historiador alemão Reinhart Koselleck. Assim, não há expectativa sem experiência e não há experiência destituída de expectativa, de maneira que estas seriam “duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006). No período discutido, *O Estado de S. Paulo* foi um operador social com destacada participação política e manuseio das expectativas em disputa em um período de transição da ditadura para um regime que ainda não estava delineado.

#### 1.4 UM PROJETO POLÍTICO: ANÁLISE E BALIZAS CONCEITUAIS

René Rémond afirma que o político não estabelece uma categoria alheia das outras perspectivas da coletividade. Trata-se de “uma modalidade da prática social” e se entrelaça com outros ângulos que constituem o arcabouço da comunidade. Tal compreensão em relação ao político foi possibilitado com o alargamento do próprio campo e a interdisciplinaridade foi primordial neste propósito. Rémond acentua “a pluralidade dos ritmos que caracterizam a história política. Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento” (RÉMOND, 2003). A perspectiva aqui empregada é a de que o impresso *O Estado de S. Paulo*, através de editoriais, colunas de opinião e reportagens especiais, operou na esfera política e influenciou os círculos de poder e as instituições da sociedade a partir de uma narrativa coerente. O jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>11</sup> foi um entusiasta do golpe civil-militar brasileiro de 1964

---

<sup>11</sup> Segundo excertos da biografia retirada do próprio acervo do jornal: “O Estado de S. Paulo” é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4 de janeiro de 1875, ainda durante o Império, circulava pela primeira vez “A Província de S. Paulo” - seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, receberia sua atual designação. [...] O jornal foi fundado por 16 pessoas

(FIGUEIREDO FILHO, 2005). Posteriormente, o diário paulista passou a perceber-se em uma proeminente posição na então emergente construção de uma narrativa histórica durante o período de redemocratização que passou a dar legitimidade a um determinado receituário de arranjos políticos e econômicos, influenciando em importante parcela dos setores envolvidos na construção da Nova República, a partir de uma legitimidade adquirida nas relações de poder em que se inseria.

Para tratar sobre a legitimidade que por vezes o discurso midiático pode criar, é bom fugir de armadilhas e tentar compreender melhor o conceito. Para Jürgen Habermas, “legitimidade” aplica-se a contextos não autoritários, o que não era o caso do Brasil e tampouco do Chile no recorte temporal analisado. Conforme Habermas, um tema, uma política, uma ideia ou conduta para ser legítima precisa satisfazer ao princípio democrático estabelecido ou socialmente aceito. (HABERMAS, 2003). Todavia, *O Estado de S. Paulo*, a despeito de seus eventuais embates com a censura, foi um diário que almejou dar uma conotação de normalidade institucional ao período ditatorial brasileiro e apresentá-lo assim à sociedade civil brasileira, além de pleitear um amplo diálogo com os próceres do regime (MOTTA, 2017).

É importante ponderar sobre qual era o público consumidor de *O Estado de S. Paulo*. O impresso, embora possuísse uma grande tiragem — desde 1967 o jornal superava o número de 340 mil exemplares de tiragem (atualmente, caiu a menos da metade disso)<sup>12</sup> — visava dialogar com uma elite política e econômica nacional para quem o princípio democrático poderia ser maleável a ponto de defender o processo democrático apenas quando este lhe convinha. O que o jornal vislumbrava era gerar um ciclo de opinião positiva entre os depositários do poder civil, de uma classe média que, por muitas vezes, se identificava com o regime e, desta forma, poderia ajudar a introduzir o debate nos corredores palacianos do poder militar fomentando tal

---

reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, concretizando uma proposta de criação de um diário republicano surgida durante a realização da Convenção Republicana de Itu, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão. [...] Em 1902, Júlio Mesquita, redator desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César, um dos 16 fundadores, torna-se o único proprietário. Nesta época a cidade atingia a marca de 250 mil habitantes, metade dos quais italianos. Dois anos antes havia circulado o primeiro bonde elétrico e em 1901 inaugurada a primeira usina hidrelétrica para fornecimento regular de luz e força para a cidade. A modernização do jornal acompanhava o espantoso crescimento da cidade que havia decuplicado sua população nos 35 anos posteriores à chegada da ferrovia. Neste mesmo ano Júlio Mesquita e Cerqueira César lideram a 1ª dissidência republicana, iniciando a partir de então uma linha de oposição sistemática aos governos estadual e federal.” Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>>. Acesso em: 29 set. 2019.

<sup>12</sup> GRUPO ESTADO. **Estado de S. Paulo**: resumo histórico. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/cont6.htm>>. Acesso em: 18 out. 2019.

legitimidade na opinião pública (BENEVIDES, 1981). Portanto, o “mercado consumidor” do periódico, ressoando um determinado discurso, produziria condutas e anseios considerados legítimos e mais racionais. E argumento “racional” para O *Estado de S. Paulo*, neste caso, era a hegemonia liberal que predominou na agenda da imprensa brasileira no referido período (FONSECA, 2005).

Desta forma, a “legitimidade” é engendrada entre os setores que avocam a posição de falarem pela chamada sociedade civil, particularmente suas elites. A legitimidade não é interligada ao real e ao palpável, e sim ao desempenho e compreensão desta sociedade. Habermas considera que as regras sociais angariam legitimidade quando “se mede pela resgatabilidade discursiva de sua pretensão de validade normativa” (HABERMAS, 2003). De tal reflexão, compreende-se que um procedimento legítimo será aquele que for despertado num discurso social contumaz e adaptado no ordenamento coletivo. É de tal discussão na sociedade civil (aqui, para o *Estado de S. Paulo*, a classe média consumidora do seu produto, a elite dominante, a elite econômica e a caserna) que se extraem os princípios para a consolidação das condutas, tornando legítimas as quais assim foram imaginadas e estimuladas (HABERMAS, 2003).

A respeito desta legitimidade concedida ao regime militar brasileiro por O *Estado de S. Paulo*, Rodrigo Patto Sá Motta, afirma que sua “relação com a ditadura era um desafio constante”, apesar de seus proprietários terem continuado “a apoiar as ações repressivas voltadas à manutenção da ordem social” (MOTTA, 2017). No transcorrer da ditadura militar brasileira, extensos processos sociais influíram no cotidiano da população brasileira e auxiliaram no estabelecimento de um delineamento de novos sentidos na sociedade civil, com desdobramentos no comportamento da imprensa brasileira (RIBEIRO, 2006). Novas perspectivas culturais e marcos políticos brotavam no mundo, uma cada vez mais intensa e veloz troca de referências e influências abriu novas necessidades nas produções culturais, bem como novas expectativas socioeconômicas faziam manifestar um protagonismo mais acentuado nas classes médias urbanas. É possível identificar a aproximação entre o alcance a bens de consumo simbólicos, direitos civis, liberdades individuais e uma espécie de exacerbação da própria individualidade, o que se vincularia aqui à assimilação de novas características do capitalismo em sociedades de consumo nos anos de 1970 e 1980. Ao mesmo tempo, o interesse pela leitura de jornais e revistas contribuiu para modelar novas perspectivas em relação à política. Por outro lado, por

parte do regime militar brasileiro, inicia-se o processo alcunhado de *abertura* (LOHN, 2013).

Empresários do mercado de notícias perceberam a proporção do protagonismo político que poderiam desempenhar e começaram então a se apresentarem como peças indispensáveis nos debates e expectativas que circulavam no interior da chamada sociedade civil. As empresas de mídia no Brasil, de forma gradual, inspirando-se nos exemplos de grandes corporações midiáticas estadunidenses, se colocaram como indispensáveis agentes políticos da democracia, estabelecendo-se como o *quarto poder*.

A forma de jornalismo praticado a partir dos anos 1970 marcou diversas instâncias da sociedade brasileira. A imprensa dos anos 1970 e 1980 passou a ser compreendida, também, como um dos bastiões de promoção de justiça entre o que seriam os grandes mediadores da democracia. Em 2003, no discurso de abertura da conferência do “Seminário Internacional - Imprensa Investigativa: sensacionalismo e criminalidade”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, no Superior Tribunal de Justiça em Brasília, o então Ministro presidente do STJ e do Conselho de Justiça Federal, Nilson Naves, mencionava a imprensa investigativa e a cobertura do notório caso Watergate:

O objetivo da imprensa investigativa é o interesse público, quando não a justiça, terreno em que exemplos históricos são: o “Eu acuso!”, de Émile Zola, em defesa do Capitão Dreyfus e contra o anti-semitismo à época reinante na França [...] Impõe-se entender que o jornalismo investigativo, nessa moldura, arvora-se em elemento propulsor de discussões acerca das responsabilidades históricas da sociedade, da Justiça e do poder público relativas à participação política no combate ao crime [...] sempre a imprensa investigativa terá papel relevante, todavia apresenta inconvenientes, dos quais o mais sério, sob a ótica do julgador, encontra-se nos casos em que a notícia transcende a apuração e a divulgação dos fatos e invade o terreno do Judiciário [...] “a imprensa tem muito a recomendar à Justiça; ocasionalmente, é essencial por constituir o único modo de trazer à tona situações ou fatos até então ignorados ou descuidados pela autoridade competente. O ato ilícito, seja nas máquinas administrativas federal, estaduais e municipais, seja no setor privado, e a criminalidade organizada, cada vez mais poderosa e melhor aparelhada, exigem mecanismo investigador Ministério Público e das forças policiais de todos os níveis - muito mais amplo do que a capacidade existente. Nessas condições, a imprensa investigativa ocupa lacuna que é de interesse geral ver preenchida (NAVES, 2003).

A imprensa se enquadra nos estudos relacionados à História do Tempo Presente, pois a mesma age como um narrador privilegiado neste campo. Segundo Agnès Chauvenau e Philippe Tértart, tal campo historiográfico viria, na sua gênese,

ao encontro de uma história renovada do campo político com o suprimento de uma demanda social surgida na década de 1950 que remonta aos traumas gerados no pós-guerra (CHAUVEAU; TÉTART, 1999), derivando do “aumento e a aceleração da comunicação, a renovação progressiva da imprensa e da edição, a elevação do nível de estudo e a força dos engajamentos ideológicos, morais, dos anos 50-60”.<sup>13</sup> Chauveau e Tétart precisam que este campo se arvora na hipótese metodológica de que a história não é apenas o estudo do passado, mas pode agir também “com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.”<sup>14</sup>.

Luís Felipe Miguel afirma que a grande imprensa e os grandes conglomerados de comunicação agem consolidando-se como uma “esfera da representação política” e, assim, obtém a capacidade de “formular as preocupações públicas” enquanto propicia “esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos”, acentuando-se também como “representantes das vozes da sociedade” (MIGUEL, 2002). É importante compreender esta característica de modo a situar os interlocutores deste trabalho em suas relações e conflitos na produção de narrativas que angariavam legitimidade em torno da abertura política e a inclusão de novas matizes sociais, culturais e econômicas no debate público nacional no decorrer dos anos 1970.

Para José Luis Fiori, por sua vez, certos fatos históricos modificam a tessitura social das relações humanas, podendo-se estabelecer, categoricamente, uma pertinente relação entre o discurso triunfante da chamada globalização e o neoliberalismo: “não é difícil perceber que a visão mais comum do fenômeno da globalização projeta sobre o fim do século XX – como se já fosse uma realidade – uma versão atualizada da ideologia econômica liberal” (FIORI, 1998).

Embora situados em suas singularidades regionais, os processos de transição de regimes autoritários para democracias ao longo dos anos de 1970 e 1980 não escaparam de condicionantes internacionais e que devem ser observados em escala global. É relevante ressaltar que o rumo que deu origem ao processo de “abertura” política coincidiu com as consequências das sucessivas crises do petróleo. Seu prolongamento na conjuntura mundial abalou o vertiginoso crescimento econômico, fortemente subordinado a investimentos estatais e poupança externa, que viria a ser base daquele período que ficou conhecido como “Era de ouro do capitalismo”,

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 15.

revelando a necessidade de “relacionar o capitalismo e seus ciclos sistêmicos de acumulação ao sistema mundial e interestatal e seus quadros hegemônicos mais amplos” (VOIGT, 2010).

Alguns anos antes, mais precisamente em 1962, ao defender o “capitalismo competitivo”, Milton Friedman forneceu bases intelectuais para a defesa de um tipo de relação política que deveria dar suporte à economia de mercado (FRIEDMAN, 1984). Para os editores e próceres de *O Estado de S. Paulo*, o economista poderia de fato oferecer respostas para estes temas. Saudado pelo periódico em diversos artigos e sendo protagonista inclusive de um especial levado às bancas no ano de 1981, foi exaltado numa reportagem sobre a conquista do seu Prêmio Nobel em 1976, mesmo tendo o seu nome vinculado ao do ditador Augusto Pinochet na mesma matéria. Isso, porém, não ensejou o mesmo tom de crítica que o jornal costumava direcionar a personalidades que tivessem seus nomes ligados a ditaduras consideradas hostis pela linha editorial. Por exemplo, mencione-se o tratamento dispensado ao senador estadunidense Edward Kennedy, que ao cobrar que o governo dos Estados Unidos retirasse a ajuda financeira em forma de “ajuda militar” direcionada ao governo chileno por “desrespeito aos direitos humanos e à liberdade humana”, foi acusado por *O Estado de S. Paulo* de possuir “estrabismo ideológico”, ser “oportunista eleitoreiro”, “tacanho”, “mesquinho” e de “fazer vistas grossas ao regime cubano”.<sup>15</sup>

No entanto, na matéria acima citada a respeito de Milton Friedman, mesmo mencionando protestos que o economista sofrera em Estocolmo por conta de sua relação próxima com o regime militar chileno, *O Estado de S. Paulo* destacou suas competências e exaltou seu desempenho no combate à inflação. Repercutiu ainda os elogios de Arnold Berger, presidente do Departamento de Economia da Escola de Chicago, a ele direcionados, “essas posições políticas incluem sua consagração à liberdade social e econômica, uma atitude de vigilância contra os impostos e governos em geral e uma firme fé no setor econômico privado”. Em seguida a matéria reverberava também as homenagens vindas do próprio Chile, “aplausos vieram também do Chile, nas palavras do presidente da Sociedade de Fomento Fabril [...], do vice-presidente do Banco Central [...] e do chefe de departamento de Estudos do Banco Hipotecário [...]”.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de fevereiro de 1975, nº de página indecifrável.

<sup>16</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de outubro de 1976. p, 17.



Assim, nas décadas de 1970 e 1980 ações e consensos sociais estabeleceram crenças políticas que, a partir do que propõe Raoul Girardet, tornaram-se mitologias, elevando o “mercado” à condição de entidade suprassocial, como se pairasse como referência indiscutível, o que assegura a ausência de conflito e cria um consenso que favorece a disponibilidade e a receptividade de mensagens que correspondem “a um certo código já inscrito nas normas do imaginário” (GIRARDET, 1987, p. 51). A mitologia neoliberal não é uma farsa ou uma conspiração. Trata-se de uma operação social abrangente que conta com valores compartilhados entre segmentos sociais vastos. Este processo abrangeu diversos estratos da sociedade civil e facilitou a compreensão popular de novas vertentes econômicas sendo apresentadas ao mundo.

## 2 ELEMENTOS DA NARRATIVA

Um golpe militar, nas condições chilenas, só podia ser sangrento. Allende sabia. Se alguém acredita que no Chile um golpe militar será como nos outros países da América, com uma simples troca de guarda em La Moneda, engana-se redondamente. Aqui, se o exército sair da legalidade, haverá um banho de sangue. Será a Indonésia.

Essa certeza tinha um fundamento histórico. As forças armadas chilenas, ao contrário do que se fazia crer, intervieram na política sempre que sentiram ameaçados seus interesses de classe, e com uma tremenda crueldade repressiva. As duas constituições nacionais em um século foram im-postas pelas armas e o recente golpe militar era a sexta tentativa dos últimos cinquenta anos. O ímpeto sanguinário do exército chileno vem do berço, na terrível escola da guerra corpo a corpo contra os araucanos (naturais da Araucânia, hoje província chilena), que durou trezentos anos. (MÁRQUEZ, Gabriel García)

### 2.1 SALVADOR ALLENDE NAS PÁGINAS DO IMPRESSO: O ANTICOMUNISMO COMO MOTE

É comum folhear as páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* e deparar-se com uma opinião política bem delineada. No campo da política internacional não é diferente, ainda mais se pararmos para analisar o que era o Chile no início dos anos 1970. Salvador Allende Grossens, médico e socialista, foi eleito presidente do Chile neste ano por uma frente denominada Unidad Popular (UP), constituída por seis partidos de esquerda, numa coalizão que ia de comunistas até social-democratas. Obteve uma apertada vitória com 36,63% dos votos, triunfando sobre o candidato Jorge Alessandri Rodríguez, do Partido Nacional, identificado como direita conservadora, que obteve 35,29% dos votos. Com uma frágil vitória que contou com pouco mais de 1% de diferença, o quadro de polarização dominou o contexto político chileno. O congresso chileno decidiu por um segundo turno nas eleições, porém a disputa não seria decidida por voto direto e sim por uma via indireta, ou seja, o próprio congresso optaria pelos candidatos. De forma inesperada, o PDC, Partido Demócrata Cristão, ideologicamente alinhado à centro-direita, apoiou a então coalizão de Salvador Allende, decidindo assim o destino do pleito (AGGIO, 1993). Ainda acerca da conjuntura política que esta frágil vitória desenhava no cenário, para o historiador Alberto Aggio:

As forças políticas chilenas, à época, se dividiam em três correntes político-ideológicas - os liberais e nacionalistas, a democracia cristã e o eixo socialista-comunista -, com projetos de sociedade distintos e até antagônicos, dificultando a convivência e o equilíbrio do sistema político ao extremarem suas posições (AGGIO, 2008).

O periódico *O Estado de S. Paulo* cobriu as eleições e não deixou de posicionar-se frente aos eventos. O jornal operou um jogo narrativo que se desdobraria nos anos subsequentes. Desde as eleições até a queda do Allende no golpe militar de 1973, é possível analisar os recursos discursivos que pontuavam nas suas páginas no período Allende como um governo que seria gerador de crises permanentes, e essa virada argumentativa com vias a produzir um consenso de persuasão entre o público leitor após o início da ditadura Pinochet, quando esta passou a se mostrar economicamente liberal. Nesta perspectiva, a historiadora Sônia Meneses afirma que a mídia, no decorrer do século XX, age não apenas como uma organizadora de sentidos, mas, opera mecanismos da ordem do mercado de notícias, encetando uma forma específica de escrita dos acontecimentos que a autora denomina de “midiografia”. Por seu intermédio, a mídia formularia a estruturação de narrativas sobre o passado, e assim manuseia a compreensão do que seria o conhecimento histórico difundido no tempo presente entre largas parcelas da população. Um dos efeitos desse processo é que a imprensa aparece como uma articuladora das interações entre passado e presente, especialmente em ocasiões de afirmação ou de rememoração de fatos considerados marcantes. A “operação midiográfica” tende a definir as formas narrativas predominantes para descrever e circunscrever os acontecimentos (SILVA, 2011).

A cobertura jornalística sobre o Chile situou o país no centro de um debate mais abrangente que se situava tanto no âmbito da Guerra Fria quanto das questões que envolviam as lutas sociais na América Latina, envolvidas em uma narrativa da imprensa hegemônica. A situação de acirramento dos ânimos no Chile durante o pleito eleitoral de 1970 vinha encontrando ressonância na imprensa brasileira. O segundo turno das eleições chilenas de então aconteceria no dia 24 de outubro de 1970. Pouco após à apertada vitória da UP no primeiro-turno, o periódico, ponderando que quem decidiria o pleito seria a Democracia Cristã (DC), deu destaque ao país andino e publicou um total de sete matérias, todas na segunda página, uma das mais importantes do jornal, pontuando um certo incômodo com a vitória do Partido Socialista (PS) de Allende:

“Cabe ao PDC a responsabilidade”

Sobre os democratas-cristãos recai a delicada responsabilidade de decidir se o Chile será governado por um presidente marxista, apesar da reiterada condenação do marxismo pela doutrina social cristã<sup>17</sup>

“Perspectiva é inquietante”

A vitória - que felizmente, foi parcial - do senador marxista salvador Allende, nas eleições presidenciais do Chile, abalou profundamente todos os países da América Latina[...] Durante o seu governo, Allende pretende abrir as portas para o socialismo. Se sua intenção fosse apenas esta, haveria margem para uma certa confiança, mas o que Allende pretende - e os programas de ação dos partidos políticos que apoiaram sua eleição o dizem - é atacar as próprias bases de um sistema de vida que, com todas as falhas e imperfeições, continua a ser o melhor.<sup>18</sup>

“Argentina, refúgio para quem parte”

Aumentou nos hotéis de Mendoza, esta semana, o número de chilenos que, segundo se afirma, chegam à Argentina especialmente para se informar dos tramites para a obtenção de asilo político, que tensionam requerer se o candidato marxista Salvador Allende for eleito pelo congresso. Na imprensa de Mendoza, apareceram numerosos anúncios de chilenos que procuram casa ou apartamento para alugar. Mendoza fica perto da fronteira chilena.<sup>19</sup>

“Reflexo em Nova York”, (matéria original do jornal estadunidense The New York Times, publicada pelo *Estadão*)

Salvador Allende - marxista com o propósito declarado de nacionalizar as indústrias as indústrias básicas e o setor de comunicações - não conquistou maioria total de votos nas eleições presidenciais do ano passado, mas foi, dentre os principais candidatos, o que recebeu maior número de sufrágios, esperando-se que ele seja confirmado como presidente em sessão conjunta do Congresso chileno, a 24 de outubro.

As ocorrências relacionadas com a indústria do cobre constituem a maior causa de apreensão norte-americana. O Chile, cuja capacidade de produção de cobre é estimada em 850 mil toneladas anuais, é o segundo produtor desse metal no mundo. sua capacidade só é superada pela dos Estados Unidos, que podem produzir um milhão e oitocentas mil toneladas.<sup>20</sup>

“A confrontação só se aprofundará com a crise”

O Chile poderá ser precipitado numa crise gravíssima em consequência da confrontação entre as forças marxistas que garantiram a vitória de Allende e os setores conservadores e centristas que se opõem à socialização do país. A crise é agravada pela disposição que manifestam as duas partes - a primeira disposta a defender a qualquer custo a posse de Allende e a segunda a evitar que os marxistas tomem o poder<sup>21</sup>

“Desdobramento perigoso”

Allende, um socialista apoiado pelos comunistas, prometeu "modificar o regime e o sistema". Ele pretende nacionalizar todas as indústrias básicas, o sistema bancário e o comércio exterior; substituir o Congresso por uma

<sup>17</sup> **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 de setembro de 1970, p. 2

<sup>18</sup> Ibidem, p. 2

<sup>19</sup> Ibidem, p. 2

<sup>20</sup> Ibidem, p. 2

<sup>21</sup> Ibidem, p. 2

Assembléia Popular e os tribunais superiores por uma Suprema Corte escolhida pela Assembléia.<sup>22</sup>

E a matéria mais militante de todas, “De um dia para o outro”:

A chamada guerra-revolucionária, fenômeno que constitui um dos principais desdobramentos da chamada guerra-fria, não se limita mais a insurreições promovidas e alimentadas em várias regiões a partir do exterior, mas agora envolve todo o espaço aero mundial. Neste momento, centenas de civis, entre os quais há mulheres, crianças e até mesmo recém nascidos, são mantidos sob ameaça de morte, numa pista de pouso da Jordânia [...] Até o momento, a atitude de tolerância das potências que têm condições para agir contra os sequestradores constituiu para eles um estímulo. Agora, segundo nosso correspondente em Washington, os Estados Unidos cogitam, finalmente, adotar as medidas necessárias para pôr fim aos sequestros sistemáticos, que ameaçam converter os céus do mundo em domínio dos terroristas.

A atitude de Alessandri dispondo-se a concorrer à eleição pelo Congresso e renunciar, se for eleito, poderá alterar radicalmente a situação que se registra no Chile - e não necessariamente em benefício do senador marxista que obteve a maioria dos votos nas eleições de sexta-feira.<sup>23</sup>

A matéria intitulada “De um dia para o outro”, assinada por “F.B.”<sup>24</sup>, num jogo semiótico, equipara um crime, um sequestro de avião no Oriente Médio e o advento do terrorismo, com as eleições chilenas e sugere ao público a necessidade de uma intervenção internacional, antes do resultado final da mesma.

Cabe observar novamente uma curiosidade deste pleito, a Democracia Cristã chilena, que deu a minoria necessária para a vitória da UP, era um partido que se alinhava ideologicamente ao campo da centro-direita, porém possuía uma forte base operária. Esta característica concedeu poder de barganha e legitimidade para a Democracia Cristã, pois conseguia fazer um jogo de dubiedade entre direita e esquerda. Allende procuraria o partido para tentar aprovar projetos ao passo em que os democratas cristãos poderiam manter-se alheios ao processo de radicalização à direita. Ou seja, o PDC, no Chile, se via como um mediador da política chilena. (GAUDICHAUD, 2004)

Cabe buscar pistas que possam nos ajudar a compreender o que delineava tão restritamente as posições de *O Estado de S. Paulo*, para além do já sabido histórico militante da sua linha editorial. Sabemos que o diário era conservador, mas é necessário analisar que no período de Guerra Fria, um imbricamento de fatores como anticomunismo e liberalismo ajudariam a acentuar tal abordagem. Em “A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991”, Hobsbawm fornece elementos que podem

<sup>22</sup> Ibidem, p. 2

<sup>23</sup> Ibidem, p. 2

<sup>24</sup> Realizei minuciosa pesquisa nos anais do jornal *O Estado de S. Paulo* para tentar detectar qual jornalista era “F.B” e não obtive sucesso.

pavimentar uma afirmação de que o antimarxismo no Chile não foi apenas um sentimento conservador aflorado em setores da sociedade. Derrubar um governo de orientação marxista democrática pela sobreposição de uma ditadura liberal, naquele contexto mundial, seria simbólico, “não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX” (HOBSBAWM, 1995). A disputa entre os principais blocos políticos, Estados Unidos e União Soviética, pelo Chile, marcaria o que seria a ditadura Pinochet e o laboratório neoliberal em que se transformaria aquele país.

As eleições chilenas de 1970 atraíam alguns holofotes a mais justamente porque, introduzido nesta peculiar conjuntura de Guerra Fria e sendo a América Latina um profundo campo de disputas, uma vitória da frente de Allende seria a primeira experiência de um modelo socialista e democrático. Uma vez ocorrida essa vitória eleitoral, tal processo passou a ser chamado de *via chilena*. O plano de governo da UP de Allende previa já durante a campanha eleitoral executar a nacionalização dos recursos nacionais, principalmente nos insumos mais básicos da economia; propunha a reforma agrária e a descentralização do poder privado, visando a criação de coletivos de trabalhadores chilenos, através da aplicação de um modelo de um socialismo democrático. O plano socialista de Allende escorava-se em primados democráticos que almejavam, sem romper com o modelo constitucional vigente, a transmutação do Chile de modelo capitalista, de mercado, para uma via socialista de forma pacífica. (GARCÉS, 1974). Tal proposta despertava a aversão da linha editorial de *O Estado de S. Paulo*.

O Chile encontrava-se então como uma das engrenagens de um eixo de disputas até então inesperado. De um momento para outro, um pequeno país andino passava a despertar interesse nos centros de disputa mundiais e, conseqüentemente, acirrava os debates políticos tanto internamente quanto na mídia latina. Foram então denunciadas supostas ações de espionagem, participação e interferência da União Soviética em apoio à Unidad Popular, de Allende, bem como de práticas análogas por parte do governo do Estados Unidos em relação à oposição de direita — o que, em seguida, beira a ironia reafirmar, teve participação confirmada (MITROKHIN, ANDREW, 2005). O jornal *O Estado de S. Paulo* não ficaria de fora de ressoar tal sinal e tampouco escondia o seu descontentamento com a ideia da suposta presença da agência de espionagem soviética em um país próximo ao Brasil. Este cenário



## 2.2 UM JORNAL EM ESTADO DE VIGILÂNCIA

Para elencar elementos desta conduta anticomunista que *O Estado de S. Paulo* sustentou no período Allende, destaco uma matéria em que foi entrevistado um importante intelectual francês, membro da Academia Francesa de Letras, Jean-François Revel, que no passado havia sido militante do Partido Socialista Francês e posteriormente tornou-se um crítico do comunismo, para analisar a conjuntura chilena. Na edição de 20 de setembro de 1973 (Imagem 2), nove dias após o golpe, no periódico, Jean-François Revel, em matéria chamada “Vendo o Chile, sem paixão nem lágrimas”, discorreria:

Pode-se considerar socialista "científico" quem guarda silêncio absoluto sobre a degradação ou quem não menciona os 74 dias de greve dos mineiros e das empresas nacionalizadas de El Teniente, tão pouco ligados aos "monopólios" como os outros grevistas, os médicos e os pequenos comerciantes? Deve-se lembrar que o Chile não era um país subdesenvolvido, dedicado ao socialismo da penúria, como hoje nos é descrito, como argumento para rejeitar a validade do precedente chileno. Era um país já relativamente próspero, diversificado econômica, social e politicamente. A própria classe operária não era homogênea. Nenhuma solução simplista era viável.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de setembro de 1973, p. 14.



Imagem 2 - A opinião de um conservador convicto

# Vendo o Chile, sem paixão nem lágrimas

JEAN-FRANÇOIS REVEL  
Copyright "L'Express —  
O Estado"

A queda e a morte de Salvador Allende reúnem todos os atributos do acontecimento histórico que tende a gerar mais paixões do que lições. Quando uma tragédia política é reforçada por uma tragédia pessoal, os preconceitos, santificados pelo luto, de inabaláveis se transformam em indestrutíveis. Isso acontece quer quando o principal personagem é de esquerda, como Dubcek, quer quando é de direita, como Pétain. Acontece, principalmente — embora não necessariamente — quando a nobreza moral da vítima é evidente, como o era a de Salvador Allende.

Um golpe de Estado militar contra um governo democrático é sempre inadmissível. Mas, como infelizmente é um fenómeno muito difundido, é importante, depois de devidamente condenado, que estudemos com atenção as causas. Ora, nesse sentido, as primeiras reações dos políticos franceses ao golpe de Estado de 11 de setembro no Chile inspiram-se exclusivamente nas necessidades da mais sumária propaganda interna.

A direita, derrama-se uma lágrima nobre sobre o destino de Allende e apenas se registra, sem falsa modéstia, o malogro da frente comuno-socialista chilena. Mas, comete-se o erro de esquecer a existência das necessidades que o levaram ao poder. Todo político, em geral, é conciso e condescendente quando o acontecimento parece dar-lhe razão. Mas o erro, em espécie, consiste em acreditar que o infortunio de uma tentativa de solução elimina o problema. A UDR julga seu conservantismo justificado pelo desmoronamento da Unidade Popular chilena. Galvanizada em seu imobilismo, continuará, portanto, a governar mediocrementemente, a eludir as reformas de base, a evitar a democratização da prática política francesa e, com isso, provocará os ataques que recela.

## CEGUEIRA ALARMANTE

Por parte da esquerda, a cegueira é ainda mais alarmante, em primeiro lugar porque a cegueira é menos permitida aos perdedores do que aos vencedores e, em segundo, porque às vezes é tão enorme que parece ser quase voluntária.

Os esquerdistas concluem do drama chileno que é impossível transformar a sociedade pelo caminho democrático. A comissão de redação do jornal *Rouge*, por exemplo, dirige-se a todos os operários franceses que confiam nas "perspectivas legalistas da União da esquerda", a fim de que "abram os olhos". Na Federação dos Transportes, CFDT, chega-se a dizer: "A ex-

periência chilena demonstra que a passagem para o socialismo, no respeito à legalidade burguesa, é uma ilusão". Pode-se perfeitamente adotar esta tese, uma vez que, diante da perfeição repressiva dos Estados modernos, as "minorias ativas", tanto no Ocidente como no Oriente não conseguiram, recentemente, obter nenhum êxito. Mas, quando o mesmo comunicado da CFDT invoca "a responsabilidade do patronato chileno dos Transportes solidamente organizado", há motivos para inquietação. Quem ignora, com efeito, que os motoristas de caminhão em greve, que precipitaram a decomposição da economia, eram pequenos proprietários e não "monopólios"? Pode-se agir corretamente com base em interpretações tão inexasas?

Ao contrário dos esquerdistas, os signatários do Programa Comum calculam que a experiência chilena confirma, em lugar de invalidar, a possibilidade de passar para o socialismo respeitando a democracia. Portanto, devem atribuir ao *putsch* origens totalmente estranhas à gestão de Allende: o imperialismo norte-americano, a burguesia conspiradora, o militarismo fascista. Ora, desta vez, não foi absolutamente provado que os serviços secretos dos Estados Unidos, sem dúvida informados, tenham intervenido, nem que essa intervenção teria sido indispensável.

Quanto à burguesia, não nos esqueçamos de que foi ela, ou pelo menos a classe média, que levou Allende ao poder em 1970. Como se sabe, de fato, que o candidato socialista ficou longe de obter a maioria absoluta dos votos populares; sua eleição, portanto, teve de ser constitucionalmente confirmada pelo Congresso, dominado pelos democratas-cristãos. Quanto aos militares, mantiveram-se fiéis ao regime até o fim de junho de 1973. Participaram de diversos governos formados por Allende. Foram eles que ajudaram o presidente a resolver a primeira greve dos transportadores, em outubro de 1972. Foram eles que os terroristas da extrema direita com frequência tomaram por alvo.

A neutralidade da democracia-cristã e do Exército foi garantida a Salvador Allende nos primeiros 18 meses de seu mandato, ou seja, justamente no período em que foram feitas as reformas mais importantes. Começou a transformar-se em hostilidade com o agravamento da crise econômica, da penúria alimentar, de uma inflação de 200 a 300% por ano. Pode-se considerar socialista "científico" quem guarda silêncio absoluto sobre essa degradação ou quem não menciona os 74 dias de greves dos mineiros das empresas nacionalizadas de El Teniente, tão pouco ligados aos "monopólios" como os outros grevistas, os médicos e os pequenos comerciantes?

## O PREÇO A SER PAGO

Uma análise marxista, portanto, mostraria, sem dúvida — se a esquerda francesa tivesse a coragem de fazê-la — que as Forças Armadas e o Congresso abandonaram Allende a partir do momento em que também foi abandonado pela classe média. Deve-se lembrar que em 1970 o Chile não era um país subdesenvolvido, dedicado ao socialismo da penúria, como hoje nos é descrito, como argumento para rejeitar a validade do precedente chileno. Era um país já relativamente prospero, diversificado economicamente, social e politicamente. A própria classe operária não era homogênea. Nenhuma solução simplista era viável. Os interesses de grupos economicamente muito próximos poderiam entrar em atrito e esse antagonismo resultaria, como aconteceu, na paralisação da produção.

Esses dados em nada justificam o crime dos *putschistas*. Mas embora a moral exija que se sacrifique pelo direito, sacrifício que ficará sendo a grandeza de Allende, a política exige seu triunfo e sua sólida instalação no poder. Não é uma atitude política ser surpreendido pelo cinismo, espantar-se com a oposição dos adversários e escandalizar-se com a falta de apoio dos inimigos. O suicídio de Jan Masaryk, em 1948, o esmagamento de Alexandre Dubcek, em 1968, e o martírio de Allende, em 1973, foram o preço pago por esses três homens por terem ignorado essa verdade.

## Ouvir é uma forma de amar.



Aparelhos Auditivos Philips

Rua Dom José de Barros, 152 - 10.º andar

Tel.: 34-5738 - S. Paulo.

Alguns meses antes da derrubada de Salvador Allende, o editorial do dia 14 de abril de 1973 elencaria alguns aspectos que poderiam auxiliar a compreender a conduta editorial do periódico. Em tal editorial, *O Estado de S. Paulo* se identificaria como um jornal que almejava "defender intransigentemente o regime da iniciativa

privada, dentro do espírito de um neoliberalismo esclarecido”, firmando-se também perante ao seu público como uma empresa que visava “combater o jacobinismo como atitude de espírito contrária ao desenvolvimento econômico e ao progresso social”.<sup>27</sup>

Além dos editoriais, articulistas também acompanhavam com atenção a deposição do presidente democraticamente eleito Salvador Allende. No dia 20 de setembro de 1973, poucos dias após o golpe militar, em coluna especial assinada pelo escritor Gustavo Corção,<sup>28</sup> *O Estado de S. Paulo* publicava uma aclamação ao golpe. Não é incomum detectar nos vestígios outras destacadas abordagens antimarxistas nas suas páginas, e esta, aparentemente, deu a tônica que se fez presente durante a cobertura do governo Allende realizada pelo diário.

O mundo, o planeta habitado está de parabéns com a derrota dos cubanos no Chile, e o Brasil, cujo exemplo certamente terá estimulado as mulheres e os soldados, merece especiais aplausos pelo que fez e certamente fará pela nação irmã [...] Como é cansativo ter razão, dizer que tivemos razão quando tantas vezes dissemos que o sol alumia, a água molha, que o socialismo fracassa, e que o socialismo em adultério conúbio com o catolicismo apodrece! "Tudo isto exaure, tudo isto cansa", gemia Machado em tempos bem mais amenos.<sup>29</sup>

Este e outros momentos da cobertura de *O Estado de S. Paulo* quanto ao governo e à deposição de Allende demonstram uma aversão à ideia de socialismo democrático e uma hostilidade a alternativas ao capitalismo. Outros profissionais do campo da História no Brasil dedicaram-se a estudar o referido periódico e lograram êxito produzindo estudos de referência, como os já mencionados estudos de Rodrigo Patto Sá Motta e Maria Vitória Benevides. Também estes estudos se depararam com esta característica do jornal: *O Estado de S. Paulo* emprega ao longo da história de forma sistemática uma terminologia incisiva para se dirigir aos seus adversários de ideias. Sobre tal particularidade, Benevides ressalta ser uma remota tradição udenista do periódico e menciona o período getulista para alicerçar sua colocação:

O Estado de São Paulo, além da tradição antigetulista, expressa aquilo que poderia significar o liberalismo restrito aos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda frequência, algumas posições presentes na retórica udenista: a denúncia da irresistível tendência das massas para a 'pulha', [...]

<sup>27</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de abril de 1973, p. 24

<sup>28</sup> Gustavo Corção foi um escritor brasileiro, colunista do *O Estado de S. Paulo*, católico ultraconservador e ideologicamente alinhado com a linha dura do regime militar brasileiro. In: PAULA, Christiane Jalles de. Gustavo Corção: apóstolo da 'linha-dura'. *Revista Brasileira de História* [en línea] 2012.

<sup>29</sup> Gustavo Corção, "Será preciso mais?". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de setembro de 1973, p. 29

a defesa dos proprietários rurais, [...] a condenação da hegemonia estatal na economia, a defesa da intervenção 'salvadora' das Forças Armadas, e aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas dos estados de exceção, e a ambígua representação das aspirações das classes médias na mitificação de seus temores de proletarização (BENEVIDES, 1981)

Como apontado, o anticomunismo da linha editorial de *O Estado de S. Paulo* remetia ao início do século, não era algo novo. Durante os anos 1920, Júlio de Mesquita Filho demonstrou seu temor em relação ao conflito social que poderia ser ocasionado no Brasil caso a ideologia comunista demonstrasse avanço e capilaridade social. Tais inquietações foram documentadas num livro que escreveu, intitulado “A Crise Nacional”, no qual dissertou acerca das ebulições políticas ocorridos na década de 20. Segundo Maria Helena Capelato, “o que ocorrera na Rússia significava um sinal de alerta para os brasileiros: tudo deveria ser feito para impedir que o mesmo acontecesse no Brasil” (CAPELATO, 1989, p 104 – 105).

Na edição do dia 4 de outubro de 1970, o jornal dedica uma página inteira para uma ampla entrevista realizada por *The New York Times* com o então candidato Salvador Allende, questionando seus projetos de governo.<sup>30</sup> Entre títulos e subtítulos, a imagem que se construía era a de um candidato ameaçador, “Allende faz promessas e ameaças”; “A ameaça: expropriar”; “Totalitarismo”, “Violências, perspectiva”.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Ver imagem 3

<sup>31</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 4 de outubro de 1970 p. 24.

<sup>33</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 de setembro de 1970.

a linha ideológica de *O Estado de S. Paulo*, conduziriam a economia do país ao inefável fracasso — pois a mesma tinha havia sido eleita por uma maioria perdurável.

Pode-se afirmar, que estava firmemente delineado o fio condutor da cobertura jornalística direcionada ao Chile durante o período em que a Unidade Popular esteve à frente do governo, narrativa esta assumida de forma velada pelo próprio periódico: “Allende, os 34 meses e oito dias de crises”. E o complemento: “há vários meses, a questão consistia em saber quanto tempo ainda o presidente Salvador Allende continuaria no governo”.<sup>34</sup> Na edição de 4 de setembro de 1973, sete dias antes do golpe militar, o periódico informaria: “no Chile, falta tudo e o pão já é racionado”. A reportagem discorria acerca dos desdobramentos das greves (ou locautes) dos caminhoneiros durante a crise de desabastecimento no Chile. Ainda em matéria assinada pelo então correspondente do *O Estado de S. Paulo* em Santiago, Abraham Santibañez, intitulada “Há pouca coisa para se festejar”, o repórter anunciava: “A economia chilena foi destruída pela incapacidade e pelo sectarismo marxista-leninista. O governo da Unidade Popular malogrou”.<sup>35</sup>

Em edições anteriores, o diário já vinha dando o tom dessa constante associação entre governo chileno e crise, como uma situação insustentável e incontornável. Em 18 de fevereiro de 1973 o jornal publica uma matéria especial de mais de uma página chamada “Balanço da bancarrota do governo”, que não trabalharemos mais a fonte pois no arquivo estava pouco legível. No dia 1 de julho de 1973 o diário fazia uma matéria de destaque chamada “Crise chilena inquieta o mundo”<sup>36</sup>, no dia 25 de agosto do mesmo ano, também em matéria de destaque o jornal colocava “Allende em situação crítica”<sup>37</sup> (ver imagens abaixo):

---

<sup>34</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de setembro de 1973, p9

<sup>35</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 4 de setembro de 1973, p. 7

<sup>36</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 de Julho de 1973

<sup>37</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 de agosto de 1973

Imagem 4 - A construção da imagem de um presidente agonizando

## Allende em situação crítica



Uma mulher é detida durante os choques entre estudantes e policiais.

SANTOAGO — O presidente do Chile, Salvador Allende, está em situação crítica, segundo se informa, após sofrer um ataque cardíaco. O ataque ocorreu durante uma manifestação em apoio ao governo de Allende, que está em uma situação crítica, segundo se informa, após sofrer um ataque cardíaco. O ataque ocorreu durante uma manifestação em apoio ao governo de Allende, que está em uma situação crítica, segundo se informa, após sofrer um ataque cardíaco.

## A Marinha acusa

A Marinha do Chile acusa o Exército de ter participado de uma operação para tomar o controle do país. A acusação foi feita por um oficial da Marinha, que afirmou que o Exército estava planejando uma revolução. A acusação foi feita por um oficial da Marinha, que afirmou que o Exército estava planejando uma revolução. A acusação foi feita por um oficial da Marinha, que afirmou que o Exército estava planejando uma revolução.

Imagem 5 - Crise permanente perante o mundo

## Crise chilena inquieta o mundo



Fura e dentro do Palácio de La Moneda, as forças leais a Allende resistiram aos revoltosos.

SANTOAGO — A situação de crise no Chile se agravou, segundo se informa, após o Exército acusar a Marinha de ter participado de uma operação para tomar o controle do país. A acusação foi feita por um oficial do Exército, que afirmou que a Marinha estava planejando uma revolução.

O Exército acusou a Marinha de ter participado de uma operação para tomar o controle do país. A acusação foi feita por um oficial do Exército, que afirmou que a Marinha estava planejando uma revolução. A acusação foi feita por um oficial do Exército, que afirmou que a Marinha estava planejando uma revolução.

Além disso, a situação de crise no Chile se agravou, segundo se informa, após o Exército acusar a Marinha de ter participado de uma operação para tomar o controle do país. A acusação foi feita por um oficial do Exército, que afirmou que a Marinha estava planejando uma revolução.



Imagem 6 - O suposto caos econômico

[illegible]

chilena, em Valparaíso, Prats pede renúncia do cargo e em matéria de *O Estado de S. Paulo* do dia 23 de agosto de 1973, o jornal reproduz declaração do general:

Sempre considerei um dever de soldado de sólidos princípios não me constituir em fator de quebra de disciplina institucional e de afastamento do estado de direito, nem de servir de pretexto para os que querem depor o governo constitucional.<sup>38</sup>

O escolhido como sucessor de Prats seria o General Augusto Pinochet, que até então também contava com certa confiança de Allende. Em matéria do dia 25 de agosto de 1973, ou seja, 18 dias antes de Pinochet encabeçar o golpe, Pinochet minimizou a possibilidade de uma ação militar:

Nenhuma unidade de Valparaíso, San Felipe, Viña del Mar ou Quillota abandonou seu quartel. Reina a calma naquelas unidades e seus comandos e soldados estão dedicados às suas funções estritamente profissionais. Qualquer rumor sobre o assunto é falso, absolutamente falso”, assegurou aos chilenos.<sup>39</sup>

Imagem 7 - A traição à espreita



<sup>38</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 23 de agosto de 1973

<sup>39</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 de agosto de 1973



Imagem 8 - Momento em que Pinochet assume o cargo de Ministro da Defesa de Allende



Ainda acerca do caso Prats, 11 dias após o golpe de estado ocorrido no Chile, *O Estado de S. Paulo* teve acesso à viúva de Allende para uma entrevista, na qual há considerações sobre o papel do general:

a viúva de Allende declarou que não se surpreendeu com o papel de Pinochet no golpe; “esperava isso dele”. Na mesma ocasião, disse que o general não “inspirava confiança como o general Carlos Prats, que estava totalmente de acordo com os programas da Unidade Popular.”<sup>40</sup>

Carlos Prats seria assassinado no dia 30 de setembro de 1974, em Buenos Aires, num atentado a bomba premeditado pelo serviço secreto chileno, a mando de Pinochet.

<sup>40</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 de setembro de 1973

Em 12 de setembro de 1973, o periódico apresenta duas linhas narrativas aos leitores, como uma espécie de artimanha editorial. A primeira consistiu em relativizar os causadores do golpe militar ocorrido no país andino, com dois amplos editoriais atribuindo o mesmo às práticas implementadas pelo governo de Allende e da Unidad Popular como grandes culpadas da queda do ordenamento democrático, e se posicionando em favor do golpe de estado executado pelos militares chilenos. A segunda diretriz que o periódico assimilaria viria a ser a narrativa de reconstrução daquele país. Ainda de acordo com o periódico, uma ampliada força-tarefa dentre variados operadores e setores da sociedade civil, bem como a comunidade internacional, necessitavam ser mobilizados para efetuar a reestruturação socioeconômica do Chile e, em tal ângulo, as críticas e a oposição às políticas intervencionistas viriam a ser renovadas e ambicionadas como a proposta de utilização de parâmetros que perfilassem o receituário liberal. No editorial do dia 13 de setembro de 1973 chamado “As razões dos militares chilenos”, o periódico compreendia a intervenção militar como único método possível para resolver os problemas do país andino:

A queda de Allende foi preparada desde sua ascensão ao poder e determinada por seus próprios métodos de governo e pelo descomedimento de suas ambições, pois a terça parte dos votos que recebera não lhe outorgou nenhum mandato popular para introduzir o socialismo integral, repudiado por dois terços da população.

É um completo contra-senso querer tomar posição a favor ou contra a intervenção militar no Chile. Equivaleria isto a tomar alguém posição a favor ou contra uma intervenção cirúrgica para a qual o paciente que não mais possa ser tratado clinicamente. No Chile já não havia possibilidade de solução política para a crise [...] A intervenção militar no Chile era inevitável, a única alternativa para o conformismo, inaceitável com a lenta agonia do corpo social em paralisia progressiva, ou para o derramamento de sangue numa interminável guerra civil.<sup>41</sup>

Reafirmamos pressupor que o anticomunismo para com a via chilena não se concretizou somente como uma noção ultraconservadora permeada em diversos agentes e setores da sociedade civil ou da mídia brasileira, neste caso, o jornal *O Estado de S. Paulo*. Aplicar um golpe militar de estado em um governo assumidamente de orientação socialista democrática e subjugar-lo por uma ditadura que se afirmava liberal — mas ainda não se tinha a completa instrumentalização semântica que ela viria a ser neoliberal — era mais do que um ato simbólico:

---

<sup>41</sup> Editorial. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de setembro de 1973, p.3

significava vencer em mais uma das trincheiras da Guerra Fria. A contenda das potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, pelo país andino, determinaria o que se transformaria a ditadura militar do general Augusto Pinochet e o que o país, agora governado por tal ditador, se transformaria, o primeiro laboratório neoliberal do mundo (HOBSBAWM, 1995).

### 2.3 A NARRATIVA DA RETOMADA

Em fevereiro de 1975, o editorial de *O Estado de S. Paulo* teve como alvo o senador estadunidense Ted Kennedy. Naquele ano, setores da imprensa mundial tinham conhecimento da violenta repressão promovida pela ditadura chilena, protagonizada por Augusto Pinochet. Kennedy denunciava a violação dos direitos humanos nas ditaduras brasileira e chilena e *O Estado de S. Paulo* o responderia com um velho espantalho dos países centrais do capitalismo: Cuba.

Os direitos humanos, as liberdades individuais são, nas tradições deste jornal, uma causa a ser defendida em todas as frentes e com todas as armas. Porque são um patrimônio da civilização que não admite restrições. Por isso mesmo não desejamos vê-la sob o patrocínio suspeito do senador Ted Kennedy, cujo estrabismo ideológico ou oportunismo eleitoreiro faz vista grossas sobre o que o ocorre em Cuba e no Peru; e converge sempre sobre certos alvos escolhidos: o Chile de depois de Allende e o Brasil.<sup>42</sup>

Porém, o que chama a atenção, é que este tipo de editorial pode ser mais revelador do que a declaração do senador estadunidense em si. Não necessariamente o fato do senador denunciar violações dos direitos humanos no Brasil e no Chile o impediria de denunciá-las também em Cuba e no Peru. A questão é que, a defensiva do jornal demonstra que havia motivos mais candentes para uma defesa editorial das ditaduras brasileira e chilena: a motivação econômica.

Em relação à abordagem ‘militante’ do diário, talvez seja complexa a tarefa a de circunscrevê-la nos limites de práticas jornalísticas usuais sem deixar de acentuar seu forte viés ideológico e nominá-lo como tal (SILVA, 2009). Como mencionado anteriormente, é perceptível que os editores de *Estado de S. Paulo* são duros com os que consideram seus adversários políticos. Mais recentemente, o impresso que ficou mais bem conhecido no Brasil como entusiasta do modelo neoliberal foi a revista semanal *Veja*, da Editora Abril, controlada pela família Civita. Fundada no ano de

<sup>42</sup> A causa certa e o homem errado. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de fevereiro de 1975

1968, teve como primeiro editor o jornalista Mino Carta, que permaneceu até o ano de 1976. Porém, mesmo após a saída de Mino Carta, *Veja* passava ao largo de ser considerada ou pelo menos de abraçar a doutrina neoliberal. Segundo a historiadora Carla Luciana Silva, essa guinada da revista, diferente de *O Estado de S. Paulo*, já identificado ideologicamente com o neoliberalismo de longa data, começaria a ser construído no período de formulação da Nova República, e tem o ano de 1988 como marco fundamental. Naquele ano foi criado o Fórum Nacional, uma *think-tank* brasileira com quase uma centena de economistas, sociólogos e intelectuais em geral, que visava adequar o debate econômico realizado no Brasil nas esferas do neoliberalismo. A revista *Veja* a partir de então, de acordo com a autora, passou a disseminar tais ideais, “influenciando diretamente nas ações políticas por sua atuação partidária (junto ao Congresso Nacional e Poder Executivo), utilizando-se a justificação de sua ‘independência’ e de ser portadora da ‘opinião pública’” (SILVA, 2009)

Pode-se ver que o Brasil não escapa de um processo social amplo que atravessava diferentes sociedades ocidentais em que as mídias atuam no processo de escrita histórica do presente e dispõem de uma função no arranjo do tempo histórico, organizando os debates e as contendas que articulam as lutas sociais e políticas. Pierre Nora ressaltou como o *retorno do fato* se transformou numa questão indispensável para os preceitos historiográficos da contemporaneidade, sendo que a mídia, como fabricante de fatos, assume condição central (NORA, 1988). Pode-se afirmar que a percepção do tempo histórico para diferentes grupos sociais é mediada a partir da fragmentação da realidade em fatos narrados por uma imprensa empresarial, a qual funciona de forma industrial num mercado cultural, possuindo a propensão de delimitar acontecimentos e capilarizar-se no cotidiano.

O ressurgimento do acontecimento como interesse para a historiografia se correlaciona com a função que a mídia de massas opera nas sociedades contemporâneas, que restaura e ascende a pertinência do acontecimento como um instante fundador. Os próprios meios de imprensa e mídia são agentes da estrutura do acontecimento ao delinearem e deixarem registrados vestígios que passam a compor documentos próprios para os estudos do tempo presente. François Dosse afirma:

Longe de ser uma relação de externalidade, as mass media participam plenamente da própria natureza dos acontecimentos que elas transmitem. Cada vez mais, é através delas que o acontecimento existe. Para ser, o acontecimento deve ser conhecido, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência (DOSSE, 2013).

É François Hartog quem aborda as diferentes associações entre tempo histórico e o presente, interessado pelas formas como as sociedades do ocidente vivenciam a narrativa de seu passado. A vivência no tempo presente como um passado que ainda não foi superado, mas também não rege mais o presente e tampouco cria uma imagem de futuro, “Um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo” (HARTOG, 2015, p.15).

Embora Hartog não vincule presentismo a neoliberalismo, chama a atenção o quanto o presente tem sido descrito pela mídia corporativa ocidental como a simplesmente a realização de uma lógica neoliberal capaz de promover um ordenamento social que não encontra alternativas no horizonte. A retórica neoliberal atua constantemente ordenando uma espécie de ideia presentista do tempo, construindo uma noção de passado a ser superado, o qual seria responsável pelas mazelas do presente. Também uma visão trágica de futuro caso os receituários neoliberais não sejam implementados de forma hegemônica, mantendo assim uma narrativa de presente permanente.

É possível localizar na cobertura editorial do caso chileno por *O Estado de S. Paulo* na década de 1970 um precoce processo de construção de um consenso narrativo que outros estudos costumam identificar em período posterior em outros veículos (SILVA, 2005). Ocorre no periódico a produção permanente de uma narrativa que aponta para a recuperação rápida no Chile após o golpe graças ao livre mercado, independente da repressão que estivesse ocorrendo no país, manuseando o seu noticiário de modo a ajustar os fatos ao debate político brasileiro.



Pinochet é considerado pelos que vêm observando a sua carreira militar um homem inteligente, ambicioso e competente. Ele ainda é descrito como uma pessoa calma e diligente e um oficial de infantaria bastante experiente, possuidor de grande iniciativa. Um oficial, antigo aluno do general quando este lecionava Artilharia e Geografia Militar, lembra dele como um indivíduo cheio de energia muito disciplinado, detentor de um certo senso de humor e muito obstinado.[...] Ele prometeu na última terça-feira, que a junta militar que preside tem como meta "exterminar o marxismo"<sup>43</sup>

Apesar da repressão no Chile ser divulgada por *O Estado de S. Paulo*, o periódico elegia realizar um jogo de simetria entre diferentes “lados” do contexto chileno, relativizando o novo regime ou citando a urgência de recuperação da economia e, até, na visão de mundo liberal, da restauração da tessitura social daquela sociedade. É o caso de uma matéria do dia 21 de setembro de 1973, que é publicada logo abaixo de uma diminuta nota a respeito do Chile denominada “Repressão”, na qual o periódico denomina três vítimas assassinadas como “extremistas” — “três extremistas [...] foram mortos ontem por patrulhas militares [...] quando tentavam fugir de um caminhão militar que os conduziria à prisão”.<sup>44</sup> Neste momento dos acontecimentos, portanto, havia informações sobre as arbitrariedades cometidas e o provável desfecho das prisões de “extremistas”. Porém, ainda assim, o periódico, que se autointitulava como defensor das liberdades individuais e dos preceitos liberais, minimizava o que se passava. A matéria principal era muito mais longa e destacava positivamente o ditador Augusto Pinochet, denominada “Pinochet expõe as razões da deposição de Allende”:

O Chile vai recuperar todas as suas liberdades, quando acabarmos com o tumor maligno do marxismo. Este não é um golpe de Estado, mas um movimento militar. Não se trata também de um movimento retrógrado [...] Mais do que reconstruir [...] o Chile necessita progredir social e economicamente. E isso requer sacrifício de todos. Não prometemos soluções fáceis, porque vivemos horas difíceis. Só com trabalho, esforço e abnegação o país encontrará a resposta aos problemas que o afligem. <sup>45</sup>

<sup>43</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de setembro de 1973, p. 22

<sup>44</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 de setembro de 1973, p. 8

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 8

Imagem 10 - Um apelo à comunidade internacional: os usos do terrorismo



Tal narrativa é reveladora da linha editorial do *Estado de S. Paulo* e convergia com o discurso que viria a ficar conhecido como “meritocrático”, do trabalho, do “remédio amargo” que levaria a população em geral para um tipo de sacrifício social coletivo que seria necessário para gerar um bem maior. Um presentismo econômico que abarcaria a vida de toda a população: a hoje conhecida narrativa neoliberal. A formação da narrativa midiática e a sua influência na sociedade, tanto na perspectiva cultural, quanto na estrutural, ganhou cada vez mais espaço no debate público, assim



como a potência das medidas neoliberais para produzir um sistema econômico que promete permanentemente, a cada nova crise, prosperidade, oportunidade e liberdade. Porém, para tanto, a ambivalência cultural do homem e sua relação com o trabalho necessita ser também alterada. No primado editorial do caderno de economia de *Estado de S. Paulo*, que aparece como um balizador do preceito econômico e ideológico do periódico, tal configuração já estava assimilada e acomodada na redação. Os editores e propagadores do pensamento empresarial e econômico do diário notavam que um elemento estruturante da organização da economia aparecia como horizonte de expectativas:

Qual a imagem que deve ter, na época em que vivemos, um líder, um homem de empresa, um profissional liberal, um homem público, uma pessoa destacada em qualquer ramo de atividade? Tentemos defini-la.

Novos conceitos culturais estão surgindo rapidamente na Europa, nos Estados Unidos e, nesse particular, por antecipação, estão até sendo já aplicados no Brasil.

Esses conceitos já predominaram no mundo há muito tempo, e estão sendo restaurados agora pelo próximo advento da sociedade de serviços em países pós-industrializados, que está criando uma nova moral, um novo senso de valor. Vale o homem que serve, por aquilo que faz. Vale a qualidade, não a quantidade. Vale a autenticidade. Vale a busca incessante do aperfeiçoamento, em termos pessoais. Valem os valores que levam à dignificação do homem. Vale a simplicidade do estilo exterior de vida, mas a profundidade, a intensidade do viver. Valem os valores que sentimos no fundo de nosso coração. Este é o modelo de valor para o homem do futuro. [...] Homem que harmoniza a sua vida a de sua coletividade e que extrai do servir a sua meta e a sua felicidade.<sup>46</sup>

A narrativa de superação da crise e recuperação econômica do Chile, a “retomada da normalidade” e a inevitabilidade de apoio internacional para que isto se concretizasse, seriam responsáveis por duas primeiras páginas ainda no primeiro mês de ditadura. Também são destacados os esforços do ditador Pinochet para tentar uma reaproximação dos Estados Unidos foram divulgados<sup>47</sup>, “Pinochet quer vínculos com EUA”:

O departamento de Estado recebeu ontem um comunicado no qual a Junta Militar chilena pede ao governo dos Estados Unidos que não interrompa suas relações com o Chile e manifesta a sua determinação de cumprir integralmente os compromissos internacionais assumidos. [...] O governo norte-americano, segundo fontes do Departamento de Estado, evitará a norma tradicional de divulgar uma declaração anunciando o reconhecimento do novo governo. O que se pretende fazer é publicar um comunicado conjunto dizendo simplesmente que serão mantidos os vínculos entre os dois países.<sup>48</sup>

<sup>46</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de abril de 1973, p. 24.

<sup>47</sup> Ver anexo 3

<sup>48</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de setembro de 1973

Na mesma data, ainda na primeira página, era feito um tipo de chamamento para o retorno à normalidade. É irônico refletir que para *O Estado de S. Paulo* uma nação governada por um chefe de estado democraticamente eleito não gozava de sua normalidade, enquanto um governo formado por uma junta militar, oriundo de um golpe que vinha deixando vítimas pelas ruas com extremada violência, estaria fazendo com que o Chile retornasse à normalidade (MUNHOZ, 2010). Não foi com timidez que na primeira página do dia 26 de setembro de 1973 um apelo à comunidade internacional foi noticiado, com assinatura do jornalista Clóvis Rossi. Na primeira página, a chamada para a matéria era a seguinte: “Chile só se recupera com ajuda externa”. E prosseguia:

Sem uma maciça, rápida e incondicional ajuda externa, o Chile muito dificilmente conseguirá se recuperar do caos econômico em que mergulhou, particularmente nos dois últimos anos do governo Allende, segundo admitiram ontem os porta-vozes credenciados da Junta Militar.

A abordagem da crise final do governo Allende e dos momentos subsequentes ao pós-golpe, com a vasta utilização de uma linguagem que massificava e justapunha um binômio semiótico que consistia em “retomada” e “normalidade”, indicava uma escalada que o periódico praticaria entre 1974 e 1975, período muito importante na cobertura econômica do jornal. Interpretar este complexo entrelaçado de ideias que imbrica neoliberalismo, ditadura chilena já sob o comando da Escola de Chicago e a mencionada *doutrina de choque* teorizada por Naomi Klein, ajuda a compreender o aumento no tom de críticas ao governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que assumira o comando da ditadura brasileira naquele período e cuja orientação econômica era considerada demasiadamente estatista

Naqueles anos *O Estado de S. Paulo* produziu de forma mais rotineira cadernos especiais sobre assuntos econômicos pontuando o liberalismo como norte e vaticinando sobre os problemas que a suposta excessiva estatização da economia causaria ao Brasil. Cabe aqui recorrer à apropriação da noção de *patrimonialismo*, a partir da difusão do termo por Raymundo Faoro, paralelamente ao destaque concedido às visitas do economista norte-americano Milton Friedman ao Chile e o ‘repentino’ interesse dos ditos “Chicago Boys” (CLARK, 2017). A linha editorial de *O Estado de S. Paulo* contribuiu para garantir organicidade às discussões a respeito de medidas econômicas consideradas necessárias pra liberalizar a economia e fazer triunfar a economia de mercado. Esse conjunto de visitas e a série de matérias então

produzidas serviram de uma consistente retaguarda teórica, concedendo densidade ao discurso do jornal.

Naquele momento, sob o comando do general Ernesto Geisel, o Brasil iniciava seu período então chamado de distensão (MATHIAS, 1995). O periódico não deixava de atuar no sentido de ampliar sua influência num círculo de legitimação nas decisões políticas e econômicas que a distensão ensejava (MOTTA, 2017). Enquanto isso, na perspectiva chilena, já no pós-golpe, o ditador Augusto Pinochet iniciava um processo de aproximação com o destacado e excêntrico professor de economia da Escola de Chicago, que passara no decorrer dos anos anteriores professando ideias econômicas pouco convencionais. Milton Friedman preconizava a transmutação do liberalismo tradicional e do keynesianismo em uma espécie de liberalismo mais moderno e vinculado às ideias monetaristas dele próprio, além das pretensões filosóficas do austríaco Friedrich Hayek.

Não era a primeira vez que Milton Friedman ganhava destaque em *O Estado de S. Paulo*. Em 1970 seria publicada uma reportagem em homenagem ao economista estadunidense, denominada "A importância de Friedman", na qual tal figura ainda não era compreendida como um conservador orgânico, mas como um 'excêntrico', inclusive aplaudido por setores da *Nova Esquerda*. De acordo com a revista *Time*, de 19 de dezembro de 1969, a maior parte dos economistas então considerava-se formada por "Keynesianos, Friedmanescos ou Friedmanianos". Friedman, aos 57 anos, tornou-se o protagonista da "Escola de Pensamento Econômico de Chicago" e um dos mais importantes economistas estadunidenses daquele tempo, ao lado de Walter Heller e John Kenneth Galbraith (SILVA, 1991).

Ele tem sido capaz de agradar e enfurecer [...] os conservadores [...] e quase todos os grupos no meio do caminho. Sua filosofia básica é: a liberdade pessoal é o bem supremo em economia, política e ou relações pessoais. Seu filho David, de 24 anos, o chama de "anarquista libertário". [...]

Friedman recebeu aplausos da Nova Esquerda ao opinar a favor das forças armadas serem constituídas totalmente por voluntários - não depois da Guerra do Vietnã, como vem propondo Nixon, mas "ontem".

Friedman considera ineficaz o atual sistema de bem-estar e assistência social americano. Como substituto para tal sistema, ele vem advogando a implantação de um imposto de renda negativo. É melhor se dar dinheiro às famílias pobres, proporcionando-lhes um nível de renda mínimo e a possibilidade de escolherem fazer o que desejam com o dinheiro, do que obrigá-las a trocar os "food-stamps" por comida. O programa de "food-stamps", selos distribuídos pelo governo americano que podem ser trocados por alimentos, segundo Friedman, só serve para subsidiar os agricultores,

resultando em enorme estocagem de bens agrícolas, "um almôço de graça, para os ratos".<sup>49</sup>

A imprensa se legitima ao organizar fatos cotidianos por meio da produção persistente de recursos narrativos que engendram efeitos reais na sociedade, como um discurso de crise ou de retomada, por exemplo (LOHN, 2016). As narrativas produzidas pela imprensa nutrem, assim, a amplitude de ordenamento e rearranjo da "temporalidade contemporânea". Além disso, "a comunicação de massas e a instantaneidade possibilitaram à imprensa a participação na trama narrativa do tempo presente" (LOHN, 2013). Isto posto, a mídia, ao posicionar-se como descritora de uma narrativa determinada e sistemática da temporalidade, a mídia impressa aperfeiçoou uma prática de posicionar-se como fragmento do contexto que demarcou o período de distensão política.

Em matéria de 1975, o noticiário a respeito do Chile começava a aplicar essa espécie de discurso presentista acerca da economia, um jogo de ideias que pontuava a necessidade do 'remédio ser amargo' para que 'exista um futuro'. Sob o título "Economia chilena deve mudar pouco", uma matéria assinada pelo correspondente do *O Estado de S. Paulo* no Chile, Abraham Santibañez, indicava importantes orientações econômicas:

Esta semana, segundo informou em Concepción o general Augusto Pinochet, será anunciada a série de medidas econômicas que vem sendo estudada desde o início do mês.

O presidente da República reconheceu que "o sistema que aplicamos atualmente é doloroso". Segundo declarou, tem filhos e amigos que o informam sobre as dificuldades que a maioria do país enfrenta, mas insistiu, mais uma vez, que não haverá modificações fundamentais.<sup>50</sup>

O anticomunismo operava no Chile não apenas como parte de um sentimento conservador singular daquele país, mas como uma extensa lógica política também fomentada por veículos de imprensa da América Latina, e, dentre eles, o periódico *O Estado de S. Paulo*. Subjugar um governo de orientação socialista democrática por uma ditadura liberal seria não apenas um recurso simbólico, mas um exercício de força. O conflito ideológico que permeava o mundo no período, protagonizado por cada polo em seu eixo de ascendência, Estados Unidos e União Soviética, desembarcou no Chile, formou imaginários e demarcou aquilo que viria ser o primeiro

<sup>49</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 de fevereiro de 1970.

<sup>50</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de março de 1975, p. 13.

laboratório neoliberal do mundo e que formaria um regime econômico de consenso dali em diante (HOBBSBAWM, 1995). Estavam então sendo dados os primeiros passos para uma “segunda guerra fria”, na qual os Estados Unidos buscariam recuperar prestígio e influência internacional, a partir da difusão dos valores da liberdade econômica e do livre mercado, associando-os à defesa da democracia.

Mais adiante, no ano de 1983, aparecem delineamentos mais precisos do que se tornaria esta chamada "segunda guerra-fria". O historiador e cientista político Moniz Bandeira destacaria a criação da NED, National Endowment for Democracy, por proposição do Congresso dos Estados Unidos. Esta instituição governamental foi criada com o intuito de influir na diplomacia internacional, operando abertamente — pretensamente, sem conspirações subterrâneas — no âmbito do Departamento de Estado e das Embaixadas dos Estados Unidos nos países que seriam alvos de sua prédica, sob o argumento de promoção da liberdade e democracia para derrubar governos hostis ou amparar aliados (BANDEIRA, 2013, p. 39).

### 3 O ESTADO DE S. PAULO, DE “LIBERAL REFORMADOR” À “NEOLIBERAL ESCLARECIDO”

#### 3.1 VENTOS FRIOS DOS ANDES E DE CHICAGO CHEGAM EM BRASÍLIA

O setor administrativo e o setor político continuam ambos mais aliados ao impulso recebido do passado que inspirados pelos convites e apelos do presente a inovar, a ousar, a criar. E a permanecerem assim resignados a refugiar-se na lei da inércia, não se verificará o voto do presidente de que a continuidade não seja confundida com o imobilismo. Foi esse imobilismo que, durante quase todo o ano, apenas acrescentou sobrecargas à pesada herança estatizante acumulada pelos anteriores governos revolucionários. Irmã gêmea do processo de centralização e autoritarismo político, a estatização era e é uma contradição flagrante aos ideais de 1964, liberais e democráticos. À grita da opinião, de que nossas notas fizeram eco, responderam os setores administrativos com a atitude típica dos que, desarmados de justificativas e razões, temem contudo comprometer-se com uma confissão sincera de erros e descaminhos: louvaram-se nas boas intenções do governo, inocentando-o de qualquer motivação ideológica.<sup>51</sup>

O editorial intitulado “Geisel, da iniciativa ao descompasso” pode ser tomado como a descrição de uma trama política que se sucederia dali em diante acerca das disputas em torno do processo de distensão política em curso no Brasil que, de certo modo, orienta a recepção do noticiário sobre a imposição do receituário neoliberal no Chile. Esta unidade concentra-se no objetivo de formar um elo necessário para compreender o processo narrativo elaborado pela linha editorial, bem como o ideário abraçado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no debate público brasileiro. Aqui pretendemos investigar como esta nova ideologia, tendo o Chile como laboratório, começa a ser operacionalizada com vistas a organizar o debate público brasileiro no período da abertura política. Tentaremos compreender a junção entre autoritarismo, violência, liberalismo e oposição ao estado patrimonialista, passando a conviver como uma ideia força unificada. Dentre as informações coletadas, o ano de 1975 marcou essa junção nas páginas do periódico *O Estado de S. Paulo*.

O periódico passa então a interagir com seu público como um arauto do neoliberalismo, renovando o antigo projeto social que, segundo Maria Helena Capelato, predominou na imprensa paulista entre 1920 e 1945, nos embates com os governos da Primeira República e, posteriormente, o getulismo. Jornalistas “neutros” e “idôneos” conduziram o leitor à compreensão das demandas necessárias para que o país chegasse à ordem e à harmonia social. Um liberalismo “contrarrevolucionário”

<sup>51</sup> Editorial “Geisel, da iniciativa ao descompasso”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1975.

no sentido de que as amplas liberdades civis prometidas não poderiam ser concretizadas nas condições reais, cedendo lugar a um projeto mais “modesto e parcimonioso”, concentrando-se em “poucas liberdades fundamentais”. Um projeto social conservador, que tinha a ordem como base fundamental para este liberalismo limitado (CAPELATO, 1989, p. 21-25). Décadas depois, ao abraçar o neoliberalismo, pode-se dizer que *O Estado de S. Paulo* novamente assume a vanguarda da imprensa paulista em defesa de um projeto ainda mais restritivo nas liberdades e garantias prometidas. O neoliberalismo é encetado em uma perspectiva moral, sendo eivada dos valores professados pelo diário décadas antes. No programa defendido por seus editores, o país necessitaria de progresso, de técnicos, bons condutores da economia no Estado, separando a sociedade civil do sujeito econômico. A perspectiva neoliberal ganhava contornos de unidade entre reacionarismo e laissez-faire conduzida por uma suposta vanguarda intelectual militante. No mencionado editorial de 15 de março de 1975, os responsáveis pelo jornal explicitaram seu descontentamento com as opções econômicas tomadas pelo regime militar brasileiro até então. O mundo passava por uma crise de financiamento em decorrência do primeiro ciclo da Crise do Petróleo e, com uma economia cada vez mais globalizada e mercados cada vez mais interligados, tal crise passaria a impactar fortemente a economia brasileira (VOIGT, 2010, p. 27).

As medidas tomadas pelo governo brasileiro dirigiam-se ao oposto do que propunham os próceres econômicos de *O Estado de S. Paulo*. Na década de 1970 ainda era prematuro explicitar até onde se chegaria com essa nova mudança de paradigma. O debate em nível mundial na imprensa, nos bancos centrais e nas escolas de economia promovia uma dicotomia entre o nacional-desenvolvimentismo de influência keynesiana e uma espécie de liberalismo econômico da Escola de Chicago. Sobre Hayek e a ideia de ordenamento espontâneo do mercado, o economista Ronaldo Fiani afirma:

Embora a ideia de uma ordem espontânea, regulando tanto os mercados como a sociedade, seja ao menos tão antiga como a figura da “mão invisível” de Adam Smith, no século XX o único autor a elaborar extensivamente o conceito de ordem espontânea foi F. A. Hayek. Hayek buscou construir um modelo evolutivo de ordem espontânea através da seleção cultural (FIANI, 2002).

Políticas centradas no Estado como indutor eram acusadas de excessivos gastos e o rechaço do capital estrangeiro adotados no decorrer do governo Ernesto Geisel começavam a receber críticas em setores influentes, em especial no meio

empresarial. O aumento na quantidade de filiais e o inchaço no funcionalismo de empresas públicas apareciam como inimigos da estabilidade fiscal e aos anseios de uma sociedade pautada na economia de mercado. Setores estatais, nos ramos de petróleo, energia, bancário e previdenciário, aumentaram de forma exponencial o volume de investimentos e começaram a agir de acordo com a lógica de mercado no Brasil, enquanto que no Chile de Pinochet, alguns desses setores estratégicos foram alvo de um forte processo de desestatização (principalmente no setor bancário), com a entrada de capitais estrangeiros (COSTA, 2007).

Neste mesmo cenário, para o fim do primeiro ano do governo Geisel, *O Estado de S. Paulo* preparou uma série de reportagens especiais intitulada “Os caminhos da estatização”, dividida em onze matérias em tom de denúncia da suposta condução demasiadamente estatista do regime militar brasileiro e apontando a necessidade do governo conduzir o Brasil aos novos marcos do capitalismo, com cada uma matéria abordando um setor diferente da economia brasileira.<sup>52</sup> Vale ressaltar a marcante presença de Eugênio Gudín nestas reportagens. Gudín foi um dos mais imponentes neoliberais brasileiros do século XX, ministro da fazenda do governo Café Filho entre os anos de 1954 e 1955 e teve participação na Sociedade Mont Pèlerin,<sup>53</sup> organização de ideologia ultraliberal fundada por filósofos e economistas do porte de Friedrich Hayek e Milton Friedman, com o intuito de difundir tais ideias na sociedade. Eugênio Gudín, em 1958, participou de uma reunião da Sociedade Mont Pèlerin na Universidade de Princeton, quando apresentou formulações acerca da inflação. O pensamento do economista brasileiro influenciaria o recorte ideológico apresentado por *O Estado de S. Paulo* na série de reportagens sobre “Os caminhos da estatização” (IRUSTA, 2016).

---

<sup>52</sup> ***O Estado de São Paulo***. São Paulo, 16 de fevereiro de 1975, p. 28

<sup>53</sup> Sociedade Mont Pèlerin, segundo o site da própria instituição, é descrito como: “Após a Segunda Guerra Mundial, em 1947, quando muitos dos valores da civilização ocidental estavam em perigo, 36 estudiosos, principalmente economistas, com alguns historiadores e filósofos, foram convidados pelo professor Friedrich Hayek para se encontrar no Mont Pelerin, perto de Montreux, na Suíça, para discutir o estado e o possível destino do liberalismo (em seu sentido clássico) no pensamento e na prática.

O grupo se descreveu como a Sociedade Mont Pelerin em função do local da primeira reunião. Enfatizou que não pretendia criar uma ortodoxia, formar ou se alinhar com qualquer partido ou partidos políticos, ou realizar propaganda. Seu único objetivo era facilitar uma troca de idéias entre estudiosos de mentalidade semelhante com a esperança de fortalecer os princípios e a prática de uma sociedade livre e estudar o funcionamento, as virtudes e os defeitos dos sistemas econômicos orientados para o mercado.” (Tradução do autor) *In. A Short History of the Mont Pelerin Society*. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/about-mps/>>. Acesso em: 18 set. 2020.



O extenso editorial que demarcou o encerramento da série de reportagens brindou o leitor com uma espécie de *wishful thinking*<sup>54</sup> econômico, manejando as perspectivas da economia brasileira entre o que seria uma narrativa derivada de um espaço de experiência e projetando um horizonte de expectativa:

Terminada a série de monografias que durante duas semanas dedicamos aos caminhos da estatização da economia nacional, este comentário não pretende mais que sublinhar os contornos do óbvio. O "Brasil S.A" constitui uma realidade insofismável. O que até o início da década de 60 era admitido como uma política de preenchimento de espaços vazios na área infra-estrutural, configura hoje uma disputa irreprimível dos meios de produção e mesmo de troca ao setor privado. É o caso recente da indústria siderúrgica de produtos não-planos, de fertilizantes, exploração mineral, polpa de celulose, petroquímica e da comercialização de carne, soja e algodão, assim como da escalada no terreno do crédito e financeiro, onde o progressivo controle governamental condiciona cada vez mais as indústrias em expansão à dependência do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Tomando por base a lista das 200 maiores empresas do País no ano de 1973, verificamos que 72 eram controladas pelos poderes públicos[...] A propósito, tomamos boa nota da afirmação peremptória do sr. presidente da República aos membros do Congresso Nacional, quando diz que um dos objetivos primordiais do seu governo é a vitalização da empresa privada. S. exa. é evidentemente sincero. os fatos é que o contrariam. E contrariam por duas razões fundamentais: a primeira, a falta de uma política econômica derivada de uma política ideológica de clara opção liberal-democrática; a segunda, a multiplicação dos centros legíferos ao nível intermediário do poder político, os quais na realidade é que delimitam a margem de ação do empresariado dentro do aparelho de produção. Em princípio, a dinâmica da estatização estaria dominada pelo momento econométrico, ou, se se preferir, pela necessidade de manter e se possível de acelerar ao máximo a taxa de crescimento do produto nacional. Sucede, porém, que esta espécie de disponibilidade ideológica que constitui apanágio do tecnocratismo pode ser instrumentalizada pelos ideologicamente engajados na rede marxista-leninista da exploração do homem pelo homem.

As reportagens "Os Caminhos da Estatização" foram iniciadas na edição de 16 de fevereiro de 1975, num período em que o fluxo de visitas de Milton Friedman ao Chile e suas consultorias ao "Chicago Boys" eram intensas. Na ocasião, uma sala foi montada para os economistas da força-tarefa montada pela Pontifícia Universidade Católica do Chile na sede do governo chileno<sup>55</sup>, que serviu como uma espécie de 'franquia' para a Escola de Chicago na América Latina, capitaneada por Milton

<sup>54</sup> Termo conceitual de difícil tradução para a língua portuguesa que o Dicionário Houaiss interpreta como: "impulso que conduz o ser humano à crença em determinadas suposições, tais como os princípios da religião ou do livre-arbítrio, cuja legitimidade não depende de qualquer comprovação obtível por meio de fatos ou dados objetivos, mas de sua utilidade psicológica e dos benefícios vitais que as acompanham."

<sup>55</sup> **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 30 de março de 1975, p. 9

Friedman.<sup>56</sup> Em paralelo, os editores de *O Estado de S. Paulo* acreditavam que a intervenção estatal era demasiada e a linguagem adotada para demonstrar essa pretensa situação adotava um tom de denúncia. O diário deu grande destaque ao tema, anunciado na primeira página de domingo de sua estreia, a mais importante da semana e a de maior tiragem.

Imagem 11 - Reportagem especial: “Estatização preocupa empresários”



As críticas ao que os responsáveis pelo jornal consideravam como estatismo se elevariam após essa série de matérias. A investigação realizada sobre “Os Caminhos da Estatização”, mesmo com acesso integral ao acervo de *O Estado de S. Paulo*, deparou-se com a ausência de algumas páginas que continham as matérias. As matérias encontradas foram, respectivamente: “I” - “No Setor de crédito a nova

<sup>56</sup> O'BRIEN, Phil; RODDICK, Jackie. **Chile, the Pinochet Decade: The Rise and Fall of the Chicago Boys.** London: Latin American Bureau, 1983. iv, 118 p.

investida estatal”, “Mais de 4% da poupança”, “Um sugador de recursos”, “BNDE comanda processo de estrangulamento”<sup>57</sup>; “IV” - “Na siderurgia, intervenção parcial”, “Certa presença dos EUA na reunião sobre energia”, “Divisão favorece o governo”<sup>58</sup>; “V” - “Comunicações, o velho confisco”<sup>59</sup>; “VI” - “Nos transportes, a inversão de critérios”<sup>60</sup>; “8” - “Intervenção até em fertilizantes”<sup>61</sup>; “10” - “É falsa a opção Estado e setor privado”<sup>62</sup>; “Final” - “Engrenagem favorece poder do Estado”, “Monopólio da informação”, “Ainda há tempo de reagir”.

Não cabe aqui explorar em detalhe cada um desses temas. A análise de todas estas matérias ampliaria sobremaneira o foco da investigação. Mas, é necessário apontar o quanto o jornal comprometia-se com a difusão de uma abordagem da problemática econômica brasileira estritamente orientada a partir de uma adesão a uma linha de pensamento ideológica. A série evidencia a organização e um precoce discurso neoliberal no tratamento das possíveis perspectivas para o Brasil, tendo *O Estado de S. Paulo* como um pioneiro ativista no âmbito da grande imprensa. A própria produção dessas reportagens especiais e sua abordagem crítica ao governo Geisel, municiando os editoriais do jornal, constitui-se em elemento por si só importante para a compreensão das posições do *Estado de S. Paulo*. É possível indicar que o jornal não apenas queria informar seus leitores, mas também influenciar os detentores do poder econômico do país, empreitada que seria coberta de êxito.

O regime ditatorial brasileiro perseguia a manutenção dos níveis de crescimento num processo conhecido como “fuga para frente”, tentando manter a economia aquecida, empregando de forma ativa os mecanismos oficiais de controle de preços e investimentos (PRADO, Luiz C. Delorme; EARP, Fábio Sá, 2003 p. 207 - 242). Este panorama de aumento de gastos públicos geraria discórdia em atores sociais que até então eram entusiastas do regime, tendo o jornal *O Estado de S. Paulo* partilhado de tal descontentamento. Somado a este quadro, uma gradativa desarmonia com a longa preservação de práticas autoritárias do regime militar brasileiro, como a ação da censura prévia na redação do periódico<sup>63</sup>. E aqui a relação do jornal com a repressão da ditadura militar é ambígua, se para militantes de

<sup>57</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 16 de fevereiro de 1975, p. 28.

<sup>58</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 22 de fevereiro de 1975, p. 9.

<sup>59</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 23 de fevereiro de 1975, p. 32.

<sup>60</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 25 de fevereiro de 1975, p. 20.

<sup>61</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 27 de fevereiro de 1975, p. 22.

<sup>62</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 1 de março de 1975, p. 19.

<sup>63</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 de março de 1975, p.4

esquerda o diário apostava num arrefecimento da linha dura, o mesmo, evidentemente, não corroborava em ver suas matérias sendo censuradas. A questão é que, como já mencionado, *O Estado de S. Paulo* via-se não como opositor ao regime militar brasileiro, mas como um crítico interno. Outro dado da linha editorial do periódico é que o aumento vagaroso, porém consistente, de críticas à condução intervencionista do Estado<sup>64</sup> vinham ao encontro de uma guinada neoliberal que progressivamente ganhava corpo e apoiadores no cenário internacional.

Apesar de críticas pontuais e até mesmo consideradas duras para o período ditatorial brasileiro, que o jornal reservava ao governo Geisel, um ambiente de normalidade institucional ainda era frequentemente ressaltado nas páginas do diário. Numa matéria assinada por Alberto Dines, com o título “Democracia dispõe de meios para enfrentar crise atual”, o jornalista discorria sobre a crise econômica mundial, com a vulnerabilidade valor do petróleo afetando praticamente o mundo inteiro. A democracia teria o poder de superar este problema e, nas entrelinhas, o jornalista deixava no ar que se o Brasil se ainda não era uma democracia plena, pelo menos não era ditadura tão fechada assim:

No Departamento de Estado (dos Estados Unidos), por exemplo, os especialistas em América Latina não escondem seu contentamento em constatar que um tênue espírito democrático recomeça a marca o continente [...] a Argentina, a despeito de todas as provocações terroristas, continua dentro de um precário sistema constitucional, e finalmente, o Brasil, gradual porém seguramente, se encaminha para a distensão<sup>65</sup>

De sua parte, *O Estado de S. Paulo* não apenas apresentava-se como um importante formador de opinião das classes dominantes e do centro do poder da sociedade. Assim, de fato, as invectivas do periódico no campo econômico tiveram alguma resposta por parte dos próceres do regime autoritário, o que ficou subentendido no editorial de 15 de março de 1975:

Ao lançarmos nossa campanha de advertência contra os perigos da estatização da economia nacional, estávamos certos de servir ao País, colaborando com as autoridades e fomentando um construtivo debate sobre o problema. O debate acha-se hoje inteiramente em aberto, as autoridades empenham-se em conjurar aquelas ameaças que reputamos graves. Convém evocar, a propósito, as medidas anunciadas pelo presidente do BNDE,

<sup>64</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de julho de 1974, p.3

<sup>65</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 3 de março de 1975, p. 28

Marcos Pereira Vianna, que dirige precisamente, um dos organismos que muitos consideram ser o foco principal da estatização no País.<sup>66</sup>

Uma relação entre “discurso” e “poder” aparentava fazer parte da linha editorial de *O Estado de S. Paulo*. O jornal afirmara-se como mais que simples formador de opinião, poderia ser compreendido como uma engrenagem de influência intelectual na chamada sociedade civil brasileira. Neste sentido, Michel Foucault, afirma que:

Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. (FOUCAULT, 1996)

Enquanto no Brasil *O Estado de S. Paulo* demonstrava descontentamento com os desdobramentos da condução econômica do regime militar, no Chile, a ditadura militar travava uma verdadeira guerra contra a inflação, vendendo a ideia de que toda a sociedade deveria compartilhar de um ‘remédio amargo’ para obter a ‘cura’. Porém, como apontado pelo ex-ministro das finanças da Grécia, Yanis Varoufakis, muitas vezes o remédio amargo contra a inflação não apenas é mais amargo que a inflação em si, como a dose ainda pode ser tóxica.<sup>67</sup> No dia 2 de março de 1975, enquanto as reportagens “Os Caminhos da Estatização” ainda estavam sendo publicadas, o jornal divulgava uma matéria sobre o Chile intitulada “Governo promete manter política contra inflação”. A matéria saudava uma queda de 4 pontos percentuais na inflação daquele país e destacava a obstinação de Augusto Pinochet: “para os chilenos, sujeitos a uma placável inflação, esse fim-de-semana devia trazer uma grande novidade: a queda de quatro por cento nos preços de uma ampla lista de produtos”.<sup>68</sup> Porém, os números poderiam também apontar para uma outra realidade escamoteada pelo *O Estado de S. Paulo*, a que de que as reformas abruptas adotadas pelo regime Pinochet, apesar de, de fato, reduzirem a inflação em cerca de 208% em 2 anos, fizeram o PIB encolher 12%. Uma recessão brutal que, na prática, significava um

<sup>66</sup> Editorial sobre o especial de matérias chamado “Os Caminhos da Estatização e o BNDE”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1975, p. 3.

<sup>67</sup> **Varoufakis quer encontrar uma solução com a União Europeia**. Disponível em: <<https://www.jn.pt/mundo/interior/varoufakis-quer-encontrar-uma-solucao-com-a-uniao-europeia-4390604.html?id=4390604>>. Acesso em: 4 ago. 2020.

<sup>68</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 2 de março de 1975, p. 28.

espiral de empobrecimento da população sem precedentes segundo números analisados por Francisco Lira:

Ao retomar o controle da economia, as autoridades econômicas diagnosticaram que a inflação, que terminou em 1973 com 508%, era derivada da demanda, e dessa forma, reduziram severamente em 1974 a circulação de moeda a fim de conter o consumo. A crença dos monetaristas de que as medidas de contração monetária constituíam-se eficientes instrumentos na contenção da inflação, não encontrava respaldo na economia chilena, já que o controle monetário não se viu capaz de reduzir o nível de preços, o qual se manteve em 1974 e 1975, a 300%. O efeito mais grave dessa ação não foi sua própria impotência, mas sim, ter afundado o Chile numa depressão, que no ano de 1975, encolheu 12% do PIB (LIRA, 2010)

Enquanto os números do Chile seguiam gerando controvérsias, por meio da nota “Escola de Chicago”, *O Estado de S. Paulo* de 30 de março de 1975 começava a divulgar nas suas páginas a participação dos economistas neoliberais na formulação das políticas de estado chilenas, com a participação de um brasileiro no grupo, incluindo a célebre presença de Milton Friedman num encontro no Chile:

O ministro Cuas teve de enfrentar uma nova crítica dentro do debate econômico chileno do último ano e meio: a apreciação dos professores norte-americanos Milton Friedman e Arnold Harberger. Convidados pela Fundação de Estudos Econômicos do Banco Hipotecário - uma das empresas controladas pelo grupo Los Pirañas, cujo responsável é o empresário Javier Vial Castillo - dois norte-americanos, além do brasileiro Carlos Langoni, dispõem de uma sala na própria sede do governo, para que possam melhor expor os seus pontos de vista. Trata-se, na realidade, do pensamento da Escola de Chicago, aplicado com entusiasmo no Chile pelos discípulos de Harberger e Friedman, entre os quais se contra o próprio ministro Jorge Cauas.<sup>69</sup>

O economista brasileiro mencionado na matéria, Carlos Langoni, foi o primeiro brasileiro a lograr o título de doutorado pela Escola de Chicago em 1970, financiado por uma bolsa da Fundação Ford. Langoni foi ainda presidente do Banco Central entre 1980 e 1983, durante o governo do ditador João Batista Figueiredo<sup>70</sup> e, anos depois, foi nomeado conselheiro do Ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro, Paulo Guedes<sup>71</sup>.

<sup>69</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de março de 1975, p. 9

<sup>70</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>>. Acesso em: 17 out. 2020.

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-brasil-precisa-apressar-o-passo-nas-reformas-diz-conselheiro-de-paulo-guedes/>> Acesso em: 17 out. 2020.

Entre os meses de fevereiro e março, quando as matérias “Os Caminhos da Estatização” foram lançadas, uma coluna do insuspeito escritor conservador Gustavo Corção, chamada “Um apelo à consciência nacional”, discorria sobre uma gráfica clandestina destinada a produzir panfletos comunistas que havia sido desbaratada pelos setores de inteligência do regime militar brasileiro, realizava, com a sua característica militância verbal, uma exaltação à TFP <sup>72</sup>, e ainda retratava o Chile como exemplo a ser seguido:

Foram descobertas fontes de "generosos donativos" para tais gráficas que se preparavam para saturar o país de toda a conhecida logorréia esquerdista que é hoje a mais suja das poluições e o mais entorpecedor dos entorpecentes [...]

Aqui no Brasil existem vários grupos que combatem o comunismo com publicações, isto é, com a mesma arma que só é poderosa quando bem feita e bem difundida. São as seguintes: HORA PRESENTE, Boletim do SEPES, o CATOLICISMO do Grupo TFP, PERMANÊNCIA, e modéstia à parte, nós aqui nessas colunas.

Eles vêm no Brasil a esperança moça de um mundo esclerosado e atormentado, porque somente o Brasil, e agora o Chile, souberam dizer não ao Minotauro de uma civilização em processo de erosão acelerada. Diz muito bem o Estadista que, num mundo conturbado, o Brasil é hoje um modelo de paz, porque é um país governado.<sup>73</sup>

O excerto acima demonstra com uma veemência categórica o anticomunismo e a defesa contundente das mudanças radicais à direita, no Chile. Podemos dizer que o ano de 1975, nas páginas do *O Estado de S. Paulo*, marcou essa união entre antimarxismo, liberalismo e ultraconservadorismo. E que os agentes de cada uma dessas tendências começavam a agir como um bloco único. A face do neoliberalismo, enquanto reacionarismo e laissez-faire, começava a ganhar ares de vanguarda desta vez não apenas intelectual, mas também militante. *O Estado de S. Paulo* começava a organizar os elementos e ter exemplos práticos de onde ele queria chegar.

### 3.2 O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL NO CHILE: AS CONTRADIÇÕES DE MILTON FRIEDMAN E O ESTADO DE S. PAULO

Acusam-me - continuou - de ser conselheiro oficial do Brasil e do Chile. Nunca fui conselheiro oficial de nenhum dos dois governos. Sou um cientista, meu

<sup>72</sup> Tradição, Família e Propriedade. Grupo teocrático, de extrema-direita e supremacista católico, que visa a implantação da “Civilização Cristã”, e manteve relações com o *Integralismo*, outro grupo de extrema-direita brasileiro, sendo que este armado.

<sup>73</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 6 de fevereiro de 1975, p. 17

tema é essencialmente a inflação e devo viajar aonde ela se encontra. - Milton Friedman<sup>74</sup>

Na premiação do Prêmio Nobel de Economia em Estocolmo, ano de 1976, um notável protesto contra o economista Milton Friedman tomou o ambiente. Fontes de diferentes matizes divergem sobre a real quantidade de manifestantes, porém, o protesto chamou atenção do grande salão do Grande Hotel em Estocolmo, Suécia, local onde o prêmio foi entregue. O Rei Carlos XVI Gustavo da Suécia precisou intervir junto ao público para que a comenda ao economista monetarista estadunidense fosse entregue sem maiores percalços. No Brasil, *O Estado de S. Paulo* repercutiu a notícia com uma matéria intitulada “Milton Friedman: há um cheiro de nazismo no ar”, na qual negava ser conselheiro de Augusto Pinochet. Para se distanciar dos protestos, tentava escamotear tal apoio e desviava a discussão para o perfil inflacionário do Chile, com números e percentuais. Porém, em junho do mesmo ano, o economista diria algo diferente para a revista estadunidense “Newsweek”, quando questionado sobre sua tutela intelectual à ditadura chilena e aos *Chicago boys*:

Apesar do meu profundo desacordo com o sistema político autoritário do Chile, não considero tão mal para um economista prestar assessoramento técnico ao governo chileno, seria como se eu considerasse mau que um médico concedesse aconselhamento técnico para ajudar o governo chileno a acabar com uma praga. (LETELIER, 1976)<sup>75</sup>

É importante demonstrar tal contradição na cobertura desses eventos. Como um economista que propugnava um *tratamento de choque*<sup>76</sup> poderia comparar com nazistas aqueles que, num dos países mais livres e prósperos do mundo, a Suécia, protestavam democraticamente contra uma premiação? Uma estranha correlação, com pesos e medidas desequilibrados, além de falsas simetrias, era posta em ação. Friedman, em pessoa, havia sugerido este tipo de “tratamento” no Chile, cerca de um ano antes, noticiado pelo próprio jornal *O Estado de S. Paulo*:

<sup>74</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de dezembro de 1976, p. 71

<sup>75</sup> Original: “In spite of my profound disagreement with the authoritarian political system of Chile, I do not consider it as evil for an economist to render technical economic advice to the Chilean Government, any more than I would regard it as evil for a physician to give technical medical advice to the Chilean Government to help end a medical plague.” (Tradução do autor). In. LETELIER, Orlando. **The Chicago Boys in Chile: Economic Freedom's Awful Toll**. *The Nation*, August 28, 1976 <[www.ditext.com/letelier/chicago.html](http://www.ditext.com/letelier/chicago.html)>. Acesso em: 04 set. 2020.

<sup>76</sup> Sobre *Tratamento de Choque*, ver conceito de *Doutrina de Choque* de Naomi Klein retratado na nota de rodapé n. 7 deste trabalho, na página 34.



O debate econômico deve ser por muito tempo, ao que parece, a principal preocupação dos chilenos. Nos dias que precederam a Semana Santa, os economistas Milton Friedman, Arnold Harberger e Carlos Lagoni reiteraram uma vez mais o diagnóstico e a proposição de tratamento que a Escola de Chicago oferece ao Chile. A solução, "um tratamento de choque" de acordo com Friedman, foi ouvida com interesse e até mesmo "com devoção", segundo o comentário de Emílio Sanfuentes na revista 'Que Pasa'.<sup>77</sup>

Friedman, que tentava se esquivar em 1976 da pecha de conselheiro do regime militar chileno, em 1981, aparentemente havia novamente esquecido do que havia dito antes e se lamentava com uma outra célebre entusiasta de suas ideias, a primeira ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, sobre a dificuldade de aplicar o receituário neoliberal num país democrático, com oposição e com uma sociedade-civil atuante. Deixava escapar seu descontentamento de não conseguir atuar em condições de laboratório, como no Chile:

A senhora Thatcher difere dos outros políticos, porque, realmente tem fé no que está fazendo [...] A senhora Thatcher foi elogiada, com ressalvas, por Milton Friedman e também pelo velho (83 anos) professor Friedrich von Hayek, ambos detentores de prêmios Nobel. Friedman reconheceu que ela está certa de um modo geral. Pena que Maggie sofra oposição dos trabalhistas, do movimento sindical, dos sociais-democratas e de muitos membros do seu próprio partido, inclusive elementos do gabinete. Só esta declaração já demonstra que o professor Friedman quer operar em condições ideais de laboratório - coisa que nem no Chile conseguiu.<sup>78</sup>

Uma contextualização deste período que analisamos torna-se não menos importante para refletirmos sobre os significados deste novo liberalismo. Gestado num dos regimes mais repressivos das Américas, o neoliberalismo da Escola de Chicago exigia um alto grau de repressão e tolhimento de opiniões e protestos para ser aplicado: essa era uma das bases do *tratamento de choque*. Sob a imagem do choque, um conjunto de medidas econômicas consideradas indispensáveis passariam a circular na imprensa brasileira nas décadas seguintes, quando as fronteiras nacionais eram alargadas, e seria introduzida conjuntamente ao florescimento com a urgência do tema da globalização, interconexões financeiras e a mundialização das informações. O papel desempenhado da imprensa, portanto, seria o de formular e gerenciar um programa econômico e atuar de forma a garantir sua apropriação didática entre os grupos nos quais circulariam tais ideias, com o intuito de produzir

<sup>77</sup> **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 6 de abril de 1975, p.12

<sup>78</sup> **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 15 de março de 1981, p.21

uma visão de mundo onde a única perspectiva de liberdade possível seria a da liberdade de consumo e da troca de mercadorias (SILVA, 2009).

A partir da década de 1970, a virada neoliberal conquistou novos espaços no rastro da crise do Estado de bem-estar social nos países centrais do capitalismo após a hegemonia deste modelo por cerca de três décadas. Uma renovada matriz intelectual no horizonte conservador conquistava espaço num processo que alguns pesquisadores denominariam de contrarrevolução neoliberal<sup>79</sup>. Perry Anderson afirma que pensadores neoliberais apontavam para a ideia de que as seguidas crises durante os anos de 1970 seriam consequência direta dos gastos públicos com as políticas sociais e que incentivariam um aparelhamento parasitário que corroeria e engessaria o Estado.

Como método de criação de uma espécie de “senso comum” e imposição de uma narrativa hegemônica na sociedade, esta ideia de aparelhamento parasitário passou a ser diretamente vinculado à corrupção. Some-se a isto, ressentimentos e frustrações de setores de classe média fortemente espelhados em países da matriz capitalista, e camadas populares beirando a miserabilidade, numa década em que as esquerdas começam a ter dificuldades de fazerem suas ideias circularem devido, por um lado, a decadência do modelo soviético, e de outro um aumento na luta por “direitos civis individuais” que pouco dialogavam com as carências materiais dos mais pobres. Uma associação entre uma suposta cultura “neoliberal” contestadora à ordem vigente e as denúncias a um sistema “corrupto” passa a ressoar na sociedade ocidental (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 204).

Na virada para o século XXI, a estratégia internacional fundamental para fazer predominar uma pretensa narrativa neoliberal antissistêmica tem se repetido por meio de reformas legislativas, econômicas e institucionais em planos nacionais. Por outro lado, ocorre então uma “indução da ordem global à reforma doméstica, em especial as reformas judiciais” (ALMEIDA, 2018, p. 87). Em outra perspectiva, tais reformas tornaram lícitas condutas econômicas que fizeram com que os detentores de capital diminuíssem de forma considerável os riscos de suas movimentações financeiras, de capital e investimentos, muitas vezes especulativos e sem compromisso nacional, mesmo que os danos causados às economias nacionais passem a ter, em grande

---

<sup>79</sup>ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2007.

medida, origem nas práticas de tais intermediários e consolidem assim a “nacionalização dos riscos” e a “privatização dos lucros” (HARVEY, 2008, p. 38).

É neste contexto que começa a se ventilar uma virada internacional nos métodos de combate à corrupção. Esta passa a ser vista como ausência de transparência em diferentes formas de práticas econômicas e implementação de políticas públicas. Essa guinada passa a ocorrer, concomitantemente, de acordo com uma disputa pelo poder do Estado. A partir da derrocada do chamado socialismo real, as disputas por conta de modelos de regimes de Estado passam a vincular a boa governança ao domínio de uma tecnocracia financeira e cosmopolita (BRATSIK, 2017, p. 23-24; 27-32). A forma como tal agenda se consolida no Brasil nos anos 1990 aparece, de certo modo, nas páginas de *O Estado de S. Paulo* como um “futuro passado”, um horizonte de expectativas das décadas de 1970 e 1980 das elites brasileiras, o que viria se concretizar ao longo da chamada Nova República, a partir de 1985, em diferentes processos eleitorais. Segundo Rodrigo Perez de Oliveira:

a agenda neoliberal foi legitimada, também, por uma narrativa que evocou as ideias de “corrupção” e “ética”, afirmando a diminuição do Estado como a única saída para a solução do “patrimonialismo”, definido como a principal mazela da nação [...] As eleições de 1994 decretaram, portanto, a vitória de uma determinada interpretação do Brasil. O binômio honestidade X corrupção estava no centro dessa interpretação. Nesse sentido, levando em conta as especificidades da atual experiência de crise, estou convencido de que é possível afirmar que a associação entre a espetacularização midiática dos escândalos de corrupção e a imposição de uma agenda legislativa voltada ao desmonte do Estado não é exatamente uma novidade, mas, sim, um projeto que já tem vida longa na história política brasileira. (OLIVEIRA, 2018, p. 399-400).

Num contexto com tal configuração, na redação de *O Estado de S. Paulo* as ideias de Milton Friedman e o exemplo chileno passariam a ser vistos como uma resposta às ideias de John Maynard Keynes e ao capitalismo que agora baluartes do mercado financeiro da Europa queriam enquadrar como antiquados. Uma mostra de como essas ideias circulavam fortemente nos círculos de poder ocorreu na festa do Jubileu de Ouro da rainha Elizabeth da Inglaterra, em 1977. Ali, as rodas de conversas entre líderes do Partido Conservador inglês, primeiros-ministros de outros países, generais, banqueiros e financiadores de *think-tanks* como o Barão Lord Rotschild, pareciam redesenhar o mundo das próximas décadas. Sobre a participação dos *think tanks* no Brasil, Camila Rocha afirma:

Medidas econômicas neoliberais como a abertura dos mercados, privatização de empresas estatais e criação de agências reguladoras, [...] possuía pouco destaque entre as elites políticas e na sociedade civil em geral. A mudança do cenário político em favor do neoliberalismo foi ocasionada por diversos motivos, entre os mais conhecidos figuram a influência de entidades internacionais [...] e a atuação de grupos de economistas de orientação monetarista junto aos governos de Fernando Henrique Cardoso, muitos dos quais se formaram em universidades norte-americanas [...] No entanto, um fator importante que contribuiu nesse sentido foi a propagação de valores neoliberais realizada por empresários, tecnocratas e intelectuais por meio da atuação de *think tanks* pró-mercado (FIRMINO, 2017).

A matéria de *O Estado de S. Paulo*, “Inglaterra celebra jubileu da Rainha”, celebrava não apenas um “liberalismo econômico extremado”, como também a “impossibilidade da aplicação da receita de Lord Keynes”:

O Partido Conservador se deu ao luxo de substituir Edward Heath pela ultramonetarista senhora Margaret Thatcher[...] A usina de ideias - ou think-tank - de Lord Rotschild, empenhada em estudar os meios e os modos viáveis para a modernização do capitalismo britânico, e que era a “menina dos olhos” de Ted Heath, foi lançada às trevas exteriores quando o Partido Conservador - via sir Keith Joseph - adotava para consumo externo uma ideologia baseada nas teorias do professor Milton Friedman, que estão sendo aplicadas no Chile do General Augusto Pinochet, e que Menachen Beguin deseja importar para Israel. Em suma, a impossibilidade de aplicação de lord Keynes, no fim do século XX, provoca uma reação trepidante em favor de um liberalismo econômico extremado, ao qual não falta a inevitável pitada de nostalgia.<sup>80</sup>

Ao vincularmos a análise do tema proposto tendo a imprensa como fonte e ampliamos a escala de observação para um contexto global, tanto na categorização dos fatos quanto na escrita histórica, cabe dialogar com a perspectiva de José Luis Fiori, que pressupõe que certos fatos históricos vêm modificando a tessitura social das relações humanas. Para o autor pode-se estabelecer, categoricamente, uma pertinente relação entre globalização e neoliberalismo: “a visão mais comum que o fenômeno da globalização projeta sobre o fim do século XX – como se já fosse uma realidade – é uma versão atualizada da ideologia econômica liberal” (FIORI, 1998).

Esse hegemonismo de um sistema-mundo econômico contemporâneo, caracterizado pela reestruturação do capital e pelo rearranjo de classes, aqui referido como neoliberalismo, gerou um apelo pelo individualismo exacerbado nos ambientes de trabalho e na cultura de consumo, bem como um novo limiar de participação do Estado na articulação econômica, o que abre a necessidade de adequá-la na forma de análise dos vestígios históricos do período (HARVEY, 2004). O Estado não mais

<sup>80</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 8 de junho de 1977, p. 2.

era o indutor, nos moldes keynesianos, e passava a agir cada vez mais para desregulamentar o mercado e afrouxar as amarras do capital financeiro, antagonizando, dessa forma, o Estado de bem estar social. Vale ressaltar que este novo modelo de sociedade visava superar o Estado apenas na indução econômica, pois as políticas públicas propugnavam medidas de austeridade moral que apontavam para um recrudescimento do reacionarismo. Sobre este conservadorismo social, Marcos Paulo dos Reis Quadros, afirma:

O comportamento reacionário no campo político supõe uma aversão às mudanças sociais que não se limita à antipatia passiva ou à contestação intelectual: transforma-se em atitude radical de corte intrinsecamente reversionista. O foco não é exatamente frear as transformações promovidas pelo progressismo, mas reconduzir a ordem política para um estágio anterior, para uma fase onde a semente da transformação sequer havia sido semeada. Intenta-se, nas palavras de Antony Quinton, uma “revolução negativa”, visto que o reacionário é “um crítico da sociedade existente que deseja recriar no futuro um ideal que ele assume ter existido no passado. É um radical”. Logo, a mentalidade reacionária ora referida é essencial e invariavelmente antimoderna (ou pré-moderna). Em sentido mais abrangente do que restaurar as instituições políticas de acordo com certos moldes que precederam o racionalismo, o reacionarismo se insurge contra o ethos mesmo da modernidade. (QUADROS, 2014)

Tal quadro causou uma gradativa ruptura na forma como a sociedade se organizava. Octávio Ianni alcunhou este processo com uma metáfora chamada *fábrica global*, que pode ser descritiva para a globalização, e a escrita histórica aqui proposta:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videocliques, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos (IANNI, 2002)

*O Estado de S. Paulo* inseriu-se neste debate privilegiando o receituário liberal e passou a ter na Escola de Chicago e na figura de Milton Friedman um novo porto seguro. O que se presenciou foi um empoderamento por parte do impresso neste tema a partir de 1978 e a consolidação de uma imersão no projeto neoliberal e a elevação do economista da Universidade de Chicago à condição de referência intelectual do jornal. Em setembro de 1978 o diário traduziria para a língua portuguesa um caderno especial chamado “Capitalismo, Socialismo e Democracia” lançado pela revista estaduniense *Commentary*, contendo ensaios de 26 economistas. Porém *O Estado*

de *S. Paulo* divulgaria apenas duas edições, com a participação dos economistas Eugene D. Genovese, William Barret, Kenneth J. Arrow e, com destaque, Milton Friedman. No ensaio de Friedman, intitulado “Liberdade política e livre mercado são indissociáveis”, publicado em 10 de setembro de 1978, coincidentemente um dia antes do aniversário de cinco anos da ditadura chilena, o economista faria a seguinte afirmação:

Liberdade política significa a ausência de coerção de um homem por outro homem. A ameaça fundamental à liberdade é o poder de coagir, seja pelas mãos de um monarca, de um ditador, de um oligarca ou de uma maioria momentânea. A preservação da liberdade requer a eliminação de tal concentração de poder na maior medida possível e a dispersão e distribuição de todo o poder que não possa ser eliminado - um sistema de controles e fiscalização. Tirando a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, o mercado elimina esta fonte de poder coercitivo. Isso faz do poder econômico um controlador do poder político, antes que seu reforço.<sup>81</sup>

Tais afirmações soam controversas. Pois o economista ao dar tais declarações se chocava com o que vinha afirmando e escrevendo pouco antes. Pois, cerca de 21 meses antes dessa afirmação foi divulgado no próprio *O Estado de S. Paulo* que o economista, em Estocolmo, dissera: “neste momento, no Chile, há mais possibilidade de se chegar ao regime democrático do que nos tempos de Allende”<sup>82</sup>.

Entre pequenas inserções, reportagens, notas, elogios em editoriais, precisamente no dia 31 de maio 1981, *O Estado de S. Paulo* divulgaria uma longa entrevista em forma caderno especial na seção de Cultura. Desta vez dedicada apenas a Friedman, intitulada “Uma discussão com Milton Friedman”,<sup>83</sup> com um total de cinco páginas. No início da apresentação o jornal o saudava como “inimigo de todas as esquerdas do mundo” e “um profeta do capitalismo puro”, o qual não cessava de “afiar as armas contra os monstros frios do estatismo”, tendo se tornado “o economista preferido de Ronald Reagan”.

E o economista de fato parecia inspirado e afiado, com frases reveladoras como: “afirmo-lhe que existe muito mais liberdade no Chile do que em Cuba.”; “minha regra favorita: cada um está livre para praticar o bem... a suas custas”; ou “o humanismo não consiste em se enternecer diante da miséria e depois defender políticos paternalistas que não fazem mais do que fechar os pobres em seus

<sup>81</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de setembro de 1978.

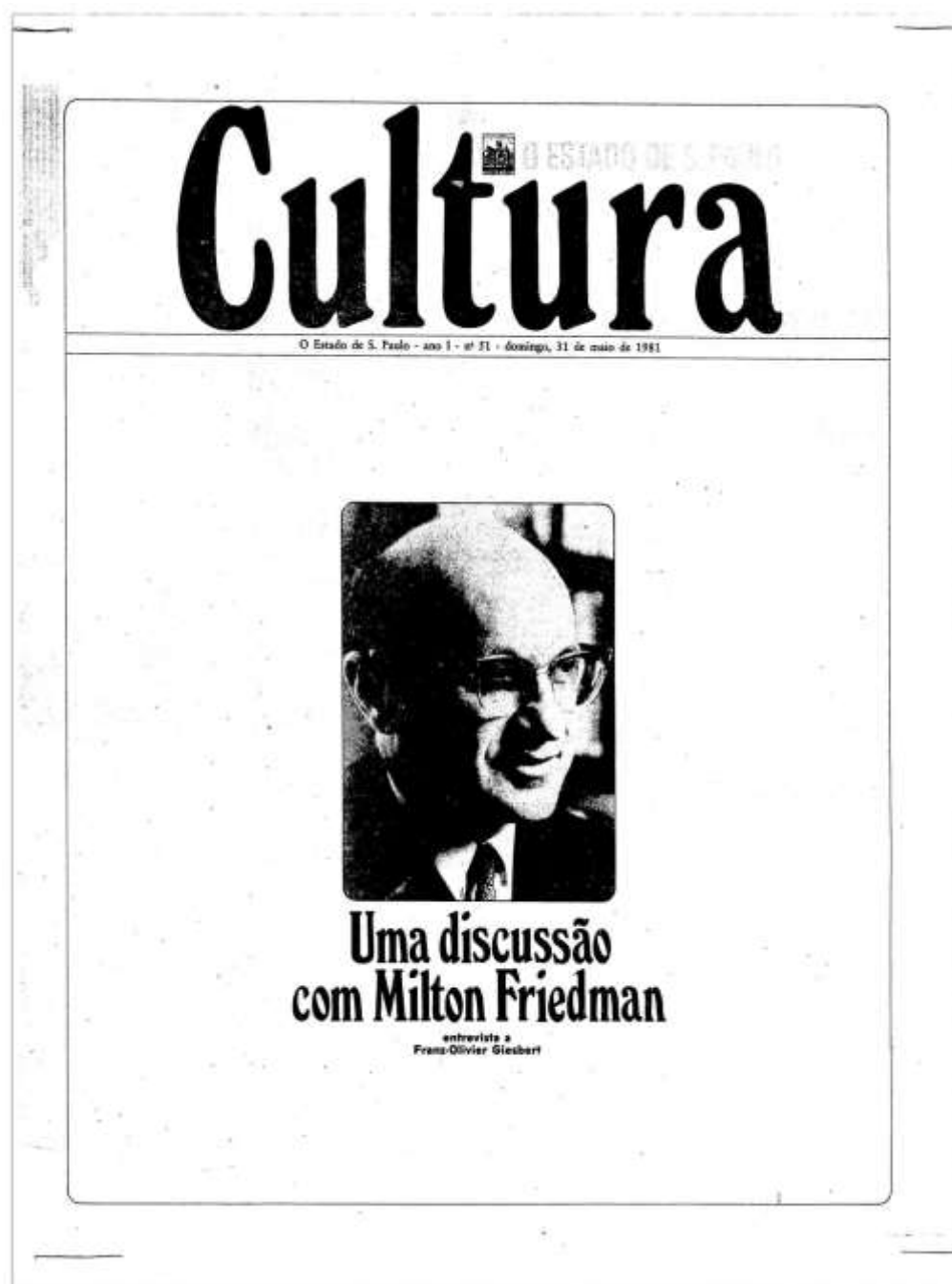
<sup>82</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de dezembro de 1976, p. 17

<sup>83</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 de maio de 1981. Caderno especial.

chiqueiros"<sup>84</sup>. Também avançou em algumas conclusões que podem ser reveladoras e podem trazer luz ao tipo de guinada econômica que o mundo começava a assistir:

Quando 'Capitalismo e Liberdade' saiu, em 1962, não encontrou um único grande jornal que falasse nele. nem o Time, nem o Newsweek, nem o New York Times. Todo o establishment estava contra mim. Hoje, o establishment virou monetarista.<sup>85</sup>

Imagem 12 - O primeiro caderno especial de Friedman no O Estado de S. Paulo



<sup>84</sup> **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 31 de maio de 1981. Caderno especial.

<sup>85</sup> **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 31 de maio de 1981. Caderno especial.

Imagem 13 - Personagem da semana ou da década?

PÁGINA 20001 (NÚMERO 23) 20001 13 DE MAIO DE 1981

**O Personagem da Semana**

Franz-Olivier Giesbert, do "Le Nouvel Observateur", foi entrevistado Milton Friedman e o resultado foi um debate vivo, ágil, por vezes malicioso, com provocações de parte a parte, e no qual o prêmio Nobel de Economia de 1976 defende suas ideias mais polêmicas. Seu bom humor contrasta com a dureza de suas teses monetárias. Inimigo de todas as esquerdas do mundo, Friedman, um profeta do capitalismo puro, não cessa de afiar as armas contra os

monstros frios do estatismo. Suas tiradas são sempre provocadoras: "O humanismo não consiste em se enternecer diante da miséria". "Não levante os ombros: com o risco de escandalizá-lo, afirmo-lhe que existe muito mais liberdade no Chile do que em Cuba." Aos 68 anos, o economista preferido de Ronald Reagan não foge à briga, bem entendido, à briga política, que ele enfrenta de maneira franca e jubilosa.

**"Prefiro uma sociedade baseada na atração do lucro do que na fome de poder: ela produz menos mortos"**

Hoje o senhor está na moda, depois de ter pregado no deserto durante tantos anos...

Sua não vai durar, creio certo. As modas são feitas para morrer. Mas é verdade que o velho mundo, os antigos regimes. Quando Capitalismo e Liberdade saiu, em 1962, não encontrou um único grande jornal que falasse nele. Nem o Time, nem o New York Times. Hoje, o establishment estava contra mim.

Não gosto dessa etiqueta de monetarista que aplicam a mim já há muito tempo. Mas nada posso fazer, não sei perder apêlido. Para obter-se êxito na política, é preciso chamar-se "novo". Você vê, a nova direita, os novos filósofos, "le Nouvel Observateur"... (Sem olhos nem). Para mudar, por que não escrever que eu sou um novo conservador?

Sinto muito. Essa fórmula já tem gosto. O que o economista na palavra monetarista?

Ele cobre apenas um problema: o da produção do papel-moeda. Oh, não é importante. É só que começa o tumulto e inflação. Mas não se trata de um problema em si. Na verdade, não passa de um aspecto da política econômica, embora me pareça que a estabilização dos preços deve, na maioria das vezes, ter precedência sobre os demais. Tome

nos o exemplo britânico. As dificuldades da Grã-Bretanha não se reduzem à inflação, longe disso. Ela decorre da estrutura dos impostos e dos regulamentos que desorientam os empresários e a malabar — em suma, a produção. O Estado providenciário quebrou todas as regras. Eu poderia fazer esse diagnóstico para a maioria dos países ocidentais, a começar pelo seu, mas o mal britânico é o mais grave. A má administração da moeda e a elevação dos preços fixados, sem dúvida, pioram o estado do paciente, mas não focam a causa da inflação.

Os seus diagnósticos, em prognósticos, nem sempre foram exatos, no passado. Depois de cinquenta anos de profissão, o senhor está absolutamente certo de que a economia seja uma ciência?

Objetivos políticos da economia

Naturalmente. Mas todas as afirmações dos economistas não são necessariamente científicas. Isto é verdade para todos os disciplinas. Consideremos a física nuclear. Ouver-lhe-ia a ideia de negar que fosse uma ciência? No entanto, os físicos não costumam de discutir sobre a política nuclear de seu governo. O mesmo vale para a economia: compreender muito bem os fenômenos das rendas e dos preços, mas não atarmos de acordo quanto aos objetivos

que, entre si, são extremamente políticos. Nos EUA, por exemplo, todos os economistas estão de acordo em que é preciso reduzir as despesas do governo. Mas começam a brigar desde o momento em que se trata de saber qual o orçamento que deverá ser cortado. Isso é política.

Justamente, o senhor faz política. E seu candidato acaba de aderir à presidência dos EUA. Na qualidade de intelectual, como o senhor pôde apoiar Ronald Reagan desde o começo?

A metáfora do monte e dos caribéis

Oh! É muito simples. Imagine uma manada de patos selvagens. É um V, como sabe, com o chelo à frente. Nunca observo? De vez em quando, o grego da tropa toma uma direção diferente da do chelo, que continua a avançar sozinho, sem perceber nada. Quando finalmente percebe o engano, volta-se bruscamente, alcança os outros e coloca-se em parador à frente da esquadra voadora. Esse grego é do mesmo tipo que o político.

Na verdade, o político não pensa em outras coisas exceto ser eleito. É para isso, está pronto a vender tudo, a começar por seus princípios. Não é o caso de Reagan. Ele voze sempre durante anos, até que um dia os patos o alcançarem e se colocam atrás dele.

Ele diz mais ou menos as mesmas coisas há vinte anos. Ele, se menos, tem convicções e sabe onde quer ir. Certo disso. Desde que aprendi a conduzi-lo, no começo dos anos 70, fiquei imediatamente impressionado com suas capacidades.

Referir-se às suas capacidades intelectuais?

Não o subestimo. Ele tem todas as espécies de inteligência. O senhor tem a inteligência do intelectual, quer dizer, a aptidão do raciocínio abstrato. Mas não é a única. Reagan é extremamente intuitivo.

É verdade que sua chegada à Casa Branca tornou o senhor o economista oficial dos EUA. E o "novo conceito" que o senhor inspirou faz passar numa revolução ao avesso — uma revolução feita pelos ricos contra os pobres...

Explosão de riso! — É uma imagem absurda. Veja a carreira de Ronald Reagan. De início, ele não foi apoiado pelos meios de negócios, mas pelas classes médias, as quais se juntou rapidamente a classe operária. E aí, aliás, que veio sua ruína.

O senhor sabe muito bem que o seu "gênero de coisa" — isto é, um grupo de antigos conservadores — está preocupado unicamente por questões de negócios, com isto de negócios, da criação, do cartão de crédito.

O senhor não entende. São todos self-made men, e não herdeiros das altas finanças. Constataram seu dinheiro como o de seus pais. A diferença entre os

Na mesma entrevista, uma declaração do economista chama a atenção por permitir uma possível desmistificação do "milagre neoliberal chileno":

Se eu tivesse dirigindo os assuntos chilenos de meu escritório em Chicago, como quer a lenda, teria, aliás, do que me orgulhar. Não somente a inflação caiu de 800% para 25%, como também o desemprego está baixando e a renda média está subindo. O país está em plena prosperidade. O que vemos ali é comparável ao milagre econômico da Alemanha Federal no pós-guerra.<sup>86</sup>

<sup>86</sup> O Estado de São Paulo. São Paulo, 31 de maio de 1981. Caderno especial.



Em seguida Friedman tenta demonstrar, ironicamente, o porquê de sua teoria ser mais avançada que a de Keynes:

Não tenho estritamente nenhuma aversão por Keynes. Era um grande economista. Ouça! (Levanta uma sobrancelha, brincalhão.) Não me diga que Einstein detestava as teorias de Newton... Ele simplesmente descobriu que elas nem sempre funcionavam. Da mesma forma, em nível bem mais baixo, o monetarismo permite interpretar melhor a realidade do que o keynesianismo. Não é uma questão de gosto. É isso.<sup>87</sup>

Essas afirmações não são apenas polêmicas, são também reveladoras. Além do crescimento da Alemanha Federal no pós-guerra ter sido realizado na conjuntura do Plano Marshall, teve um forte componente estatal na condução econômica, influenciado pelas políticas do norte-americano New Deal keynesiano (SIMON, 2011), após a grande crise do capitalismo de 1929 (BURKE, R 1956, p 337). Por outro lado, a economia chilena começava a dar mostras de que o projeto implementado pelos “Chicago Boys” após cerca de seis anos em prática, se obtinha resultados reduzindo a inflação, ocasionava um grande ciclo de empobrecimento da população, uma forte crise nas exportações, com milhares de empresas chilenas indo à falência, o que exigiu do governo Pinochet uma reforma cambial<sup>88</sup>, e um alto índice de desemprego. E a crise do receituário da Escola de Chicago na economia chilena já começava a ser sentida desde 1979, quando *O Estado de S. Paulo* reverberou uma matéria do *New York Times*, intitulada “A vida difícil dos chilenos”:

Se continuarmos assim, estaremos preparando o caminho de volta para o marxismo - não devido a qualquer inclinação marxista, mas porque os pobres não terão nada a perder e nenhum meio legítimo de se expressar", e o drástico tratamento econômico adotado nos últimos anos foi muito forte para o paciente." Este "tratamento" é a filosofia de liberalismo econômico receitada pelo ganhador de um Nobel de economia, Milton Friedman, da "escola de Chicago", e praticada pelos "rapazes de Chicago", do presidente Augusto Pinochet, com carta branca para administrar a economia chilena[...]  
Mas uma de suas realizações ninguém discute: com taxas de juros a níveis de 45% ou mais, eles fizeram do Chile o "paraíso" dos banqueiros<sup>89</sup>

<sup>87</sup> **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 31 de maio de 1981. Caderno especial.

<sup>88</sup> “Nos últimos 12 meses, a inflação no Chile foi de 3,7%, mas surgiram outros problemas, como a queda nas exportações, falência de empresas porque seus produtos não podiam competir com os estrangeiros, dívida externa de U\$ 15 bilhões e taxa de desemprego de 20% [...] críticos da política econômica e alguns empresários afirmaram ontem que a desvalorização do peso deveria ser de 20% e que esta seria mais conveniente do que uma redução dos salários, medida que estaria sendo estudada pelo governo.” em: “Governo Pinochet anuncia reforma cambial”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 de junho de 1982, p. 28

<sup>89</sup> **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 5 de maio de 1979, p.7

A mesma matéria trazia entrevista com o ex-presidente chileno Eduardo Frei, Democrata Cristão. Sua opinião sobre o Chile de então era também negativa, "está mais do que claro que esse liberalismo econômico é incompatível com qualquer liberalismo político". E prosseguiu: "eles não poderiam impor uma economia com tão alto custo social sem recorrer à ditadura"<sup>90</sup>. Este alto custo social mencionado por Frei era, na verdade, um cenário sombrio:

Deste alto custo social fazem parte [...] um padrão de vida mais baixo para a maior parte da classe média e para toda a classe trabalhadora [...] uma acentuada redução do apoio governamental a serviços sociais como moradias e educação superior (com o conseqüente abandono dos estudos pelos pobres); e um nível de desemprego persistente, oficialmente calculado em 12% (o dobro do padrão histórico) mas que provavelmente atinge 18% a 20% em Santiago.

Os preços ao consumidor são tão altos que, segundo cálculos do Departamento de Estado norte-americano, o custo da "cesta de mercado" em Santiago é 15% mais elevado que o de Washington. Ainda assim, os trabalhadores de mais baixo salário nesta cidade recebem apenas cerca 120 dólares (2.800 cruzeiros) por mês. O salário mínimo é de 70 dólares (1.600 cruzeiros) por mês, mas os que trabalham em regime de meio período, dentro de um programa especial do governo, ganham metade disso.

Os defensores do regime argumentam que a visível melhora da imagem econômica internacional do Chile, deve refletir-se, eventualmente, no plano interno. Eles acrescentam contudo - como colocou o editor de um jornal - que um retorno muito rápido às liberdades políticas pode ameaçar todo o programa econômico, ele não quis prever quanto tempo - na ausência das liberdades políticas - os chilenos podem esperar.<sup>91</sup>

Ainda sobre a crise econômica chilena, Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda do ditador brasileiro Ernesto Geisel, opinaria em uma conferência da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, que obteve cobertura do impresso:

O Chile chegou a ter taxas de inflação idênticas às norte-americanas, no ano passado, com a importação maciça de bens e serviços. entretanto, o preço foi muito caro, pois os economistas chilenos aniquilaram as empresas nacionais, aumentaram o desemprego de forma dramática e destruíram o balanço de pagamentos pela perda de cambiais e de exportações.<sup>92</sup>

O diretor do Instituto de Ciência Política do Brasil, Hélio Jaguaribe, também criticou o modelo chileno e reclamou das pressões da Escola de Chicago sobre a opinião pública brasileira e que elas acabavam mais atrapalhando do que ajudando o momento de crise do Estado pelo qual o país passava, além das relações externas entre os países da região.

<sup>90</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 5 de maio de 1979, p.7

<sup>91</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 5 de maio de 1979, p.7

<sup>92</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 5 de novembro de 1982, p.27

Como especialista, Jaguaribe participou e foi expositor de um seminário organizado pela comissão Econômica para a América Latina (Cepal) sobre as relações externas do continente com os demais países do mundo, e afirmou que apesar dos pedidos dos empresários e da opinião pública brasileira, as autoridades do País negam-se a mudar o rumo de sua política econômica.

Hélio Jaguaribe disse, ainda, que no Brasil "temos um regime constitucional, com total garantia para as pessoas e com representação popular no Congresso. Jaguaribe culpou pela situação a escola econômica de Chicago, cujo maior expoente é o prêmio Nobel Milton Friedman. Situação que não prejudica só ao Brasil, mas a todos os países da América Latina.

Ao criticar a teoria da Escola de Chicago, Hélio Jaguaribe informou que não influiu nos efeitos da crise econômica da região o tipo de governo das nações, mas "o grau de ortodoxia monetarista e essas loucuras que têm perturbado seriamente as economias latino-americanas nos últimos anos"

Afirmou que aplicar à região as teses monetaristas foi o mesmo que aplicar dogmas abstratos que produziram a destruição das estruturas industriais de países como a Argentina, Brasil, Chile e México.

"Esse fenômeno pode ser produto de acomodação ou de camisa de força imposta a esses países pelo Fundo Monetário Internacional"<sup>93</sup>

Um elemento peculiar ao se abordar este tema que abarca *O Estado de S. Paulo*, Milton Friedman e neoliberalismo neste período, é que muitas vezes a fonte pode ser refutada por si própria, como a explicação do insuspeito Mario Henrique Simonsen acima. Outro aspecto da questão encontra-se na mencionada crítica de Milton Friedman fazia a Keynes, considerando-se mais atual que o economista inglês. Porém, em matéria de 1982, intitulada "Projetos no Chile vão criar 80 mil empregos", *O Estado de S. Paulo* exaltava um projeto de intervenção estatista, similar aos moldes keynesianos do *New Deal*, apresentado como se fosse algo modernizador. Daí ser possível questionar: será que a cobertura do 'neoliberal esclarecido' *O Estado de S. Paulo* aceitava intervenção estatal quando esta era posta em prática pelo regime Pinochet?

O governo chileno anunciou, ontem, a criação de um programa extraordinário, com a finalidade de absorver o desemprego e reativar a economia do país. O plano prevê a execução de aproximadamente mil obras públicas, as quais proporcionarão empregos diretos a cerca de 80 mil pessoas. Atualmente, segundo as estatísticas oficiais, o índice de desemprego no Chile é de 21%, mas os sindicatos argumentam que a taxa chega a 34%.<sup>94</sup>

Nessa linha editorial elástica em relação a seus próprios princípios, *O Estado de S. Paulo* trouxe uma matéria sobre as aplicações do modelo neoliberal na Inglaterra de Thatcher, em 1981, quando diferenciou o monetarismo de Friedman da indução estatal de Keynes:

<sup>93</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de maio de 1983, p. 32.

<sup>94</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 27 de agosto de 1982, p. 27.

Quando o desemprego chegar, no mês de junho, a três milhões de pessoas, atingindo a metade das famílias inglesas, o dinheiro que provém do Mar do Norte irá subsidiar os desempregados, em vez de ser usado para dar-lhes trabalho. Não se trata de John Maynard Keynes ("O essencial é fazer as pessoas trabalhar, nem que seja apenas para abrir buracos no chão", mas de Milton Friedman.<sup>95</sup>

Quanto à recepção dessa cobertura e a defesa de tais primados, uma carta de um leitor chamado José Ronaldo Curi corrigia algumas concepções sobre monetarismo divulgadas no caderno especial lançado pelo jornal que apresentava figuras como Milton Friedman. O leitor agradecia o diário pela luta incessante em favor do livre mercado. De acordo Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel, a cumplicidade entre jornalista e público é o que denota a construção da suposta objetividade jornalística. Ou seja, os autores afirmam que o leitor não é desprovido de opiniões e não é mero receptor, vertical, de tais opiniões jornalísticas, ao contrário, opera significados e cenários em conjunto com os produtores do texto jornalístico. Explorando tal aspecto, percebemos que existe uma consonância cognitiva do público leitor; em outras palavras, a pessoa que lê tais periódicos utiliza o texto para organizar e embasar percepções já existentes. O leitor é ativo no ato de ler e comprar tal produto, e é ativo também no ato de selecionar aquelas opiniões que pretende encontrar na linha editorial. O periódico faria o papel de uma espécie de bússola no aglomerado de ideias-força publicadas diuturnamente e que supostamente "formam" a opinião pública (BIROLI; MIGUEL, 2012).

Quero cumprimentar o Estado de São Paulo pela luta contra os déficits das empresas públicas; pela tentativa de consolidação, numa só peça, do orçamento monetário, do orçamento fiscal e dos orçamentos das empresas públicas: pela defesa, enfim, da economia de mercado, pois, não nos iludamos, não há uma "terceira via", ou somos a favor da Liberdade ou somos pelo coletivismo<sup>96</sup>

Mesmo que a economia chilena e o receituário neoliberal estivessem passando por crises e demonstrando falhas trágicas, pelo menos, alguns leitores estavam se sentindo contemplados. Cabe destacar esta dimensão da problemática na importância que a cobertura da ditadura chilena alcançou na linha editorial de *O Estado de S. Paulo* no limiar do período de redemocratização brasileiro.

<sup>95</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1981, p. 21

<sup>96</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 de março de 1982, p. 2

### 3.3 UM NOVO PRESENTE, UM NOVO HORIZONTE: 1988, O ANO CONSTITUCIONAL

A reportagem que o Estado começa a publicar nesta edição contribui para revelar uma quase ignorada e surpreendente face do Chile, até aqui envolta em sombras graças também à ação das patrulhas ideológicas que se movem no Continente e influenciam fortemente o discurso de largos setores da imprensa. A exposição desse outro lado [...] permite contemplar a boa saúde da economia nacional, batida por ventos favoráveis que a vão distanciando dos demais países da América Latina, atormentados por crises endêmicas, pelo crescente endividamento externo e pelo fantasma da hiperinflação. [...] Esses estimulantes resultados decorrem da coerente firmeza com que vem sendo executada uma política econômica adotada ainda em 1973, e desde então, mantida a todo custo em seus caracteres essenciais. Um deles é a crença na eficácia da economia de mercado, conjugada com a certeza de que o peso da máquina do Estado deveria ser reduzido a seu limite mínimo. [...] Já nos primeiros tempos da era Pinochet, cerca de 95.000 funcionários públicos foram demitidos (números que, transpostos para os padrões brasileiros, permitiriam lotar alguns milhares de "trens da alegria" [...]) Nos últimos 15 anos, cerca de 500 empresas estatais - ou confiscadas na enlouquecida onda estatizante ocorrida no crepúsculo do governo Salvador Allende - foram privatizadas, devolvidas a seus antigos proprietários ou simplesmente fechadas. [...] O Brasil, por exemplo, só teria a aprender se olhasse sem preconceitos um país que, se ainda é o Chile de Pinochet, já é também o Chile da economia de mercado e do Estado moderno."<sup>97</sup>

Este editorial de *O Estado de S. Paulo* foi publicado no domingo, 14 de agosto de 1988, dia de maior tiragem do jornal, então a menos de dois meses da promulgação da nova Constituição Federal do Brasil que ocorreria no dia 5 de outubro do daquele mesmo ano. Cabe considerar que o jornal *O Estado de S. Paulo* mantinha sua profissão de fé na ditadura chilena. Vale lembrar que o Brasil já vivia o seu processo de transição desde 1985, quando assumira a presidência o civil José Sarney. A política econômica do governo Sarney, até então não estava trazendo bons resultados. O país estava caminhando em meio a uma inflação descontrolada e sem conseguir realizar reformas que obtivessem sucesso na renegociação da dívida externa, pondo em xeque o desenvolvimento nacional. As políticas de indução estatal para reativar o desenvolvimentismo eram quase que incompatíveis com as condições internas e os novos ventos políticos que vinham de outros países, principalmente, Estados Unidos e Inglaterra.

Por outro lado, a constituição que se desenhava tinha um forte recorte social, ampliando garantias e direitos civis, o que demandaria robustecer o Estado e seus meios de gestão da população. Durante sua elaboração o cenário político

<sup>97</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de agosto de 1988, p. 3

internacional pendeu cada vez mais para as políticas neoliberais, o que resultava em pressões da grande mídia nacional sobre os constituintes contra medidas como o controle de juros. Gerava-se uma situação contraditória e conflitiva entre forças sociais que se opuseram à ditadura e defendiam a construção de um Estado social e um contexto de dominância neoliberal. Esse confronto estruturou as disputas eleitorais do período democrático a partir de 1989, com a vitória de Fernando Collor de Melo e a tentativa de impor políticas neoliberais à revelia da ordem constitucional (PRADO; LEOPOLDI, 2018).

O editorial de agosto de 1988 organizava um argumento e estruturava a formação de opinião dirigida não apenas à sociedade-civil e ao mercado consumidor do jornal, com vistas a fazer circular ideias nos corredores palacianos e nos gabinetes dos deputados constituintes. Aquele texto demonstra que houve ao longo do período investigado a consecução de uma narrativa ordenada e coerente, a qual indicava interlocutores e posições nítidas. Em relação a este editorial chave de *O Estado de S. Paulo*, o cientista social Francisco César Pinto da Fonseca discorre:

Este excerto é revelador de dois aspectos: o primeiro diz respeito à absoluta (e aludida) clareza de OESP<sup>98</sup> quanto à contenda ideológica travada no mundo e sobretudo no Brasil. Portanto, pretendia obter uma nova hegemonia em meio à disputa pela implementação de um projeto pós-transição à democracia. Daí a explícita referência à imprensa que, segundo OESP, estaria submetida à hegemonia do que chamara, pejorativamente, em inúmeros editoriais, de visão “esquerdoide nacionalisteira” (FONSECA, 2005)

O editorial abre uma série de reportagens especiais sobre o Chile. Apesar de apresentar críticas pontuais em matérias esparsas ao autoritarismo da ditadura Pinochet, a política econômica daquele país é mostrada numa abordagem edulcorada. Como demonstrado no decorrer deste trabalho, apesar das críticas, o jornal insistiu em referendar a política de *doutrina de choque* que viabilizou a implantação do neoliberalismo naquele país. Porém, cabe compreender as bases históricas desse projeto social evocado pela linha editorial de *O Estado de S. Paulo*.

O ambiente social crítico ao Estado autoritário incentivava a proliferação de manifestações e interpretações acerca dos problemas nacionais. Uma vertente crítica liberal, que também atravessava parte das esquerdas, entendia que o Estado brasileiro seria estruturalmente patrimonialista e fortemente marcado por um histórico oligárquico. Isto perpetuaria no país relações socioeconômicas arcaicas e

---

<sup>98</sup> Nota do autor: OESP, O Estado de São Paulo

antimodernas. O crescimento econômico seria contido pelas restrições à competitividade, inviabilizando o desenvolvimento tecnológico e desestimulando a sociedade civil (BRESSER-PEREIRA, 2001). Por isso, acreditava *O Estado de S. Paulo*, fazia-se necessário uma revolução neoliberal, aplicando um remédio parecido com o que o Chile vinha aplicando (COUTINHO, 2012). Há muito tempo, na condição de “arauto do liberalismo”, *O Estado de S. Paulo* propugnava o redesenho da sociedade por meio de reformas que atingissem o conjunto da população, mas especialmente os pobres e trabalhadores. Nas décadas de 1920 e 1930, envoltas pelas intensas disputas ideológicas, o matutino defendia como remédio social a “transformação do trabalhador nacional para inseri-lo no mercado de trabalho”, o que só seria alcançado com uma “educação moral” que qualificasse os trabalhadores para “as relações contratuais”, o que “pressupunha o cumprimento dessas etapas: junto ao adestramento do corpo preocuparam-se em formar seu caráter” (CAPELATO, 1989, p. 90).

Décadas depois, o remédio neoliberal consistia em “manter um Estado forte, rompendo com o poder dos sindicatos, controlar o dinheiro, reduzir os gastos sociais e as intervenções sociais” (ANDERSON, 1995). A partir do exposto, o neoliberalismo pode ser tomado como uma época histórica, na qual é há a hegemonia de um conjunto de valores com predomínio no campo ideológico e político, relacionado com um processo de construção de uma arquitetura social que dispõe tanto de uma narrativa sobre o passado quanto de uma projeção de futuro. É a valorização radical da ideia de indivíduo acima da de sociedade, que acabaria por ser paradoxalmente autoritária naquilo que propunha. Na obra *Os inimigos íntimos da democracia*, Tzvetan Todorov descreve esse processo:

O povo, a liberdade, o progresso são elementos constitutivos da democracia; mas se um deles se emancipa de suas relações com os outros, escapando assim a qualquer tentativa de limitação e erigindo-se em único e absoluto, eles transformam-se em ameaças: populismo, ultraliberalismo, messianismo, enfim, esses inimigos íntimos da democracia [...] a liberdade torna-se tirania, o povo se transforma em massa manipulável, o desejo de promover o progresso se converte em espírito de cruzada. A economia, o Estado e o direito deixam de ser meios destinados ao florescimento de todos e participam agora de um processo de desumanização (TODOROV, p. 18. 2012).

Passamos a ter um quadro em que a liberdade deveria ser total no desmonte dos aparatos estatais de ordem econômica, porém de caráter repressivo quanto às demandas pelo aparato estatal no ordenamento social. E no caso da cobertura de *O Estado de S. Paulo* ao regime chileno, isso, muitas vezes,

relativizou um regime violento, apresentado como modelo para o Brasil. A seção que abre a reportagem especial sobre o Chile, numa matéria que acompanhava uma foto em destaque, fazia tal relação entre a violência do regime chileno e a virtuosidade da sua economia, em que a modernização dos processos econômicos estaria acima dos direitos humanos: Economicamente [...] o Chile sugere grifes européias, como os paletós de Pinochet. Nestes 15 anos, o mesmo regime que [...] consagrou o primitivismo político mostrou-se igualmente capaz de apontar à nação os caminhos da modernização econômica capitalista. Neste agosto, por exemplo, o Chile deverá comemorar uma inflação negativa de 0,5%, inimaginável em outros países da América Latina, e o índice de 1988 será inferior a 10%. A domesticação do monstro inflacionário é uma entre muitas proezas operadas pela política econômica chilena, quase desconcertante para os padrões continentais [...]

Desde 1987, a dívida externa tem sido menor a cada mês, graças a pagamentos feitos pelo Chile a credores francamente perplexos. O crescimento econômico vem acusando taxas anuais de 5% desde 1984. O déficit público representa 0,4% do PIB [...] os investimentos estrangeiros alcançam altitudes desconhecidas na América Latina, as exportações crescem e muitos impostos sofrem reduções constantes [...]

Tais números ganham dimensões ainda mais notáveis se confrontados com as estatísticas de 1973, quando o governo do presidente Salvador Allende vivia seu ocaso [...] da própria incompetência. Graças a este estimulante desempenho na área econômica, o regime militar, apesar dos seus muitos pecados, tem boas chances de prolongar a própria sobrevida, concedendo-se mais oito anos no poder. Esse período talvez não baste para cauterizar as feridas políticas. Mas pode ser suficiente para tornar irreversíveis as conquistas obtidas pela modernização da economia.<sup>99</sup>

Estes números poderiam ser rebatidos. Um crescimento econômico de 5% após anos de recessão com percentuais atingindo 12% é até esperado, pois a base de cálculo de crescimento do Produto Interno Bruto de um país é referenciado no seu ano anterior. Logo, se há uma sequência de perdas, a base diminui a ponto de que os próximos crescimentos, provavelmente, demonstrarão exponenciais e vultuosos índices de crescimento (THOMAS; WANG; FAN, 2001). A inflação negativa, para alguns economistas críticos, não necessariamente consistiria em condição positiva, pois um crescimento econômico saudável, numa sociedade com ganhos reais no nível salarial e uma empregabilidade alta, invariavelmente seria acompanhado de um incremento inflacionário, cabendo ao Estado racionalizar e equilibrar a expansão monetária, perseguindo paralelamente a redução do índice de desemprego (JACKSON; SENKER, 2011). O volume de investimento estrangeiro poderia significar, simplesmente, o atrativo de uma taxa de juros proporcionalmente alta em um ambiente em que a especulação não era desencorajada, o que era o caso do Chile (CALVO; LEIDERMAN; REINHART, 1996).

<sup>99</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de agosto de 1988, p. 19





A dilatação das perspectivas políticas e econômicas, com a inserção do Estado enquanto um de seus agentes, joga luz em novas questões que podem ampliar o foco de análises no campo de estudos das ciências humanas. No encadeamento das décadas de 1970 e 1980, ações e consensos sociais estabeleceram o neoliberalismo como uma crença política. Compreendemos que esta série de consensos ajudou a dar o tom dos contornos políticos da Nova República. Trata-se de um contexto transnacional que nos demanda uma análise em escala global, o que é um desafio para a escrita historiográfica. Neste aspecto, o historiador Henrique Espada Lima afirma que a “emergência da ‘história global’ aponta para a retomada do debate sobre a centralidade de uma abordagem sistêmica [...] da realidade social, política e econômica no campo do raciocínio histórico”. O autor prossegue sobre “a emergência do conceito de ‘globalização’ para descrever o momento presente de expansão dos mercados transnacionais e o desenvolvimento de novas formas de interdependência no capitalismo moderno” (LIMA, 1015).

Assim, é preciso atentar para as conexões em escala transnacional de processos que envolviam as disputas políticas no Brasil no início da chamada Nova República. O Chile aparecia no *O Estado de S. Paulo* como uma alternativa possível aos desafios brasileiros, numa escala comparativa entre os dois países, o que incluía um repertório comum. Em mais uma matéria de primeira página, com o título de “Pinochet, já fala em abertura”, anunciando uma entrevista exclusiva com o ditador chileno, o jornal descreveu: “o presidente [...] está oferecendo para o futuro a manutenção da liberdade econômica e o ingresso do país numa democracia plena”. Mencionando o plebiscito chileno que decidiria se a o ditador continuaria no cargo ou não por mais oito anos, concluía: “Pinochet apresenta como trunfo uma vigorosa economia, depois de superada uma violenta recessão”.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de agosto de 1988, primeira página.

Imagem 15 - A “distensão” de Pinochet

# CHILE

## O ESTADO DE S. PAULO

### Pinochet acena com a abertura

**SANTIAGO** — Os surtos não aporá bem a situação política chilena. Cabíveis tentativas de reconciliação entre os grupos políticos para trar, termo a termo, a ordem à vida política, porém, não são possíveis. A situação política do Chile, segundo a imprensa chilena, segue a figura de um rio em enxurrada.

Na Avenida, 11 de setembro de 1972. Alô, derrubado!

## “Construímos um país moderno e aberto”

**Santiago** — Há 72 anos, o primeiro dia da história do Chile moderno começou. O país nasceu como um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

enquanto permanecia em silêncio. Quando começou a falar, repetiu as mesmas palavras e acentos: “O Chile moderno nasceu em 1900, quando o primeiro dia da história do Chile moderno começou. O país nasceu como um país moderno e aberto.”

Na Avenida, 11 de setembro de 1972. Alô, derrubado!

## “Construímos um país moderno e aberto”

**Santiago** — Há 72 anos, o primeiro dia da história do Chile moderno começou. O país nasceu como um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

Chile, em meio à festa de inauguração de uma nova estação de rádio, repetiu as mesmas palavras e acentos: “O Chile moderno nasceu em 1900, quando o primeiro dia da história do Chile moderno começou. O país nasceu como um país moderno e aberto.”

Na Avenida, 11 de setembro de 1972. Alô, derrubado!

## “Construímos um país moderno e aberto”

**Santiago** — Há 72 anos, o primeiro dia da história do Chile moderno começou. O país nasceu como um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

**Pinochet** — Não é possível dizer que o Chile seja um país moderno e aberto. O Chile é um país moderno e aberto, mas não é um país moderno e aberto.

## Os números da economia

**Produto Nacional Bruto** (em bilhões de dólares, em 1970 = 100)

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Índice	100	105	110	115	120	125	130	135	140	145	150

**Inflação** (em porcentagem, em 1970 = 100)

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Índice	100	105	110	115	120	125	130	135	140	145	150

As matérias abordadas em *O Estado de S. Paulo* sobre o Chile em 1988 apontam indícios que sustentam as premissas deste estudo. A mesma matéria mencionada anteriormente é ilustrada pela foto do Palácio de La Moneda cercado no dia da morte de Allende. O jornalista Augusto Nunes assinala:

Os sorrisos são agora bem mais frequentes, sempre sublinhados pelos velhos olhos azuis. Cabelos brancos cuidadosamente penteados para trás, terno azul-marinho, risca de giz, gravata bordô com minúsculas bolinhas brancas, o presidente Augusto Pinochet Ugarte sugere a figura de um avô bonachão - enquanto permanece em silêncio.<sup>101</sup>

Um gráfico ao lado da matéria principal traz os números da 'pujança chilena'. Há duas outras matérias: uma é um excerto de uma frase do próprio Pinochet, "Construímos um país moderno e aberto", e a outra é assinada pelo jornalista Cristian Bofill, "Bons tempos vêm após aguda recessão". Esta última exalta as avaliações econômicas de Milton Friedman, tendo o Chile como referencial, após uma positiva análise do período Pinochet...

No dia 15 de setembro de 1973, uma delegação de industriais irrompeu no gabinete do economista Sergio de Castro, recém-nomeado assessor do ministro da Fazenda, general Rolando Gonzales, em busca de preços mais justos para as mercadorias que produziam. Castro informou-lhes que estavam liberados para fixar os preços que quisessem. Os visitantes, perplexos, deixaram o gabinete para voltar poucos minutos depois, com o mesmo pedido e uma ressalva: não queriam um reajuste muito elevado. Pacientemente, Castro explicou que o governo abdicara do direito de legislar sobre preços.

A sobrevivência do projeto, apesar das dificuldades encontradas, deve-se a um homem: Pinochet.

É provável que essa nação do Cone Sul do continente tenha encontrado o caminho da salvação econômica. Resta agora encontrar a trilha capaz de devolvê-la à vida democrática e à paz política.<sup>102</sup>

Na entrevista de Pinochet exclusiva ao *O Estado de S. Paulo*, o ditador externalizou apreço pela vontade popular e os preceitos democráticos internacionais:

"No Chile [...] há uma Constituição em vigor, e ela estabelece a transferência de poder para os civis de modo gradual" [...]

"Construímos um novo Chile [...] podemos exibir às outras nações um país moderno, aberto ao mundo [...] Mas a grande obra deste governo se reflete também na criação de uma nova ordem política." [...]

"Os políticos destruíram a democracia no Chile, jogaram-na no meio da rua. Todos os setores da sociedade nos chamaram para que assumíssemos o controle do país e evitássemos uma guerra civil [...] O que oferecemos para o futuro é a manutenção da liberdade no terreno econômico e social e o ingresso numa democracia [...] moderna no terreno político." (...)

"Esse nacionalismo deformado entende que o investidor estrangeiro vai explorar o país onde se instala e dominá-lo politicamente. Isso pode ocorrer se os governos forem fracos e os funcionários públicos, corruptos. Não é o caso do Chile."<sup>103</sup>

<sup>101</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de agosto de 1988, primeira página.

<sup>102</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de agosto de 1988, primeira página.

<sup>103</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de junho de 1988, p. primeira página.

Cabe destacar uma pequena sequência de perguntas do jornalista do *O Estado de S. Paulo* e as respostas de Pinochet em relação a um assunto que aparentemente interessava ao jornal:

Estado - Seria possível a um regime democrático adotar a mesma política econômica em vigor no Chile?

[...]

Pinochet - A pergunta parece insinuar a impossibilidade da adoção de um modelo econômico como nosso num governo que não seja autoritário.

[...]

Estado - Não há insinuações. Pergunto apenas se um país democrático pode seguir os caminhos percorridos pelo Chile no plano econômico.

[...]

Pinochet - Será que nunca democracia não é possível aplicar políticas econômicas séria, que permitam o crescimento do país, o aumento das exportações [...] ? Isso não ocorre em algumas democracias em consequência da demagogia e das tentações populistas, que acabam [...] destruindo o regime democrático. Foi o que aconteceu no Chile.<sup>104</sup>

Se buscarmos um editorial de 1984 do mesmo impresso, pode-se sugerir que as perguntas de quatro anos depois tinham o intuito de apresentar o modelo chileno como uma solução para a Nova República. O expediente da *doutrina de choque* era amplamente conhecido pelo diário e a repressão do governo Pinochet já havia sido tida como a única solução para os protestos que ocorriam no país naquele ano, e terminariam com seis mortes. “A única alternativa de Pinochet”:

No mês de setembro de 1973, diante do completo malogro e da desmoralização da chamada “experiência Allende” (socialismo integral, equivalente ao totalitarismo político), a maioria da população chilena afinal, apenas um terço do eleitorado votou em 1970 na Unidade Popular, sobretudo a classe média, aprovou a ação militar, concebida como uma medida - para a qual não havia alternativa - destinada a reestabelecer os processos democráticos e sanar os males causados pelo desgoverno marxista sectário.<sup>105</sup>

Assim, no decorrer dos anos 1980, principalmente após o fim do regime militar brasileiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* instrumentalizou sua defesa do modelo econômico neoliberal baseado em preceitos aplicados pela ditadura chilena. A cobertura das votações da nova Constituição brasileira então em elaboração, despertava um interesse não apenas noticioso, mas de embate ideológico em favor do neoliberalismo. Isso fica nítido no editorial intitulado “A decisão: Moçambique ou Japão”:

<sup>104</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de junho de 1988, primeira página.

<sup>105</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de março de 1984, p. 3

A definição do Brasil pela modernidade ou pelo atraso dar-se-á a partir desta semana. [...] se na [...] Constituinte forem aprovados os textos do projeto da Comissão de Sistematização referentes à definição de empresa nacional, à presença do capital estrangeiro no País, ao monopólio estatal sobre a produção, distribuição e transporte de petróleo [...] à reforma agrária. “É o futuro do Brasil que está em jogo – vale dizer, o futuro das gerações futuras que correm o risco, a prevalecer o nacionalismo exaltado, de não ter as condições indispensáveis a usufruir dos resultados da moderna tecnologia. [...] É por isso que se pode dizer que o que está sendo decidido é se o Brasil será Moçambique ou Japão<sup>106</sup>

*O Estado de S. Paulo* articulou uma trama narrativa composta de editoriais e noticiário que edificava projeções e expectativas sociais relativamente definidas no que dizia respeito à condução política e econômica de um país que passara naqueles anos de uma ditadura militar a um regime formalmente democrático. A linha editorial do jornal fez uso de representações sociais em torno de um regime autoritário, o chileno, tido como um dos mais violentos da América Latina, como um norte para a nascente democracia brasileira.

---

<sup>106</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 26 de abril de 1988, p. 3

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de uma investigação de cunho historiográfico, no âmbito da História do Tempo Presente, que vislumbrou identificar por meio *O Estado de S. Paulo* uma trama narrativa que articulou duas dimensões: a recepção pela imprensa brasileira dos eventos e processos que marcaram a ditadura militar chilena e a afirmação da virada neoliberal como elemento para a análise dos posicionamentos do jornal. Pode-se afirmar que o impresso operou no intuito de organizar narrativas dos processos em curso que dessem sentido e consistência a uma projeção social em relação à qual sua linha editorial aderiu e difundiu. A imagem de um ultraliberalismo renovado e um conservadorismo atuante instigava a diminuição da participação do Estado na economia e reformas sociais que atingiriam o conjunto da população pautadas por uma ordem moral individualista e elitista.

Essa narrativa foi amplamente defendida pelo impresso e foi operacionalizada a partir de uma lógica de superação da "crise permanente" do governo do socialista de Salvador Allende no Chile, entre 1970 e 1973. Também foi mobilizada na afirmação do retorno à normalidade daquele país após o golpe militar que elevou ao poder o ditador, General Augusto Pinochet, quando este regime optou e aceitou ser o primeiro laboratório mundial do neoliberalismo. A abordagem da apropriação por parte de *O Estado de S. Paulo* dos processos políticos chilenos procura aproximar-se de uma história do tempo presente como "a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos" (ROUSSO, 2016). Nesta história "as *mass media* participam plenamente da própria natureza dos acontecimentos que elas transmitem. [...] é através delas que o acontecimento existe. [...] as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência" (DOSSE, 2013).

Durante os anos correspondentes ao recorte deste estudo, num primeiro momento, entre 1973 e 1980, a cobertura jornalística das decisões de ordem econômica no Chile por *O Estado de S. Paulo* teve característica de adesão ideológica aos preceitos neoliberais.. Durante os anos 1980, por outro lado, com a distensão e a transição política já no horizonte brasileiro, tal cobertura ficaria mais consistente e orgânica. Durante a redemocratização brasileira e a ascensão da denominada Nova República, *O Estado de S. Paulo* vai se apegar, ao projeto neoliberal chileno, mesmo com toda as suas controvérsias, com o intuito de influenciar o debate público no Brasil.

Daí então a militância deixa de ser apenas crítica ao suposto estatismo do governo Ernesto Geisel e passa a vislumbrar uma real tentativa de influenciar as futuras bases governamentais com o receituário neoliberal.

A ditadura chilena oscilou entre diferentes alternativas repressivas ao longo do tempo. Com um início marcado pela forte postura reacionária, conservadora e antimarxista, tenderia a posteriormente constituir-se como o primeiro laboratório neoliberal, mas ainda teve inclusive um momento de retomada dos investimentos do Estado, algo que podemos chamar de um neokeynesianismo. Porém, o aprofundamento das políticas neoliberais restringiria essa retomada estatal de investimentos. Estes diferentes momentos na condução da política chilena durante a ditadura militar de Augusto Pinochet foram reverberados na linha editorial de *O Estado de S. Paulo*. O principal interesse do jornal, neste período, foi apresentar à sociedade brasileira uma imagem edulcorada do então novo sistema econômico do Chile.

Na investigação aqui apresentada traçamos também uma vinculação do jornal *O Estado de S. Paulo* a um alinhamento antigo com o liberalismo, como apontado no primeiro capítulo. O grupo administrador do impresso vinculou-se a grupos e partidos políticos desde sua fundação até o regime de Getúlio Vargas. Mas esse imbricamento ao liberalismo na sua vertente mais clássica não impediu o matutino de manter historicamente um apego a certa ideia de ordem social e unicidade de Estado. Nos anos de 1930 o diário ressaltava princípios como nacionalidade, pátria e civismo como fatores primordiais. Ao léxico positivista "Ordem e Progresso" somou uma particular noção de "Liberdade", uma conjunção de pensamento liberal e positivista.

Não foi necessário que o regime autoritário chileno apresentasse ao mundo um sofisticado processo de reforma econômica para que o *O Estado de S. Paulo* aderisse a uma narrativa política favorável àquela ditadura. Com o início das visitas de Milton Friedman ao país andino, a linha editorial do jornal favoreceu em diferentes momentos o regime autoritário chileno. Um amplo leque de recursos narrativos foi encetado em favor do neoliberalismo introduzido no Chile, um arco que abrangia desde colunas de opinião, passando por editoriais, entrevistas exclusivas com os próceres do regime e figuras da política chilena, até cadernos especiais.

Esse movimento de virada neoliberal ocorrido a partir dos anos 1970 foi responsável por conceber uma reformulação dos métodos de acumulação de capital, formando uma espécie de "razão" mundial, sobretudo, avançando sobre o campo das subjetividades (DARDOT; LAVAL, 2016). Desta maneira, não apenas como um



fundamento ideológico ou um arcabouço de práticas econômicas, o neoliberalismo se firma como uma hegemonia muito mais abrangente: uma “razão do capitalismo contemporâneo”. Suas balizas e dispositivos tomam o “governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” e transformam a livre concorrência e a diminuição do estado no dogma fundamental da composição dos sujeitos e Estados (DARDOT; LAVAL, 2016).

A respeito da associação entre as novas formas de acumulação e o neoliberalismo, David Harvey aponta que “a restauração do poder a uma elite econômica [...] nos Estados Unidos e [...] países capitalistas avançados apoiou-se [...] em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural” (HARVEY, 2008). Dardot e Laval observam ainda:

a concentração de renda e patrimônio acelerou-se com a financeirização da economia. A deflação salarial traduziu um poder maior dos detentores de capitais [...] fazendo as forças de trabalho competirem em escala mundial. Ela levou muitos assalariados a recorrer ao endividamento [...] o empobrecimento relativo e muitas vezes absoluto desses assalariados submeteu-os desse modo ao poder das finanças (DARDOT; LAVAL, 2016).

Durante o período de distensão e transição política brasileira no governo Ernesto Geisel, *O Estado de S. Paulo* aprofundaria uma guinada crítica ao regime militar brasileiro e seu suposto estatismo. As reverberações das iniciativas econômicas do governo chileno fomentariam uma multiplicação de matérias e reportagens especiais desqualificando as políticas de indução estatal na economia. Para os responsáveis editoriais do jornal, os militares brasileiros seriam demasiadamente intervencionistas. A partir de 1975 ocorre o primeiro esboço de guinada mais orgânica pela adesão ao arcabouço doutrinário do neoliberalismo. O que se veria dali adiante seria uma presença cada vez mais consistente com economistas neoliberais, especialmente Milton Friedman.

Devido à crise do Estado pelo qual o Brasil passava da década de 1980, com elevados índices de inflação e o legado da ditadura militar, o jornal procurou influenciar as discussões evocadas pela elaboração da Constituição Federal promulgada no 1988. Propugnava a adoção de preceitos neoliberais na constituição e lançou mão do suposto êxito econômico da ditadura chilena nas suas páginas. Mesmo que para isso a violência do regime chileno e seus insucessos práticos na economia fossem escamoteados. *O Estado de S, Paulo* reconheceu que a *doutrina de choque* teria sido, até certo ponto, necessária.

Em 1988 parecia não haver dúvidas em relação ao quanto o jornal “liberal e defensor das liberdades individuais” sabia sobre a violência do regime. Isso não impediu seus editores de relativizar não apenas a ditadura em si, mas também a figura do seu ditador, Augusto Pinochet Ugarte. A partir da defesa de um suposto liberalismo renovado, o periódico transformara-se em um arauto do neoliberalismo.

## REFERÊNCIAS

ABRITA, M; SILVA, W. **Patrimonialismo e estamento burocrático no Brasil contemporâneo**: debate baseado em Florestan Fernandes e Raymundo Faoro. *GeoTextos*, v. 14, n. 1, julho 2018. 203-223, p 209.

A DOUTRINA do choque: o tema do novo livro da ativista Naomi Klein. **IHU online**, São Leopoldo, 30 set. 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/176-noticias/noticias-2007/562784-a-doutrina-do-choque-o-tema-do-novo-livro-da-ativista-naomi-klein>>. Acesso em: 01 out. 2019.

AGGIO, Alberto. **Socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 1993.

AGGIO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. *In*: FICO, Carlos et al. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV. 2008

ALMEIDA, Frederico de. **Empreendedores jurídicos como empreendedores morais**: Combate à corrupção e moralização da política brasileira. Nueva Sociedad, Polarizações políticas e culturais (especial em português), Buenos Aires, p. 84-99, jul. 2018. Disponível em: <[http://nuso.org/media/articles/downloads/4.TC\\_Almeida\\_EP18.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/4.TC_Almeida_EP18.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ANDERSEN, Kurt. How liberals opened the door to libertarian economics. **The New York Times**, New York, 11 set. 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/09/11/business/dealbook/milton-friedman-free-markets.html?smid=em-share>>. Acesso em: 18 set. 2020.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.9-23.

A SHORT History of the Mont Pelerin Society. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/about-mps/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Governance and development**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1992. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2 n. 2, p. 177-188, out. 1996.

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o Udenismo**: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BELLAMY, Richard; CASTIGLIONE, Dario. **A constituição da União Europeia: alternativa republicana ao liberalismo**. *Análise Social*, v. XXXIV (151-152), 1999 (2.<sup>o</sup>-3.<sup>o</sup>), 425-455.

BIROLI, Flávia Birolí; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, v.18, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a02.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015.

BOBBIO, Norberto. **Né con Marx né contro Marx**. Roma: Riuniti. 1997

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra. 2006

BOLSONARO diz que o governo se inspira em modelo de Previdência do Chile. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-brasil-se-inspira-em-modelo-de-previdencia-do-chile,70002763838>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRATSIS, Peter. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 44, p. 21-42, 2017.

BREIT, William; SPENCER, Roger W. (Organizadores). **A vida de sete Prêmios Nobel de Economia**. Tradução de Elcio Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, p. 79 – 94.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Paulo; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge (orgs.), **Brasil: Um Século de Transformações**. p. 222-259. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BURKE, Robert. History of Economic Growth: The Economic Thought of Franklin D. Roosevelt and the Origins of the New Deal. **The Journal of Economic History**, v.16, n.3, p. 393-394, set. 1956.

CALVO, Guillermo A; LEIDERMAN, Leonardo; REINHART, Carmen M. Inflows of Capital to Developing Countries in the 1990s. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 10, n. 2, American Economic Association, Nashville-TN, 1996.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2020.

CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempo presente entre operações e tramas. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 24, p. 102, ago. 2017.

CAPELATO, Maria H; PRADO, Maria L. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria H. Rolim. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920 – 1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CASALECCHI, J. E. **O partido republicano paulista: 1889-1926**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CLARK, Timothy David. **Rethinking Chile's 'Chicago Boys': neoliberal technocrats or revolutionary vanguard?** Third World Quarterly, Vol. 38, Issue. 6, p. 1350. London, 2017.

COSTA, Gustavo Fabiano da. Limitações para ampliação da cobertura previdenciária no Brasil e no Chile: um estudo sob a ótica da Economia Política dos Sistemas-Mundo. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.10, n.2, p.134-164, jul./dez. 2007.

COUTINHO, Carlos N. A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma? **Revista Novos Rumos**, Marília-SP, v. 49, n. 1, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130378002>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento**: entre a Esfinge e Fênix. São Paulo: Unesp, 2013.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1993.

FERREIRA, Marcelo Costa. Os Processos Constituintes de 1946 e 1988 e a definição do papel do Congresso Nacional na Política Externa Brasileira. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 53, n. 2, p. 23-48, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FIANI, Ronaldo. Uma crítica dos mecanismos de variação e seleção no conceito de ordem espontânea de Hayek. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 7-35, jul./dez. 2002.

FIGUEIREDO FILHO, Celso R. ESG e Estadão em 1964: limites autoritários do liberalismo. **Revista Adusp**, n. 34, p. 87, maio 2005.

FIORI, José Luiz. Globalização, Hegemonia e Império. *In*: TAVARES, Maria da Coneceição; FIORI, José Luís (orgs.) **Poder e Dinheiro**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FIRMINO, Camila Rocha. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. **Millcayac - Revista Digital de Ciencias Sociales**, v. 4, n. 7, p. 95-120, 2017.

FONSECA, Francisco César Pinto. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987)**: projeto político e estratégias de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de S. Paulo). 1994. 2v. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1994. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279235>.

FONSECA, Francisco. A formação da agenda ultraliberal no Brasil: o papel da grande imprensa. *In*: Encontro Anual da ANPOCS, 29., 2005, Caxambu-MG. Trabalho apresentado no GT 11 - Mídia, Política e Opinião Pública. **Anais eletrônicos** [...]. 2005.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec. 2005.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1979.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **LANGONI, Carlos Geraldo**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>  
Acesso em: 17 out. 2020.

GARCÉS, J. **El estado e los problemas tacticos en el gobierno Allende**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974

GAUDICHAUD, Franck. **Poder popular y Cordones industriales**: Testimonios sobre el movimiento popular urbano chileno: 1970-1973. Santiago: LOM, 2004. (Colección movimientos sociales).

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, 2008.

GRUPO ESTADO. **Estado de S. Paulo**: resumo histórico. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti6.htm>. Acesso em: 18 out. 2019.

GUIA para entender os confrontos no Chile. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 2019. Disponível em:

<<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,guia-para-entender-os-confrontos-no-chile,70003058123>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, v. 40, p. 199-223, jan./jun. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 13. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.

IRUSTA, Vitória Benaci. **Um liberal brasileiro na Suíça**: Gudín na Sociedade Mont Pèlerin. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/handle/1884/47137>>.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Três, 1976-. ISSN: 0104-3943.

JACKSON, Tim; SENKER, Peter. Prosperity without Growth: Economics for a Finite Planet. **Energy & Environment**, London and Washington DC, Earthscan, v. 22, n. 7, p. 1013-1016, 2011.

JUSTIÇA do Chile investiga policiais que ‘crucificaram’ manifestantes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 out. 2019. Disponível em:

<<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,justica-do-chile-investiga-policiais-que-crucificaram-manifestantes-em-antena-de-delegacia,70003062663>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

KLEIN, N. **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Los extratos de tiempo**. Estudios sobre la história. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1994. p. 142-143

LETELIER, Orlando. **The Chicago Boys in Chile**: Economic Freedom's Awfull Toll. The Nation, August 28, 1976

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi** - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571 595, jul./dez. 2015. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

LIMONGI, Fernando M. P. **Educadores e empresários na construção da USP**. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Unicamp, Campinas, 1988.

LIRA, Francisco R.F.T. Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.3, n. 6, ago. 2010.

LOHN, Reinaldo (Org.). **História nas bancas de revista**: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 72-107, 2013.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas**: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

MANIFESTANTES chilenos resgatam músicas de Victor Jara e Violeta Parra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 out. 2019. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/bootleg-alexandre-bazzan/manifestantes-chilenos-resgatam-musicas-de-victor-jara-e-violeta-parra/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Chile, el golpe y los gringos**. [Bogotá]: Editorial Latina, 1974.

MATHIAS, Suzeley K. **Distensão no Brasil**: O projeto militar. Campinas-SP: Papirus, 1995, p.37.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo**: Antigo e Moderno. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: É Realizações, 2014.



MESQUITA FILHO, J. A crise nacional: reflexões em torno de uma data. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1925. Seção de Obras.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920 a 1934**. São Paulo: Difel, 1974.

MILL, John Stuart. On Liberty. *In*: HUTCHINS, Robert Maynard (ed.). **Great books of the Western World: American State Papers, The Federalist, J. S. Mill**. v. 43. Chicago: Encyclopedia Britannica, 1952. p. 263-323.

MITROKHIN, Vasili, ANDREW, Christopher. **The World Was Going Our Way: The KGB and the Battle for the Third World**. New York: Basic Books, 2005.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A sistematização da política educacional dos "liberais reformadores": o inquérito de 1926. **Revista da Faculdade de Educação**, USP, v. 20, n. 1-2, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de S. Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.43, n.2, p. 367-379, maio/ago. 2017.

MUÑOZ, Heraldo. **A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NAVES, Nílson. **Imprensa Investigativa**. Forum Imprensa Investigativa: sensacionalismo e criminalidade. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, 2003.

“O BRASIL precisa apressar o passo nas reformas”, diz conselheiro de Paulo Guedes. **Istoé**, São Paulo, 20 abr. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-brasil-precisa-apressar-o-passo-nas-reformas-diz-conselheiro-de-paulo-guedes/> Acesso em: 17 out. 2020.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Estado, 1875- . ISSN: 1516-2931.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O significado do conceito “corrupção” na semântica política da crise brasileira (2013-2016). **Anos 90** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, n. 48, 2018.

ONYX vê mérito em reformas de Pinochet e diz que ditador “teve que dar banho de sangue”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,onyx-ve-merito-em-reformas-de-pinochet-e-diz-que-ditador-teve-que-dar-banho-de-sangue,70002763624>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PADRÓS, Enrique. Enterrados vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. **Espaço Plural**, Ano XIII, n. 27, p. 13-38, jul./dez. 2012.

PAULA, Christiane Jalles de. Gustavo Corção: apóstolo da 'linha-dura'. **Revista Brasileira de História** [en línea], 2012.

PIÑERA é processado por crimes contra a humanidade após protestos no Chile. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2019. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,pinera-e-processado-por-crimes-contra-a-humanidade-apos-protestos-no-chile,70003079914>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992. p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

POPPER, Karl. **La miseria del historicismo**. Traductor Pedro Schwartz. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

PRADO, Luiz C. Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Ditadura** - v. 4. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. p. 207-242.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da Nova República** - v. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PROTESTOS no Chile levantam discussões que vão de história à biologia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/estadao-na-escola/2019/10/24/protestos-no-chile-levantam-a-discussoes-que-vao-de-historia-a-biologia/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PROTESTOS no Chile são advertência para o Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,protestos-no-chile-sao-advertencia-para-o-brasil,70003078956>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Neoconservadorismo e direita religiosa nos Estados Unidos: Formação ideológica, “guerra cultural” e política externa. **Espaço Plural**, Ano XV, n. 31, p. 43-61, 2014.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 35-36

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp 2007.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SILVA, Patricio. Technocrats and Politics in Chile: From the Chicago Boys to the CIEPLAN Monks. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge University, v. 23, n. 2, p. 385-410, 1991.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v.2, n.14, Curitiba, 2011.

SILVA, Carla Luciana. **Veja**: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Sônia Maria Menezes. **A Operação Midiográfica**: a produção de acontecimentos históricos através dos meios de comunicação - A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. 2011. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SIQUEIRA, A. C. de. Reforma da educação superior no Chile no período 1970-2000. In: ADRIÃO, Theresa; GIL, Juca. (Org.). **Educação no Chile**: olhares do Brasil. São Paulo: Xamã, 2009, p. 33-59.

SOUZA, Ana Cristina A. de. Chile (Golpe militar no). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**: As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo: Conflitos, Cultura e Comportamento. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 131-132.

STIGLITZ, Joseph E. **Making Globalization Work**. New York, London: W. W. Norton, 2006.

THE NEW YORK TIMES. New York: The New York Times Company, 1851- . ISSN: 0362-4331.

THE TIMES. Londres: News UK & Ireland Ltd., 1785- . ISSN: 0140-0460.

THOMAS, Vinod; WANG, Yan; FAN, Xibo. Measuring Education Inequality: Gini Coefficients of Education. **Policy Research Working Paper**, Washington-DC, n. 2525, 2001. (World Bank).

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALDES Juan G. **Pinochet's Economists**: The Chicago School in Chile. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1995.

VAROUFAKIS quer encontrar uma solução com a União Europeia. **Jornal de Notícias**, 09 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.jn.pt/mundo/interior/varoufakis-quer-encontrar-uma-solucao-com-a-uniao-europeia-4390604.html?id=4390604>> Acesso em: 04 ago. 2020.

VILCHES, Patricia. De Violeta Parra a Victor Jara y Los Prisioneros: Recuperación de la memoria colectiva e identidad cultural através de la musica comprometida. **Latin American Music Review**, Baltimore-Maryland, v. 25, n. 2, p. 195-215, 2004.

VOIGT, Márcio Roberto. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 101-118, jan. 2007.

VOIGT, Márcio Roberto. **O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZALDÍVAR, Andrés. **La transición inconclusa**. Santiago: Los Andes, 1995.